


histórias da cidade no acervo do arquivo municipal de campinas

Bruno Soares e Rita Francisco
(Organizadores)



PREFEITURA DE
CAMPINAS





Histórias da cidade no acervo do Arquivo Municipal de Campinas

Bruno Soares
Rita Francisco
(organizadores)

Arquivo Municipal de Campinas
Campinas-SP, 2024

Ficha catalográfica
Prefeitura Municipal de Campinas
Biblioteca Pública Municipal Prof. Ernesto Manuel Zink

H673 Histórias da cidade no acervo do Arquivo Municipal de Campinas / Bruno Soares, Rita Francisco (org.). - 1ª Ed., - Campinas: Arquivo Municipal de Campinas, 2024.

E-book (235 p.) il., color., digital: arquivo PDF

ISBN 978-65-01-06871-8

1. História de Campinas. I. Galdino, Antônio Carlos, II. Pavanati, Cássia Mariane, III. Camargo, Munir Abboud Pompêo de, IV. Rodrigues, Flávia de Matos, V. Candido, Mariana de Oliveira, VI. Nogueira, Lenita Waldige Mendes, VII. Grieco, José Luiz Ferreira, VIII. Pereira, José Galdino, IX. Sgarbosa, Lívia, X. Lucindo, Willian Robson Soares, XI. Lima, Ana Paula de, XII. Título.

CDD 981.61

Bibliotecária responsável: Suze Elias CRB-8/7471

Índice para catálogo sistemático:

1. Campinas: História 981.61

Revisão: Bruno Soares

Capa e diagramação: Rita Francisco

SECRETARIA DE
GOVERNO



PREFEITURA DE
CAMPINAS

Karen dos Reis Gonçalves de Mattos - *Diretora de Gestão da Informação,
Documentos e Atendimento ao cidadão*



Antonio Carlos Galdino - *Coordenador*

Alessandro Domingos Drudi

Bruno Henrique Soares

Caio Victor Justino Santos

Givaldo Pinto dos Santos

Juliana Maria de Siqueira

Marco Antonio Caetano da Cruz

Michele Aparecida Ferreira da Silva

Regina Joselita Barbosa dos Santos

Rita de Cássia Francisco

Valter Fernando Camilo

Prefácio 06

Bruno Soares & Rita Francisco

Introdução 12

O acervo de documentos de governo do Arquivo Municipal de Campinas como fonte para a pesquisa histórica

Antonio Carlos Galdino

Capítulo 1 34

Um olhar sobre Campinas durante a Primeira República: a documentação municipal referente ao campo sanitário

Cássia Mariane Pavanati

Capítulo 2 52

Arquitetura escolar da Campinas Imperial: o caso da Escola Corrêa de Mello

Munir Abboud Pompêo de Camargo

Capítulo 3 80

Estratégias de resistências e sobrevivência de ambulantes em Campinas (1929-1940)

Flávia de Matos Rodrigues

Capítulo 4 98

A Sociedade Symphonica Campineira (1929-1953): trajetória e representação no cenário musical de Campinas

Mariana de Oliveira Candido & Lenita Waldige Mendes Nogueira

Capítulo 5 117

A implantação de Vila operária e a construção de casas do tipo Vila na Campinas industrial na primeira metade do século XX

José Luiz Rogé Ferreira Grieco

Capítulo 6 141

O Colégio São Benedito e a escolarização da população negra em Campinas-SP no início do Século XX

José Galdino Pereira & Livia Sgarbosa

Capítulo 7 181

**Festas da liberdade: comemorações pelo 13 de maio das
associações negras de Campinas (1888-1931)**

Willian Robson Soares Lucindo

Capítulo 8 213

**Roteiros afro na Educação Básica: a contribuição social
negra na cidade de Campinas e a luta antirracista**

Ana Paula de Lima

Prefácio

Bruno Soares

Graduado e mestre em História pela UNESP, *Campus* de Franca, e técnico em Museologia pela ETEC, Parque da Juventude. É servidor público da Prefeitura Municipal de Campinas desde 2023, atuando no Arquivo Municipal de Campinas.

Rita Francisco

Arquiteta e Urbanista, mestra e doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural pelo Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, ligado à Universidade Federal de Pernambuco. É servidora pública da Prefeitura Municipal de Campinas desde 2003 e desde 2015 atua no Arquivo Municipal.

A rotina de trabalho no Arquivo Municipal de Campinas não é diferente da rotina de outras tantas instituições congêneres, que, certamente, enfrentam desafios, talvez não da mesma ordem ou natureza, mas com a mesma variedade de procedimentos a cumprir.

Em um universo de cerca de 2 milhões de documentos, 3,5 mil livros de registro e outras centenas de itens avulsos, o acervo do Arquivo Municipal de Campinas, o processamento técnico necessário é um grande desafio, principalmente quando realizado com poucos recursos e uma equipe diminuta incumbida também, e principalmente, de atender as demandas da administração pública. Diante desse panorama, a parcela do acervo já processada e disponibilizada para consulta pública é uma amostra do quase hercúleo esforço de nossa equipe e do potencial ainda bruto a ser descoberto entre as aproximadamente 30 mil caixas que compõem nosso acervo.

Não obstante, essa parcela disponível para consulta já foi alvo de inúmeras pesquisas e já propiciou que estudos revelassem aspectos

inéditos ou ainda pouco conhecidos sobre a história da cidade de Campinas e de sua região, já que nosso acervo resguarda documentos de locais que já pertenceram a Campinas e depois se emanciparam como municípios. Mas há que se dizer que esse acervo, bem como o conhecimento a partir dele produzido, ainda é pouco conhecido da população campineira, restrito principalmente aos círculos acadêmicos e/ou eruditos.

Esse é o motivo pelo qual, na última década, de modo incipiente, e mais assertivamente nos últimos anos, a equipe do Arquivo Municipal de Campinas tem adotado como parte da rotina, de modo permanente, o desenvolvimento de atividades formativas para docentes, de práticas pedagógicas em escolas, de cursos livres, de exposições e de práticas editoriais, sempre tendo como eixo orientador o acervo custodiado.

Esse livro, que agora publicamos, faz parte desse contexto de extroversão de nossa instituição e integra a programação por nós desenvolvida para o aniversário de 250 anos de Campinas, comemorado em 2024. Após a 1ª Jornada de Pesquisadores do Arquivo Municipal de Campinas, realizada em 2019, é a segunda vez que conseguimos reunir pesquisadores que têm em comum não necessariamente a temática ou área de seus trabalhos, mas sim o fato de terem utilizado itens do acervo do Arquivo como fontes documentais. Se a 1ª Jornada foi realizada ainda em um formato bastante acadêmico, no qual os autores comunicaram seus textos em um evento presencial, desta vez avançamos e tornamos esse encontro acessível a um público ampliado.

Agradecemos a cada um dos oito autores que aceitaram nosso convite e compartilharam nessa obra coletiva os resultados de sua pesquisa.

Nosso desejo é que esta iniciativa se torne a primeira de uma série de publicações, e que possamos regularmente editar no futuro novos volumes, divulgando outras tantas pesquisas de qualidade que sabemos existir.

Abrindo o livro, Antonio Carlos Galdino, coordenador do Arquivo Municipal de Campinas, apresenta o desenvolvimento do governo municipal, da gestão do acervo documental e dos arquivos públicos em Campinas. Discorrendo sobre o Arquivo Municipal de Campinas (AMC), instituição arquivística do Poder Executivo Municipal, o autor apresenta a composição do acervo e algumas das séries documentais existentes, destacando as pertinências dos documentos de governo para a pesquisa em geral e para a pesquisa histórica, em especial.

Os textos a seguir são bons exemplos da pertinência e das potencialidades desses documentos para a pesquisa.

Analisando um conjunto de documentos referente ao campo sanitário em Campinas durante a Primeira República (1889-1930), Cássia Mariane Pavanati compartilha conosco um pouco da atuação dos poderes públicos municipal e estadual na promoção da higiene e da saúde pública. O período foi marcado por mudanças nos espaços urbanos e rurais, aceleradas pela chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1872, e por epidemias de cólera, varíola, tuberculose, febre amarela e gripe espanhola.

Munir Abboud Pômpeo de Camargo analisa em seu texto a arquitetura da Escola Corrêa de Mello (1881-1962), uma das primeiras instituições de educação voltada à população pobre em Campinas. Criada pelo grupo mandatário de Campinas, a escola materializou certa

concepção de arquitetura escolar que é problematizada pelo autor ao refletir sobre as características do local em que a escola foi instalada, a arquitetura do edifício, a organização e o ensino ofertado. A crítica ganha mais força quando comparada com as escolas voltadas para os filhos das elites da época.

Mariana de Oliveira Candido e Lenita Waldige Mendes Nogueira nos apresentam a História da Sociedade Symphonica Campineira (1929-1953), uma associação musical de auxílio mútuo e de engrandecimento da música sinfônica na cidade fundada e mantida por músicos de Campinas. A criação da Sociedade se inseriu em um contexto de florescimento cultural local, a partir da década de 1870, e de surgimento das primeiras orquestras estáveis em nível nacional, no início do século XX. Um período de transformações no cenário musical, provocado também pela chegada e pelo desenvolvimento do cinema e do rádio.

Consultando documentos referentes à atividade ambulante em Campinas entre os anos de 1929 a 1940, Flávia de Matos Rodrigues compartilha um pequeno recorte de sua dissertação de mestrado sobre as trabalhadoras e os trabalhadores do comércio ambulante na região central do município. A análise das fontes possibilita observar o perfil dos comerciantes, os produtos comercializados e os locais de comércio, conhecer suas estratégias de resistência frente ao poder público e entender qual a importância dessa atividade para a população e para o poder público em um cenário de investimentos na indústria e no comércio, de transformações urbanas e de expansão de serviços públicos.

José Luiz Rogé Ferreira Grieco trata em seu texto, elaborado a partir de sua dissertação de mestrado, das vilas implantadas na cidade de

Campinas nas décadas de 1930 e 1940. Baseado em rica documentação de projetos arquitetônicos, Grieco descreve e procura analisar as antigas vilas abordando desde os aspectos de implantação dos projetos até as tipologias, os aspectos construtivos e a configuração espacial das unidades habitacionais. Além disso, o autor situa a ocorrência das vilas no contexto de produção do espaço urbano daquele momento, em que ocorria o loteamento de fazendas próximas à área central do município, pontuando a forma de produção e os diversos agentes envolvidos na implantação desses conjuntos.

Igualmente baseado em suas dissertações de mestrado, José Galdino Pereira e Livia Sgarbosa contam a História do Colégio São Benedito de Campinas (1902-1936). Fundado pela Irmandade São Benedito e ligado à Federação Paulista dos Homens de Cor, o texto apresenta o Colégio São Benedito, que, ao lado de outras entidades do associativismo e da imprensa negra no município, foi um símbolo de resistência, mobilização e promoção da educação da população negra e/ou pobre em Campinas no pós-abolição.

Willian Robson Soares Lucindo compartilha um estudo a respeito dos festejos do 13 de Maio, em especial os organizados por associações negras, em Campinas entre 1888 e 1931. Analisa a cobertura da imprensa local da época que, mesmo considerando uma possível invisibilização dos festejos, sobretudo durante a década de 1890, permite conhecer as diferentes maneiras de atuação de pessoas e entidades negras e as articulações ou não com associações, jornalistas, políticos e autoridades locais; e, em um contexto de restrições e vigilância sobre a população egressa da escravidão, os significados da celebração da abolição para população negra.

Encerrando o livro, Ana Paula de Lima compartilha suas experiências enquanto pesquisadora e docente e nos convida a refletir a respeito das potencialidades do uso de documentos, entre eles os de arquivos, em sala de aula no (re)conhecimento e reflexão sobre a contribuição social do negro e os lugares de memória negra na cidade de Campinas. Apresentado um roteiro afro desenvolvido com estudantes do Ensino Médio, o texto nos provoca a pensar como o uso de documentos pode apoiar o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Convidamos a lerem as diversas Histórias da cidade no acervo do Arquivo Municipal de Campinas aqui contadas. Boa leitura!

Introdução

O acervo de documentos de governo do Arquivo Municipal de Campinas como fonte para a pesquisa histórica

Antonio Carlos Galdino

Bacharel em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e movimento republicano. Atua há 20 anos como profissional de Arquivos, com participação em eventos científicos e publicações de artigos em revistas especializadas e coletâneas.

Apresentação

O objetivo deste texto é apresentar e comentar as pertinências para a pesquisa histórica do acervo de documentos de governo do Arquivo Municipal de Campinas (daqui em diante mencionado pela sigla AMC), evidentemente, sobretudo para a história da cidade que comemora oficialmente 250 anos, em 2024. Não se pretende comentar as inúmeras pesquisas já realizadas que utilizaram o acervo do AMC como fonte, algumas das quais estão representadas nos capítulos deste livro pelos seus autores; nem é possível uma apresentação detalhada do acervo.¹ Somente indicaremos alguns itens do acervo na seção final a título de exemplo da abordagem que será desenvolvida no conjunto do texto.

Embora seja consenso na historiografia moderna de que os documentos não falam por si sós, mas respondem às perguntas com as quais os historiadores os consultam, por outro lado, deve-se lembrar que todo acervo arquivístico de uma instituição de memória tem a sua própria

¹ O AMC possui alguns arquivos privados que ficarão fora do escopo do presente texto.

história, em um sentido duplo. Por um lado, a relação dos documentos com seu próprio tempo, a história da sua produção e uso em atividades humanas em contextos localizados e datados; por outro, deve-se considerar os processos de transmissão de um acervo, as suas lacunas, as suas perdas, as intencionais e as não intencionais, as decisões de seleção, as ações técnicas tais como classificação, inventários e o próprio uso para a pesquisas, processos que em seu conjunto condicionam os caminhos de inteligibilidade de tal acervo. Essas duas dimensões históricas do arquivo influenciarão ou mesmo delimitarão também o resultado do *questionário* do historiador. Por essa razão, ao pesquisador recomenda-se não se deixar conduzir por uma percepção naturalizada das fontes que integram os acervos documentais por ele utilizados, mas ter sempre em mente a historicidade das suas fontes, como uma dimensão enriquecedora ou mesmo indispensável do fazer historiográfico.

Tal visada desenvolveu-se nas últimas décadas como um campo de pesquisa sob a denominação de história social do arquivo.² Ao arquivista, por sua vez, cabe também o papel de pesquisador e organizador das informações sobre a história do arquivo. Pretende-se, desse modo, centrar a exposição no entendimento do potencial para pesquisa histórica do acervo do AMC sob a ótica da história do arquivo dos documentos de governo de Campinas.

Começemos, pois, indicando a que tipo de arquivo estamos nos referindo. A especificidade dos arquivos governamentais é a guarda de documentação, sobretudo a escrita, produzida pelas diversas instâncias e autoridades estatais na governança política de uma dada sociedade,

² Esse é campo de pesquisa desenvolvido no cenário europeu e em países anglófonos. Cf. entre outros trabalhos FRIEDRICH, 2021 e WALSHAM, 2016.

permitindo-lhes disponibilizar, até certo ponto, o acesso a essa documentação para fins de pesquisa histórica. Em boa parte dos países, os arquivos governamentais se estruturam usualmente em três níveis: os arquivos nacionais, os arquivos estaduais, provinciais etc., que se inserem em estruturas político-administrativas intermediárias de governo, e os arquivos locais, vinculados aos governos locais ou, no caso brasileiro especificamente, governos municipais.

Em resumo, o AMC é uma instituição arquivística governamental de âmbito municipal que tem como responsabilidade a guarda, preservação e disponibilização de parte dos conjuntos de documentos de governo local, mais especificamente dos conjuntos de documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo do município de Campinas, em decorrência do exercício de suas atividades.

Observemos, inicialmente, que a existência do Poder Executivo nos municípios no Brasil tem uma gênese específica e as atividades exercidas pelos prefeitos e pelas prefeituras, mas não todas, tem uma longa história. Algumas delas são herdadas indiretamente das atribuições das câmaras municipais da época colonial, continuadas durante a monarquia brasileira, chegando ao século XX. Também o acervo do AMC tem uma história de cuidados e descuidados, de incidentes que levaram a perdas, definindo o corpo de documentos legado através dos anos, tal como recepcionado no século XXI. Trataremos desses dois pontos a seguir.

1 História do governo municipal

Em Portugal, à época da colonização, os municípios eram denominados vilas, que possuíam um território ou *Concelho*, também

denominado posteriormente de *termo* e eram governadas pelas Câmaras. A coroa portuguesa transplantou o modelo de governo local para suas colônias e nelas criava municípios e as câmaras. A produção de documentos de governos municipais e, portanto, a formação de seus arquivos remonta ao período colonial do Brasil. Após a Independência, durante todo o período em que vigorou a Monarquia Brasileira, as câmaras continuaram a ser a instituição de governo local.

Somente a partir da República de 1891 veremos o surgimento do poder executivo como órgão separado da câmara nos municípios. Observa-se então um processo, que durou do final do século XIX até meados do século XX, de substituição da estrutura de poder e administração locais centradas no governo camarário para a estrutura centrada no chefe do poder executivo, o Prefeito. Mas isso não ocorreu da mesma forma e ao mesmo tempo em todos os Estados, pois a primeira Constituição republicana deixava para estes a decisão de como organizar seus municípios. O Estado de São Paulo estabeleceu já em 1891 a criação do chefe do executivo municipal, o intendente e denominado prefeito a partir de 1908. A transição entre os dois modos de estruturação do poder local foi marcada por tensões até 1930 e só foi resolvida nas décadas seguintes.

Os anos 1930 a 1945 podem ser considerados como o período no qual de fato se opera a ruptura do funcionamento do poder local no Brasil baseada na forma institucional de governo camarário. Fechadas pelo governo provisório instalado pela Revolução de 1930, as câmaras tiveram um breve período de funcionamento entre 1936 e 1937, em que vigorou a Constituição de 1935, tendo sido novamente fechadas com golpe do Estado Novo. Durante esse período predominou crescentemente a figura

do Prefeito, nomeado pelo governo estadual, moldando-se como principal centro de poder e de decisão da administração municipal, mesmo após a retomada de funcionamento das câmaras em 1948.

A criação do município de Campinas, ou mais precisamente o seu desmembramento da vila de Jundiáí, veio a acontecer em dezembro de 1797, mas com o nome de Vila de São Carlos.³ Durante a monarquia, em 1842, seria retomado o topônimo que tradicionalmente designava a povoação, pois a vila foi elevada à condição de Cidade de Campinas.⁴

A partir de 1893, o governo de Campinas passa a contar com um poder executivo com certa autonomia em relação à Câmara Municipal. Os conflitos de competências entre esta última e o agente executivo foram crescentes e acentuaram-se fortemente com primeiro prefeito eleito pelo voto direto, em 1908, Orosimbo Maia. Tais conflitos também ocorreram nos municípios de Santos e São Paulo, levando à alteração da lei estadual que estabeleceria a eleição direta do prefeito nesses três municípios⁵ e implantado neles o procedimento que valia para todos os demais municípios do Estado: o prefeito passava a ser escolhido indiretamente

³ Há 250 anos, em 1774, era formada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Matogrosso dentro do termo da vila de Jundiáí. A vila de Jundiáí foi erigida em 1656, com o nome de Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáí, desmembrada da vila de Parnaíba (atual Santana de Parnaíba). Do ponto de vista prático a criação da freguesia em 1774 significava que seria construída uma igreja matriz que contaria com um pároco residente na vizinhança onde se localizasse o templo religioso.

⁴ Tal alteração não representava qualquer mudança do status administrativo, a não ser o aumento de 7 para 9 vereadores, como previsto na Constituição de 1824.

⁵ Em todo os Estado somente Campinas, Santos e São Paulo tiveram seus prefeitos eleitos diretamente em 1908, por determinação de lei estadual, alterada em 1910 para o mesmo regime de nomeação indireta do Prefeito que vigorava nos demais municípios do Estado (TELAROLLI, 1981).

pela câmara municipal entre um dos vereadores eleitos, o que viria a ocorrer até 1930.

Todas essas transformações na institucionalidade do governo municipal em Campinas tiveram seus desdobramentos na produção de documentos, determinando quais tipos de documentos gerados e os períodos de sua existência.

2 Transmissão do acervo

Campinas é um dos municípios paulistas que possui arquivos de governo local mais completamente preservados. O acervo do AMC tem continuidade direta com o acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal, constituído por livros de registros, requerimentos e correspondências oficiais e documentos administrativos datados do final do século XVIII até a década de 1930. Ambos os acervos foram preservados e gerenciados como um único arquivo até a década de 1960 (GALDINO, 2021).

A preservação desse grande conjunto documental sob os cuidados das duas instituições arquivísticas municipais, certamente está relacionada à preocupação da elite intelectual local, com carreiras no serviço público e vinculada às famílias tradicionais, em manter a memória dos grupos sociais que governaram o município sob economia cafeeira. Um exemplo é Leopoldo Amaral, cronista, memorialista, que exerceu por anos o cargo de secretário da Câmara e que teve sob sua responsabilidade o arquivo do governo. Em certo sentido, pode-se falar aqui de uma *cultura*

*de arquivo*⁶ mantida por essa elite intelectual e que garantiu que as normas de arquivo recebidas da legislação portuguesa colonial e da Monarquia brasileira fossem efetivamente praticadas.

Nas Ordenações Filipinas, de 1603, que regeram o funcionamento das câmaras municipais no território brasileiro durante o período colonial, consta a obrigação dos vereadores em mandar fazer *“as arcas e armários para as escrituras e outras cousas serem nelas bem guardadas”* (ALMEIDA, 2004, vol 1, p. 147). A lei de organização das Câmaras municipais de outubro de 1828, que vigorou até o final da Monarquia, também estabelecia como obrigação dos vereadores

[...] fazer os cofres e armários precisos não os havendo, para a guarda dos documentos das eleições, escrituras, e mais papeis que formam o arquivo da Câmara, e aonde se tenham os livros das vereações, tombos, e quaisquer outros; os quais todos devem ser numerados e rubricados pelo Presidente gratuitamente, com seus termos de abertura, e encerramento (BRASIL, 1878, Parte 1, p. 81).

Competia ainda ao secretário da câmara ter *“em boa guarda, e arranjo os livros da Câmara, e quanto pertencer ao arquivo”*.

Em Campinas, as normas detalhadas sobre o arquivo estão presentes no regimento da Câmara de 1883. Deste então, o arquivo figurou em leis e normas municipais, sendo instituído como órgão autônomo em 1933 com a criação da Repartição de Estatística, Divulgação e Arquivo, substituída em 1934 pela Seção do Protocolo, Estatística e

⁶ Sobre a noção de cultura de arquivo, cf. FRIEDRICH, 2021.

Arquivo, subordinada ao Departamento de Expediente. Ao Serviço de Arquivo daquela seção, conforme Regulamento de 1935, cabia:

§ 1º - centralizar, sistematizar e manter o Arquivo Geral de livros, documentos e papéis diversos da Prefeitura e da Câmara Municipal, dando-lhe organização prática e definitiva quando lhe for destinado local adequado no Edifício da Prefeitura.

§ 2º - ter sob sua guarda os livros, folhetos e demais publicações contendo leis, decretos e demais atos do Governo Municipal, fazendo a distribuição dos mesmos mediante requisições visadas pela Diretoria do Expediente.

§ 3º - colecionar e manter em condições de fácil manuseio o jornal oficial do Município.

§ 4º - organizar e manter sempre em dia o prontuário dos funcionários municipais, que constará, além da ficha individual, da catalogação de todos os papéis, cópias e atos etc. referentes a cada um dos funcionários.

§ 5º - organizar e manter assentamentos referentes ao movimento do Teatro Municipal (PREFEITURA, 1935, p. 7).

Das atribuições originais de 1935, a do primeiro parágrafo é a que resistiu ao tempo.

A preservação do acervo de governo municipal em Campinas até os dias atuais se deveu em grande medida à formação desse sistema de controle de protocolo e infraestrutura de arquivamento desenhado na década de 1930 e originado, como dissemos antes, da consciência da elite local para com a sua história, mas também provavelmente respondendo à agenda de racionalização da administração pública implementada no

período Vargas (WAHRLICH, 1983). Décadas depois, tal sistema de gestão de documentos teve como uma das causas de sua desestruturação a não previsão de um espaço para o arquivo na nova sede da Prefeitura, ocupada entre 1968 e 1972, o Palácio dos Jequitibás (GALDINO, 2021). Data dos anos 1970 a separação oficial entre os arquivos da Prefeitura e da Câmara, mas não temos registros sobre como foi o desmembramento físico dos dois arquivos.⁷

Desde então, o acervo do AMC passou por diversos locais de armazenamento e inúmeras perdas, ao mesmo tempo em que só começou a receber algum tratamento técnico no final dos anos 1990.

3 Composição do acervo de governo municipal

O acervo de documentos do Arquivo Municipal de Campinas é composto principalmente por documentos produzidos pelo Poder Executivo, tem como sua data-limite inicial a instauração da República, desse modo reúne fontes escritas e cartográficas sobre a história de Campinas da última década do século XIX e de todo o século XX.

Esse acervo é composto principalmente em dois grandes grupos do ponto de vista do suporte físico e formato:

- a) Cerca de três mil livros de registros de todas as áreas da administração municipal, com datas-limite 1890-1999, que perderam os valores primários de uso, e;

⁷ Duas leis da década de 1970 referem-se a essa separação: nº 4.083 de 29 de dezembro de 1971 e nº 4.502 de 12 de junho de 1975.

b) Cerca dois milhões de documentos com registro de porta ou, sua maioria, registro de protocolo, com datas-limite 1893-2003, compostos sobretudo por processos administrativos, mas também por solicitações, requerimentos, comunicações administrativas etc., uma parte significativa dos quais possuía (e ainda possuem) valores de uso primários, isto é, são documentos que ainda tem valor probatório para a administração do município. O levantamento nos livros de porta e de protocolo geral e no Sistema Informatizado de Protocolo da Prefeitura nos apresenta o total de 2.971.318 documentos registrados entre datas-limite 1920-2003. Este conjunto tem uma extensão perto de quatro mil metros lineares, majoritariamente ordenados numérico-cronologicamente, com exceção do segmento de datas-limite 1956-1982, que estava arranjado em três divisões (Secretarias, RH e Particulares), e dentro delas ordenado alfabeticamente por prenome.

A partir do início dos anos 2000 foi possível desenvolver um processo continuado de tratamento técnico tendo em vista tornar tal acervo disponível de maneira qualificada para a pesquisa histórica, cujos resultados foram relativamente modestos em termos quantitativos, mas qualitativamente significativos. Os desafios enfrentados para o desenvolvimento de boas práticas arquivísticas foram e continuam bastante complexos.

Em primeiro lugar, mencionemos a impossibilidade de tratamento de uma parcela quantitativamente significativa do acervo devido à sua dimensão frente a escassez de recursos humanos qualificados, muito

aquém do mínimo necessário, e falta de infraestrutura material, obrigando a eleger prioridades, e frequentemente, sequer dar conta dessas.

A questão não se limita ao aspecto quantitativo. Poucos são os arquivos municipais cujo acervo possui conjuntos de documentos a serem tratados arquivisticamente de forma unitária e coerente com datas-limites abrangendo mais de um século.

Adicione-se a tal dificuldade o fato de que uma quantidade significativa de processos administrativos protocolados, basicamente os relacionados ao parcelamento do solo urbano e atividade edilícia, como veremos mais adiante, possuía e ainda possui valor administrativo. Como consequência disso, são documentos demandados pelos órgãos da administração municipal. O problema para a pesquisa histórica é que milhares desses processos administrativos tem documentos iniciais datados de mais de cinquenta anos, o que é considerado já uma idade histórica e, portanto, que deveria estar acessível a pesquisadores.

Outro problema da disponibilização do acervo para a pesquisa é que a formulação de uma política de avaliação arquivística do acervo do AMC somente teve início no final da década de 2000. Desse modo, o acervo possuía centenas de milhares de documentos que poderiam ser descartados, tendo sido de fato uma parcela deles eliminados a partir do ano de 2008.⁸

A disponibilidade para a pesquisa implica na possibilidade de localizar documentos específicos em meio a uma massa enorme. Os instrumentos de pesquisa, que consistem em listas de documentos ou na

⁸ Para uma descrição detalhada desses problemas cf. GALDINO, 2022.

descrição de grupos de documentos, são o meio indispensável para fazê-lo, mas pressupõem que o acervo esteja organizado coerentemente em grupos de documentos que possuam certas afinidades. Essa operação designada tradicionalmente como arranjo, pois implica em *arranjar* fisicamente os grupos, subgrupos e itens documentais, é mais conhecida como classificação na arquivologia recente. Em resumo, um acervo minimamente acessível, sobretudo os quantitativamente extensos, é o que está agrupado em classes e subclasses, descritas nos instrumentos de pesquisa, chegando-se eventualmente ao nível dos itens documentais que compõem tais grupos.

O critério arquivístico coerente para a definição da classificação sistemática é o princípio de proveniência (DOUGLAS, 2017), que consiste em agrupar documentos segundo a sua origem comum de produção e acumulação, que inclui tanto quem produziu como as finalidades pelas quais os documentos foram produzidos. Trata-se no caso do acervo governamental do AMC dos órgãos que compuseram a estrutura administrativa da Prefeitura de Campinas e as atividades pelas quais tais órgãos desempenham ou desempenharam as suas funções usuais.

A aplicação do princípio de proveniência no cenário do AMC ao levar em conta todos os problemas elencados nos parágrafos anteriores desdobrou-se em duas linhas principais.

A primeira foi a separação e reagrupamento dos documentos protocolados com datas-limite 1893-1940, originalmente ordenados numérico-cronologicamente, em dezessete grandes grupos funcionais compostos pelas principais atividades do Executivo Municipal, de forma a proporcionar a identificação e o acesso a tais documentos, a saber:

- 01 - Gestão Territorial e Ambiental
- 02 - Finanças
- 03 - Educação
- 04 - Recursos Humanos
- 05 - Cultura
- 06 - Saúde
- 07 - Assuntos Jurídicos
- 08 - Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais
- 09 - Governo
- 10 - Habitação
- 11 - Segurança Pública
- 12 - Trânsito
- 13 - Transportes
- 14 - Abastecimento
- 15 - Ação Social
- 16 - Gestão de Documentos e Informações
- 17 - Esportes

Tais grupos foram pensados em caráter provisório do ponto de vista do arranjo físico dos documentos, pois o sistema de classificação adotado pelo AMC implicava na subdivisão dos documentos em classes menores.

Adotou-se como modo de classificação a ser implementado a todo o acervo, o sistema australiano de séries,⁹ que propõe a organização focada em agrupar os documentos em séries, sem agrupá-las fisicamente em unidades maiores, que tradicionalmente são o fundo e as suas divisões internas.¹⁰ Os vínculos das séries às unidades maiores são registrados na descrição arquivística, isto é, nos instrumentos de pesquisa. Ao sistema de séries integrou-se a abordagem tipológica elaborada por Heloísa Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo (BELLOTTO, 2004; CAMARGO e GOULART, 2007).

Tal sistema foi aplicado, simultaneamente e paralelamente à organização dos dezessete grupos funcionais, a parte dos livros de registro e a outros conjuntos de documentos protocolados. A vantagem da classificação por séries tipológicas para a pesquisa é a ordenação conjunta de documentos que possuem informações homogêneas em grandes intervalos de tempo, possibilitando ao historiador a visualização e sistematização de linhas de continuidade, e de descontinuidades, à escala de décadas de atividades e ações envolvendo coletividades, classes sociais, segmentos de território, modos de vida e vários aspectos da vida social local e de sua interação com o regional e o nacional.

Por fim, e não menos importante, o principal instrumento de pesquisa disponível ao público, onde os resultados do processamento

⁹ O sistema australiano é pouco conhecido no Brasil. Para uma introdução ao tema e referências bibliográficas cf. GALDINO, 2019, e o texto pioneiro de SCOTT, 2019.

¹⁰ Tradicionalmente na prática arquivística a aplicação do princípio de proveniência consiste na organização física dos documentos em fundos estruturados. Textos essenciais sobre o conceito e os problemas práticos envolvidos são: DUCHEIN, 1982; EASTWOOD, 2000; e COOK, 2017.

arquivístico acima relatado foram e estão sendo disponibilizados é o portal Arq-camp,¹¹ baseado no software AtoM.

A seguir, abordaremos alguns exemplos específicos de séries tipológicas do acervo do AMC.

4 Algumas séries tipológicas

Desde o período colonial, as câmaras eram responsáveis pela administração de suas povoações, no aspecto da ocupação e uso do solo, arruamento, loteamento, padrões de edificações, regras de convivência urbana etc., que foram herdados pelo executivo municipal. A produção de tipos documentais derivadas desse conjunto de atividades de governança, resultou em inúmeras séries documentais, parte das quais são séries abertas, ainda produzidas e acumuladas pela Prefeitura.

No conjunto de processos administrativos destaca-se a documentação derivada das atribuições de controle da ocupação e uso do solo municipal, sobretudo o solo classificado como solo urbano. A maior série tipológica deste grupo, e a maior do acervo do AMC, é constituída pelos *Processos de Licença para Obras Particulares de Edificações*, com datas-limite 1893-2003 (série 102), cuja dimensão atinge mil e quinhentos metros lineares.

Os processos dessa série tipológica contêm autorizações para construção, reformas, demolições de imóveis particulares ou institucionais, que compuseram ou ainda compõem a paisagem urbana,

¹¹ Acessível em <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/>

na maioria dos casos com as plantas arquitetônicas. Ela se destaca, ainda que com falhas devido à perda de processos administrativos entre as décadas de 1970 e 1990, pela sua abrangência temporal, permitindo não só pesquisas de imóveis isolados e seus construtores, mas pela possibilidade de estudos sobre o processo de ocupação do território urbano desde a década de 1890, perpassando todo o século XX, do ponto de vista da construção, como também nela pode-se extrair informações sobre as intervenções para novos usos e as demolições de edificações. Por fim, deve-se destacar que em razão de que a maioria dos Processos de Licença para Obras Particulares de Edificações têm como objetos edificações existentes na cidade, que sofrem intervenções cotidianamente, portanto, e que são *documentos ativos*, ela constitui sozinha um enorme *banco de dados* em constante atualização sobre a situação de parte das edificações da cidade. Para se ter uma dimensão, entre os anos 2016 e 2022, foram solicitados para consulta e acréscimo de informações pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do município 23.573 processos, dos quais 14.244, são processos relativos à construção ou reforma de edificações dos anos de 1930 a 1984.

Outras tipologias documentais que derivam de atividades recorrentes de governança do território e urbanização, como processos de registro de glebas, aprovação de loteamentos, desmembramentos de terrenos etc., ainda não puderam ser organizadas em séries e atingem somadas em torno de duzentos metros lineares.

Podemos citar ainda os documentos cartográficos como plantas da cidade, especialmente o jogo de plantas cadastrais de 1929 relacionado ao Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia.

Há ainda documentação gerada pela comissão de urbanismo na década de 1930 e outros registros. Podemos citar aqui o *Livro de Atas da Comissão de Melhoramentos Urbanos*, atualmente com datas-limite de 1931-1937 (item 490) ou o *Livro de Registro de Construtores*, atualmente com datas-limite de 1926-1977 (série 90).

Entre as séries identificadas citemos ainda os *Processos de contratação de obras de infraestrutura urbana*, atualmente com datas-limite 1935-1995 (série 96), que inclui obras viárias, drenagem pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário, pontes, viadutos e passagens, parques e praças e iluminação pública.

Também pode-se mencionar a série *Processos de contratação de obra para edificações públicas municipais*, atualmente com datas-limite de 1936-1991 (série 94), onde se encontra, por exemplo, os processos de construção das escolas do município.

A documentação produzida na arrecadação de impostos e taxas municipais estão entre as mais importantes fontes de informações seriadas que o acervo do AMC dispõe. Há séries tipológicas variadas, algumas completas ou com grande parte de seus documentos com datas limites abarcando várias décadas.

As séries relativas a imposto sobre indústria e profissões, instituído desde a Monarquia, e que com alterações existiu até 1965, oferecem informações sobre as atividades econômicas urbanas no município, abarcando manufaturas, comércio, serviços e profissões liberais. A série de livros de lançamentos de impostos têm destaque, mas também há requerimentos de contribuintes que os completam.

Um exemplo importante é a série *Livros de lançamento de impostos sobre café*, datas-limite 1893-1935 (série 44, 42 livros), relativa à produção do principal produto responsável pela riqueza econômica de Campinas, na segunda metade do século XIX até quase meados do século XX.

As séries de livros de imposto de metros corridos e imposto predial, contém o endereço do imóvel e o nome do contribuinte, podendo-se assim ter indicação da residência de pessoas desde a década de 1890 até em torno de 1930.

Os livros de registros têm origens e finalidades diferentes. Alguns compõem séries amplas, decorrentes de atividades permanentes de governo, como os relacionados à arrecadação de impostos e taxas. Outros são exemplares únicos produzidos para finalidades de uso durante um período mais restrito. Inúmeros outros livros de registros contêm informações sobre aspectos, que podem ser agrupados em diferentes funções da governança local e da vida social em Campinas. Exemplos a seguir:

Na área da Educação:

- Livros de chamada de instituições escolares e cursos de alfabetização. Datas-limite: 1891-1945; 1971-1972; 1975-1977 (série 1, 192 livros);
- Livros de matrículas de instituições escolares e cursos de alfabetização. Datas-limite; 1881-1919; 1921-1928; 1968-1976, (série 6, 42 livros);
- Livros de atas de exames de instituições escolares e cursos de alfabetização. Datas-limite: 1897-1889; 1903-1928; 1935-1970, (série 7, 45 livros)

Na área de Assistência:

- Livro de atas das reuniões da Diretoria da Comissão de Assistência dos Necessitados. Data de 1917, (item 139);
- Livros de registro da Inspetoria de alimentação Pública. Data de 1939 (série 406, 2 livros);
- Livros de registro da Assistência Pública Municipal - ocorrências na área da Saúde. Datas- limite: 1941-1942 (série 227, 9 livros);
- Livros de registro da Assistência Municipal - Atendimento Social. Datas-limite: 1973-1976 (série 334, 61 livros)

No caso das ações diretas do chefe do executivo, há uma documentação impressa de extrema importância que são as publicações dos Relatório anuais de Intendentes e Prefeitos entre 1890-1948. Entre os documentos propriamente arquivísticos pode-se mencionar a série *Livros Copiadores do Gabinete do Prefeito*, com datas-limite 1892-1894; 1903-1958 (série 402, 81 livros).

Observações finais

A importância singular do acervo arquivístico do Poder Executivo para o conhecimento da história de Campinas reside no acúmulo e conservação de grupos de documentos centenários que fornecem os mesmos tipos de informações sobre pessoas, acontecimentos e sobre as intervenções coletivas sobre o meio ambiente natural e no ambiente construído, permitindo-se conhecer aspectos essenciais da formação das cidades. É possível pela pesquisa nesse acervo inventariar informações primárias nos campos da história social, da história econômica, da história urbana, educação, saúde pública, as coletividades étnicas, sobre a

segregação social, pensamento das elites dominantes locais, os efeitos de eventos e processos nacionais e regionais no plano local etc. que perpassam o final do século XIX e grande parte do século XX. Ressaltemos dois aspectos para finalizar.

Uma dimensão de potencial de pesquisas do acervo do AMC diz respeito aos municípios que fizeram parte da Vila de São Carlos/Cidade de Campinas. São eles Americana, desmembrado em 1924; Cosmópolis, desmembrado em 1944; Valinhos, desmembrado em 1953; Sumaré, desmembrado em 1953; e Paulínia, desmembrado em 1964.

A complementaridade entre o acervo do AMC com o da Câmara Municipal permite ao pesquisador a recuperação de informações seriadas sobre pessoas e aspectos da sociedade local, suas continuidades e mudanças do século XIX até o XX. Há uma relação de continuidade direta com os conjuntos de documentos produzidos desde o ano de 1798, quando da criação da então Vila de São Carlos, e durante todo o século XIX e preservados no Arquivo Histórico do legislativo, compondo séries de informações relativamente homogêneas propiciadas por mesmos tipos documentais ou similares que foram instrumentos das ações e atividades da governança do município.

Fontes utilizadas

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828 - Dá nova forma as Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. In: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p. 74-88.

CÓDIGO Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I. Ed. fac-similar da 14ª ed. (1870), segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821. Com introdução e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 4v.

PREFEITURA Municipal de Campinas. Decretos e Actos promulgados durante o anno de 1935. Campinas, 1936.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

COOK, Terry. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2017.

DOUGLAS, J. Idéias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, T. e MACNEIL, H. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 47-74.

DUCHEIN, M. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, p.14-33, abr. 1982.

EASTWOOD, Terry. Putting the Parts of the Whole Together: Systematic Arrangement of Archives. *Archivaria*, 50 (November), p. 93-116. 2000. Disponível em:

<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12767>. Acesso em: 21 março 2024.

FRIEDRICH, Markus. *The Birth of the Archive: A history of knowledge*. Michigan: Michigan Press, 2021.

GALDINO, Antonio C. Práticas de arquivo e saberes arquivísticos em municípios paulistas: roteiro de uma “amnésia institucional” do Arquivo de Campinas. *Anais do X Seminário Nacional do Centro de Memória-Unicamp*, Campinas, SP: Centro de Memória-Unicamp (CMU), 2021. Disponível em:

https://www.xseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/25/encm2_021/1641132028_ARQUIVO_edab09bcff24c580380b0c2dd7e73ca5.pdf.

Acesso em 25/11/2023.

_____. Governança arquivística no âmbito dos Arquivos Municipais: o relato do Arquivo de Campinas. In: CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto e LIMA; Gillian Leandro de Queiroga. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador, EDUFBA, 2022, p. 87-102.

_____. Uma breve introdução ao “sistema de séries” de Peter Scott. *Revista do Arquivo*, [S. l.], n. 9, p. 81–86, 2019. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/105. Acesso em: 6 jun. 2024.

SCOTT, Peter. O conceito de record group: um caso para abandono. *Revista do Arquivo*, [S. l.], n. 9, p. 72–80, 2019. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/104. Acesso em: 6 jun. 2024.

TELAROLLI, Rodolpho. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na Primeira República*. 1981. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WALSHAM, Alexandra. The social history of the archive: record-keeping in early modern Europa. *Past and Present*, suplemento, 2016, p. 1-4.

Capítulo 1

Um olhar sobre Campinas durante a Primeira República: a documentação municipal referente ao campo sanitário

Cássia Mariane Pavanati

Historiadora e Pedagoga, Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora da rede municipal de ensino nas cidades de Hortolândia e Sumaré.

Introdução

As páginas que se seguem têm por objetivo demonstrar de que modo um acervo documental instigou e sustentou a elaboração de um trabalho de conclusão durante a graduação e dois estudos de Pós-graduação. Este é, então, um texto que retoma pontos dos três estudos mencionados. A documentação em questão foi revelada no Arquivo Municipal de Campinas em sua antiga localização no Parque Municipal Lago do Café. A pesquisa, iniciada em 2009, durante o projeto para finalização da Graduação em História, buscava levantar documentos produzidos e emitidos pela Administração Municipal no período republicano, e, principalmente, sobre a atuação da Comissão Sanitária de Campinas. O acervo encontrava-se em organização, assim, grande parte do material estava em processamento. Foi possível encontrar documentação pertinente aos temas da pesquisa, distribuída nos seguintes agrupamentos:¹

¹ Toda a documentação foi fotografada seguindo os critérios de manuseio preconizados pela arquivística, utilizando proteção nas mãos durante o manuseio do material com luvas de látex e utilizando máquinas digitais sem flash. Esse material foi semanalmente transferido para um banco de dados pessoal, subdividido em pastas,

- Fundo José Novaes: levantamentos sobre os óbitos de febre amarela no período de 1889-1896 no Cartório da Conceição de Alta Cruz e correspondências emitidas e recebidas pela Intendência sobre a epidemia de febre amarela;
- Fundo Saneamento: correspondências emitidas e recebidas sobre a questão do saneamento urbano entre os anos de 1893-1915;
- Caixa 4: correspondências emitidas e recebidas pela Comissão Sanitária de Campinas entre os anos de 1893-1915, despachos e pedidos relacionados a materiais, solicitações de serviços ao Engenheiro Municipal e vistorias domiciliares e empresariais; e,
- Fundo Vigilância Sanitária: livro de registro de vistorias e desinfecções domiciliares, óbitos e sepultamentos; livro de registro de enfermos do Hospital Lazareto do Fundão entre os anos de 1890-1892 e livro de registro de enfermos do Hospital dos Morféticos entre os anos de 1877-1893.

Apesar de o trabalho contemplar a pesquisa em quatro diferentes fundos, não foram encontradas cópias ou duplicatas de documentos. O material mostrou-se rico em informações, visto que, naquele momento, estava em organização e era, portanto, ainda inédito em grande parte. Demonstrou também existir um diálogo constante entre a municipalidade e o governo estadual do período.

Todo o material pesquisado revelou como a organização das medidas sanitárias foram sendo implementadas, visto o tumultuado

seguindo a nomenclatura dos *fundos* atribuídas pelo Arquivo Municipal. Fundos de arquivos são, segundo define a terminologia arquivística, um conjunto indivisível de arquivos (SOUSA, 2009, p. 128).

momento que a cidade atravessava com ocorrências de vários surtos epidêmicos concomitantes, principalmente de febre amarela e varíola.

1 O cenário: a Campinas do período, entre o rural e o urbano

Durante a Primeira República, pode-se dizer que Campinas foi o retrato da contradição entre o espaço rural e o urbano. A afirmação se deve ao fato de que o espaço rural era ainda organizado de acordo com os interesses dos produtores, primeiro pela cana-de-açúcar e depois pelo café, enquanto a área urbana da cidade estava sujeita aos regramentos e legislação urbanística estabelecida pelo poder público, tendo sido, portanto, transformada e modernizada durante a passagem do século XIX para o XX.

Nesta contradição que permeou o espaço da cidade, com o urbano passando por transformações, a mais emblemática delas ocorreu com a implantação do sistema ferroviário, para o escoamento da produção agrícola, e a inauguração da Estação Ferroviária, em 1872. Com esse evento, surge entre os moradores o sentimento de modernidade chegando. As modificações espaciais no espaço urbano da cidade repercutiriam também na mudança comportamental individual. Surge ali a normatização da vida urbana.

Procurava-se introduzir padrões e comportamentos que implicavam em uma racionalidade individual e coletiva. Bernardini (2010) salientou que a modernização das cidades paulistas, e mesmo as práticas políticas neste período, foram alvos de interesses complementares ou contraditórios. Muitas vezes por omissão ou intervenção, as relações entre

os agentes envolvidos eram conflituosas, sejam entre as Companhias, construtoras, serviços públicos, dentre outros.

Em Campinas, o início da implantação dessas medidas sanitárias e reguladoras do espaço urbano antecipou-se em alguns anos à Proclamação da República e, se ainda não se falava claramente em polícia de saúde, podia-se perceber uma preocupação muito grande com a higiene urbana, no sentido de manter a cidade asseada, desodorizada, aformoseada. (MONTEIRO, 2009, p. 147).

No que se refere ao campo sanitário, projetos também foram colocados em prática por engenheiros, principalmente devido aos surtos recorrentes de febre amarela. Mesmo que naquele momento ainda não se soubesse a verdadeira forma de contágio, as políticas de saneamento implantadas trouxeram consigo a limpeza, eliminando os criadouros de mosquitos infectados e, conseqüentemente, contribuindo para o controle das epidemias. Os projetos de Saturnino de Brito,² implementados no período, acabaram por oferecer à Campinas uma adequação entre a modernidade intrínseca às obras e o meio natural, que agora era essencialmente parte do conjunto urbano (ANDREUCCI, 2007).

2 O campo sanitário em Campinas

Concentremos nossas observações no campo sanitário, principalmente na saúde, já que algumas doenças atingiram a cidade, em maior ou menor intensidade, e marcaram a Campinas do período: a varíola (primeiros casos registrados em 1873); a cólera (1855 perdurando

² Sobre a atuação de Saturnino de Brito em Campinas, ver: MONTEIRO, 1992

até o século XX); a febre amarela (primeira epidemia em 1889, adentrando o século XX); a gripe espanhola (1918-1919) e a tuberculose (durante todo período).

Nos documentos administrativos consultados no Arquivo Municipal, a varíola e a febre amarela são citadas com maior frequência. A primeira por ser alvo de vacinação regulada pelo governo estadual, já a segunda por ter atingido os moradores em várias epidemias até a passagem para o século XX. Nas imagens a seguir, trazemos como ilustração dois documentos importantes referentes à varíola. No primeiro (**Fig. 1**), um comprovante de vacinação de prevenção contra a doença, emitido pela Comissão Sanitária de Campinas, extensão do Estado na cidade de Campinas.



Fig. 1 - Comprovante de vacinação de prevenção contra varíola, emitido pela Comissão Sanitária de Campinas em 1908. Acervo de correspondências emitidas e recebidas pela Comissão Sanitária de Campinas entre os anos de 1893-1915. Arquivo Municipal de Campinas.

Já na segunda imagem (**Fig. 2**), um ofício emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior enviado à Câmara Municipal de Campinas, em 1894, reforçava para a municipalidade a importância da medida de vacinação contra a varíola.

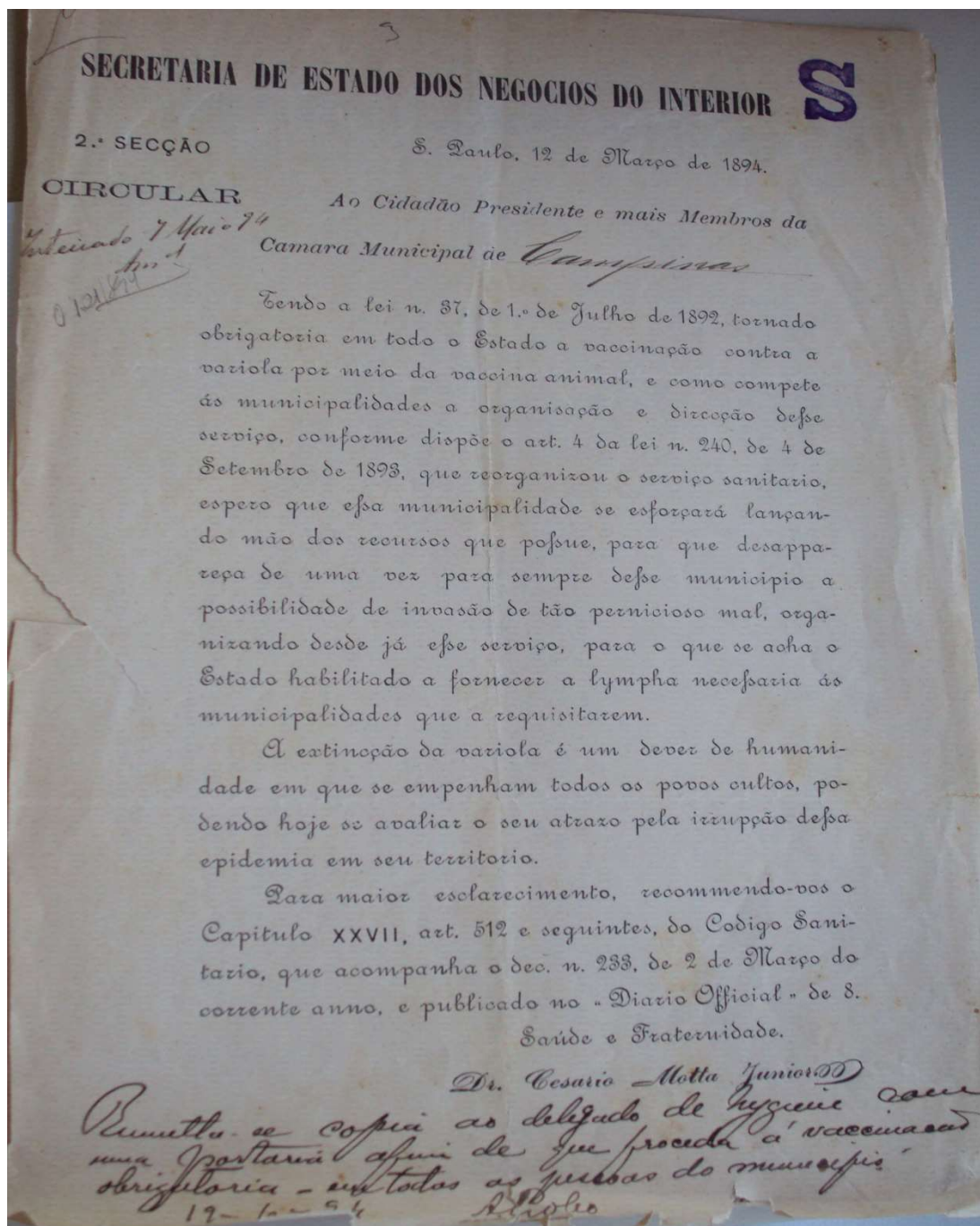


Fig. 2 - Ofício de 1894 referente à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1893-1915. Acervo de correspondências emitidas e recebidas pela Comissão Sanitária de Campinas entre os anos de 1893-1915. Arquivo Municipal de Campinas.

Porém, foi a febre amarela que impactou em maior intensidade a cidade, conforme mostraram os estudos,³ marcando um importante capítulo da história campineira. A doença, que já era um grave problema para o país durante todo o século XIX, foi uma das maiores preocupações sanitárias do poder público no período de que tratamos aqui.

A proporcionalidade alcançada pelas sucessivas epidemias de febre amarela em alguns pontos do cenário paulista exigiu uma maior disposição das administrações estaduais e municipais, principalmente em Santos e Campinas. Os efeitos dos surtos epidêmicos ocorridos em Campinas trouxeram consequências muito superiores do que as verificadas por outras doenças. O primeiro caso notificado da doença em solo campineiro foi constatado em 1889, mais especificamente em uma imigrante proveniente do porto de Santos, chamada Rosa Beck, vinda da Suíça (SANTOS FILHO; NOVAES, 1996, p. 39).

A partir dos registros dos primeiros casos, a cidade tornou-se um centro disseminador da epidemia devido ao fato de haver em Campinas o entroncamento ferroviário das vias de acesso para o interior. Com isso, a doença encontrou caminhos para sua penetração no oeste paulista. As alterações no convívio social da cidade foram notáveis.

Na tentativa de amenizar os graves problemas trazidos para as cidades, Comissões Sanitárias foram criadas pelo governo estadual e destinadas a fazer o controle sanitário *in loco*. No entanto, foi em 1901 que as comissões sanitárias que atuavam no interior paulista passaram a

³ SANTOS FILHO; NOVAES (1996) e LAPA (1996), são obras de referências para o assunto.

combater o mosquito com ações para controlar o contágio da febre amarela.

Campinas, devido à intensidade das epidemias de febre amarela, contou com os trabalhos da Comissão Sanitária não apenas no que se refere à sua institucionalização como polícia sanitária. Sua prática, conforme veremos em alguns documentos que foram consultados, estava intrinsecamente atrelada à Intendência Municipal. Ocorria entre elas uma inter-relação para a execução de atividades de melhoria da saúde pública em Campinas, e isto nos mostra que as atividades foram desenvolvidas de maneira harmoniosa. (Fig. 3).

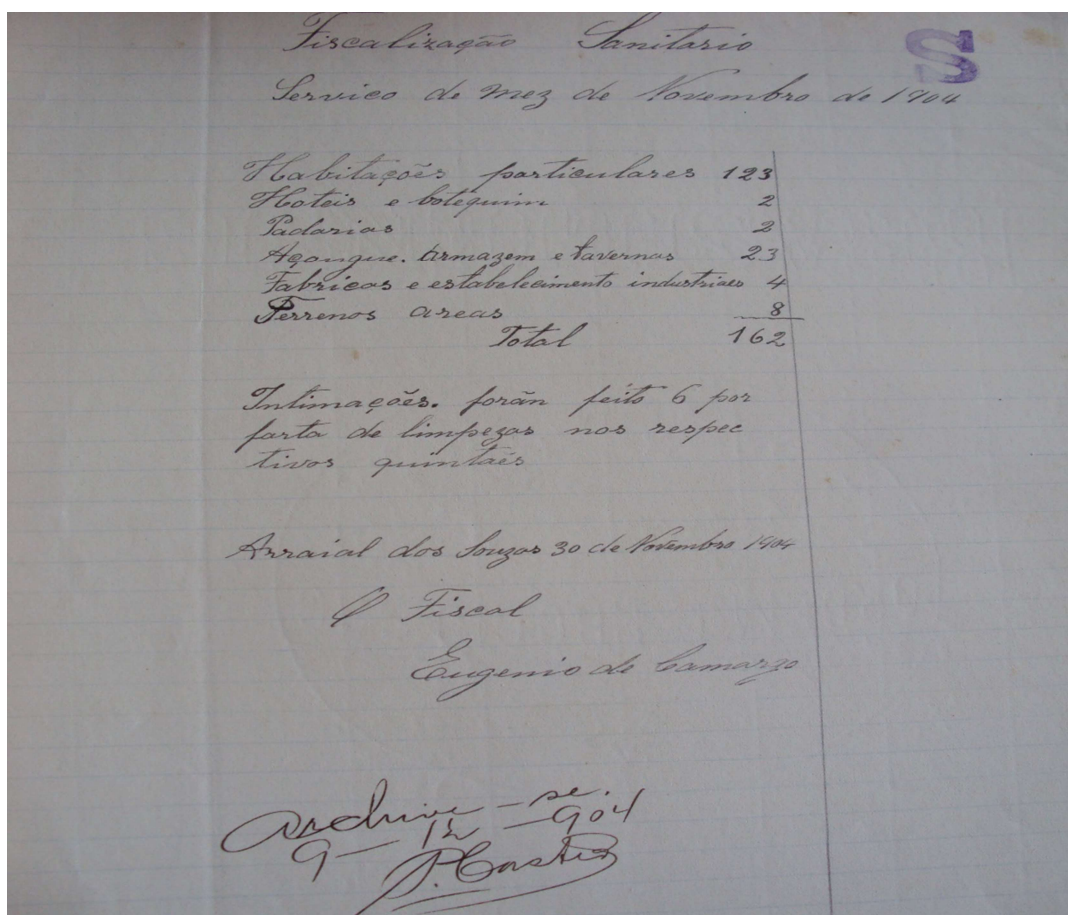


Fig. 3 – Relatório de fiscalização sanitária realizada em novembro de 1904 no distrito de Arraial dos Souzas pelo fiscal Eugenio Camargo, exemplo da relação entre a Comissão Sanitária de Campinas e a Intendência Municipal no combate preventivo. Acervo de correspondências emitidas e recebidas pela Comissão Sanitária de Campinas entre os anos de 1893-1915. Arquivo Municipal de Campinas.

Percebemos que a Intendência Municipal, em diversas situações nas quais deveriam ocorrer as vistorias, recorria aos trabalhos da Comissão Sanitária de Campinas para uma execução conjunta das atividades. É importante destacar que esta relação se concentrava na figura do Engenheiro Municipal, que efetivamente elaborava os projetos de saneamento na cidade, ficando sob responsabilidade da Comissão verificar a execução e o andamento das obras. As visitas nas residências tinham por objetivo verificar problemas com a edificação, principalmente nas condições de conservação (Fig. 4).

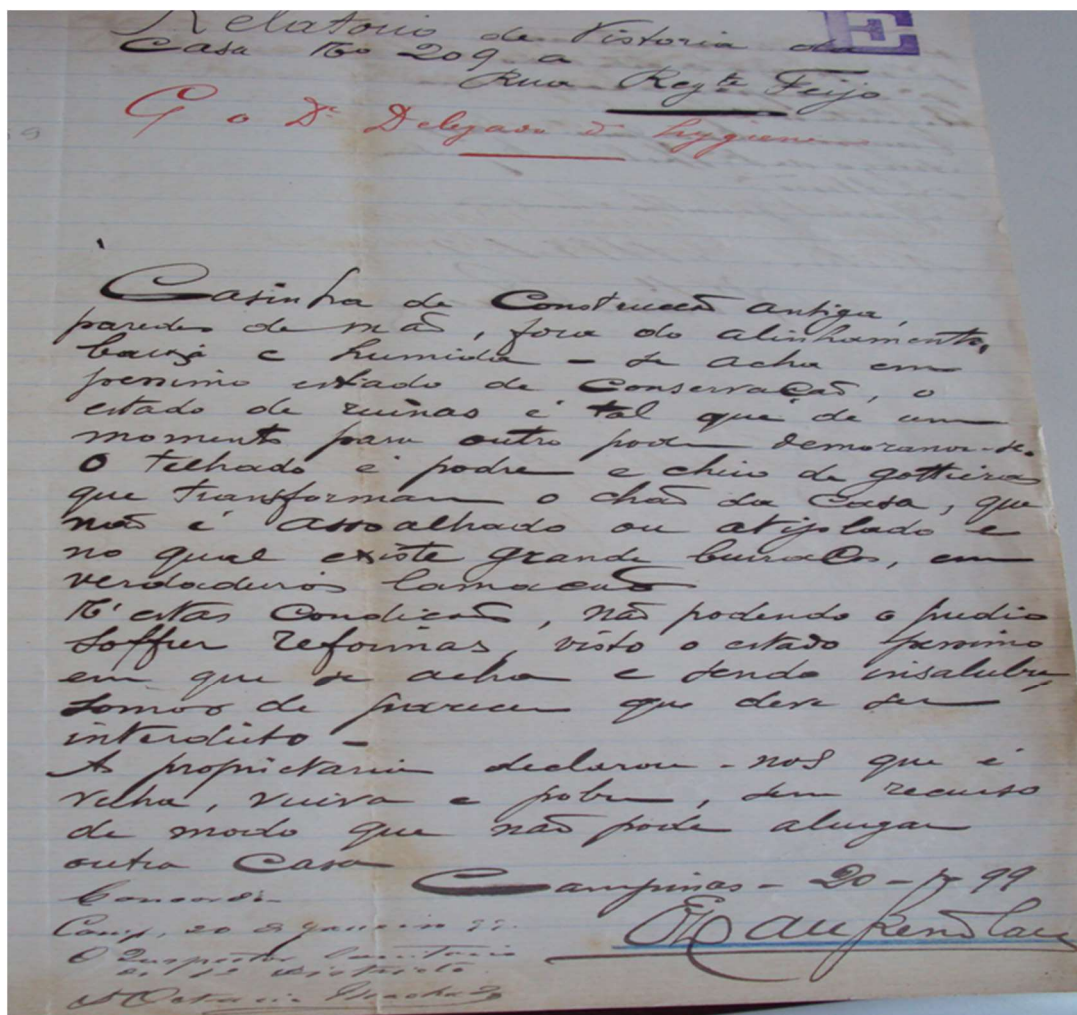


Fig. 4 – Relatório de vistoria realizada em 20 de janeiro de 1899 em residência situada à Rua Regente Feijó, 209. Acervo de correspondências emitidas e recebidas pela Comissão Sanitária de Campinas entre os anos de 1893-1915, Caixas 2-4. Arquivo Municipal de Campinas.

Os documentos consultados revelaram também outro serviço realizado pela municipalidade em parceria com as comissões: a vacinação. A importância deste serviço está diretamente relacionada à característica de polícia sanitária das comissões, atuando de forma mais presente no cotidiano dos moradores. O discurso republicano legitimou a ação dos inspetores sanitários, garantindo o acesso para que adentrassem na rotina das pessoas utilizando os supostos benefícios da vacinação na eliminação de qualquer surto epidêmico persistente no período, principalmente da febre amarela e da varíola.

O governo paulista desde os anos iniciais da República se utilizava dos recursos da vacinação, assim como já havia ocorrido durante o período anterior. Para que a prática fosse realizada amplamente pelas Câmaras Municipais, a determinação da vacinação e revacinação estava prevista na lei. Constatamos tal informação em ofícios circulares expedidos pela Secretaria do Estado dos Negócios do Interior para as Intendências Municipais paulistas. Reforçando tal determinação, segue um exemplo de 12 de março de 1894, recebido pela Intendência Municipal de Campinas em 7 de maio do mesmo ano:

Ao Cidadão Presidente e mais Membros da Câmara Municipal de Campinas,

Tendo a lei n. 37 de 1º de julho de 1892, tornado obrigatória em todo o Estado a vacinação contra a varíola por meio da vaccina animal, e como compete às municipalidades a organização e direcção deste serviço, conforme dispõe o art. da lei n. 240 de 4 de setembro de 1893, que reorganizou o serviço sanitário, espero que essa municipalidade se esforçará, lançando mão dos recursos que possui para que desapareça de uma vez para sempre desse município a possibilidade da invasão de tão

pernicioso mal, organizando desde já este serviço, para que o que se acha o Estado habilitado a fornecer a lympha necessária às municipalidades que a requisitarem[...]

Saúde e Fraternidade.

Dr. Cesário Motta Junior (INTENDÊNCIA, 1894).⁴

Após a instalação da Comissão Sanitária de Campinas, como não deixaria de ser, seus integrantes também executavam o serviço de vacinação na cidade, como verificamos nos atestados emitidos em papel timbrado pela Comissão entre os anos de 1908 até 1918:

Comissão Sanitária de Campinas – Vaccina Animal n. 768. Attesto que Zulmira Mendes de 6 anos de idade natural de Campinas residente em Campinas filha de Luiz Mendes foi vaccinada contra a varíola em 4 de julho de 1908 e teve vaccina regular. Campinas 4 de julho de 1908. O Inspetor Sanitário. (INTENDÊNCIA, 1893-1915).

Nas escolas da cidade a vacinação era de responsabilidade da administração escolar, que enviava os atestados à Intendência Municipal e essa os remetia à Comissão Sanitária de Campinas, conforme seguem:

Ilustríssimo Sr. Dr. Tito Martins Digníssimo Intendente Municipal de Campinas.

A Professora Maria do Carmo Costa Ghilardi tem a honra de enviar à V. S. os atestados de vaccina das alunas matriculadas na Eschola "Ferreira Penteado". Saúde e Fraternidade. A Professora Maria do Carmo Costa Ghilardi. Campinas 25 de fevereiro de 1903". (INTENDÊNCIA, 1893-1915).

⁴ Trata-se de transcrição do documento apresentado na **Fig. 2** deste artigo.

Ilustríssimo Sr. Dr. Tito Martins Digníssimo Intendente Municipal de Campinas.

Tenho a honra de enviar a V. Ex. os atestados de vacinação dos alunos matriculados na escola sob minha direção. Saúde e Fraternidade. Da Professora Dalila Salles (INTENDÊNCIA, 1893-1915).

Não foram encontrados os comprovantes deste serviço anteriormente a essa data na documentação consultada; porém, podemos supor que esta prática pode não ter sido realizada com a emissão de atestados pela Comissão. No entanto, durante os dez anos nos quais os atestados comprovam a realização da vacinação, há uma grande quantidade desses itens, comprovando a realização assídua de tal prática na cidade de Campinas. Ribeiro (1991) informa que entre 1895 e 1904 foram vacinados 25.764 indivíduos, e em 1907 o total de vacinados chegou a 30.247 pessoas.

Chama atenção nos documentos consultados a realização de inspeções minuciosas que ocorriam nas residências e em todo o espaço da cidade. O não cumprimento da legislação acarretava multas ou em alguns casos advertências formais para os cidadãos. Para melhor ilustrar, a fim de constatar exemplos desta relação existente entre a Comissão Sanitária de Campinas e a Intendência no combate preventivo, encontrou-se:

Intendência Municipal de Campinas.

28 de maio de 1903.

Ao fiscal da Comissão Sanitária de Campinas.

Vá a Rua B. de Campos entre as Ruas Antonio Cesarino e Padre Vieira verificar a existência de um formigueiro na casa onde morra Joana Ferraz.

Antonio Álvares Lobo". (INTENDÊNCIA, 1903).

Intendência Municipal de Campinas.

31 de maio de 1903.

Ao fiscal da Comissão Sanitária de Campinas.

Ir a Companhia Mac Hardy para vistoriar uma cocheira que a mesma arrendou a empresas. Ver as condições do local, as condições da cocheira e se estão de acordo com a lei.

Antonio Álvares Lobo (INTENDÊNCIA, 1903).

Estas vistorias rotineiras também acarretavam a apreensão de animais como gados e porcos, além de legumes que normalmente eram comercializados sem permissão na região central da cidade. Antes dos produtos serem apreendidos, o vendedor recebia multa dos fiscais e uma advertência.

As visitas nas residências ocorriam quando constatados problemas com a edificação e eram realizadas em parceria entre a Comissão Sanitária de Campinas e o Engenheiro Municipal. Vejamos alguns exemplos sobre estas visitas, constatados na documentação disponível:

Comissão Sanitaria de Campinas.

Campinas 24 de setembro de 1897.

Ao Sr. Engenheiro da Cammara para providencias.

Peço-vos que madei proceder às vistorias dos prédios números 1 e 3 da Rua Senador Saraiva, no 3º districto sanitário desta cidade.

Saúde e Fraternidade.

Dr. Emílio M. Ribas. Chefe da Comissão Sanitária de Campinas. (INTENDÊNCIA, 1897).

Outro tipo de vistoria realizada nas residências ocorria para constatar doentes. Uma vasta documentação da Comissão Sanitária no primeiro ano de sua atuação notificava a Intendência Municipal sobre os casos de febre amarela na cidade. Nestas notificações, os inspetores informavam o local onde residia o doente, ou mesmo atestava o óbito por febre amarela, além de informar que o doente ou o cadáver foi removido e a residência foi desinfetada e interditada (pelo que se verifica nos documentos, com prazo médio de oito dias).

O espaço público também era alvo de vistorias. As ruas, como as maiores reveladoras de problemas relacionados à saúde pública, eram sempre inspecionadas e recebiam tratamento quando encontradas irregularidades. Visitas para constatação e notificação de doentes em fábricas e escolas também eram recorrentes. Estas visitas ocorriam também em outras regiões que compunham Campinas no período, como era designado pelo Serviço Sanitário. Verificamos abaixo um exemplo explicitado em um relatório da Comissão Sanitária de Campinas:

Comissão Sanitária de Campinas.

Campinas 27 de julho de 1915.

Illmo. Sr. Dr. Octavio Marcondes Machado, M.D. Chefe da Comissão Sanitária de Campinas.

Por vossa determinação e a pedido do Dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, presidente da Câmara Municipal, fui, hoje, em inspeção às escolas da Villa Americana,⁵ verificar a existência de casos de conjunctivite granulosa.

Em idêntica inspeção, procedida em janeiro do anno transacto, aconselhei aos respectivos professores a não receberem alumnos que fossem affectados dessa moléstia sem que estivessem completamente restabelecidos. Primeira Escola Masculina: Alunos matriculados, 31, presentes 21 – Destes, estão com conjunctivite granulosa os dois seguintes: Pedro Chebin e Octavio Martinelli, Professor Silvino Jose de Oliveira. Segunda Escola Masculina: Alunos matriculados, 31, presentes 21 – Destes, affectado o seguinte: Antonio Grassi, Professor José Dias Lima. Primeira Escola Feminina: Matriculadas 25, presentes 19. Desta affectada a seguinte: Josefhina Rinaldi, Professora Alexandrina Sarmiento (substituta). Primeira Escola Mixta: Alunos matriculados 36, presentes 21. Affectadas duas alunas: Clorinda Baptistucci e Ermidia Gione. Professora D. Olyimpia de Oliveira [...] Os casos, porém, são em sua maioria benignos. Aconselhei aos professores a conveniência do afastamento das aulas por parte dos alumnos affectados, afim de ser evitada a propagação aos demais alumnos. É o quanto tenho a vos informar, reativamente à minha inspeção às escolas de Villa Americana.

Saúde Americana.

O Inspector Sanitário Dr. Francisco de Arruda Rozo. (INTENDÊNCIA, 1914).

⁵ Atualmente cidade de Americana.

Vemos por meio desse relatório que, além de realizar o trabalho de polícia sanitária, o inspetor da Comissão Sanitária também exercia efetivamente a clínica ao diagnosticar os alunos doentes nas escolas. É importante destacar a realização da atividade médica por estes inspetores, pois, não havendo na própria Campinas número suficiente de médicos clinicando, percebemos que nas localidades que compunham a região próxima, a situação dos moradores era ainda mais precária quanto à falta de médicos:

Vallinhos, 31 de março de 1900.

Ilustríssimo Dr. Intendente Municipal, Dr. Manoel de Assis Vieira Bueno.

Incluso o relatório de intimações feitas no mês de março do corrente ano, em princípios do corrente mês officei a essa Intendência e ao Chefe da Comissão Sanitária, haver um caso de febre em uma moça, foi verificado pelo Dr. Lauro Brito médico da Comissão Sanitária ser um caso de febre intermitente e não havendo mais caso de moléstia alguma, o estado sanitário neste bairro é excelente.

Saúde e Fraternidade.

O Fiscal José Ribeiro (INTENDÊNCIA, 1900).

Além do trabalho executado diretamente com o Engenheiro da Câmara, a Comissão Sanitária de Campinas também auxiliava diretamente a Intendência Municipal na execução de trabalhos de fiscalização em companhias privadas. Esta constatação foi verificada na documentação expedida pela Intendência diretamente à Comissão, conforme o exemplo a seguir:

Campinas, 12 de março de 1904.

Illmo. Sr. Dr. Octavio Machado, M. D. Chefe da Comissão Sanitária.

Com o presente officio, em resposta ao de V.S. passo às mãos de V. S. por copia, um outro que foi enviado pela Companhia de Águas e Esgoto, sobre a falta de água nos pontos altos da cidade. É lembrada nele a conveniência dessa ilustre Comissão auxiliar na fiscalização sobre o desmancho de torneiras, e para isso chamo a atenção de V. S. assegurando que esta Intendência insistido para regularização do serviço de água.

O Intendente Dr. Antonio Álvares Lobo (INTENDÊNCIA, 1904).

Considerações finais

A partir das diversas atividades a cargo da Comissão Sanitária de Campinas, verificamos que havia um amplo projeto por parte do Governo Estadual para verificar e, sobretudo, controlar as ações no campo da saúde pública na cidade de Campinas. Podemos afirmar que, em boa medida, esta atenção disposta sobre a cidade devia-se à sua importância econômica, tendo em vista o que os números da produção cafeeira no período representavam para o estado paulista. A criação e a destinação de uma Comissão Sanitária para executar e acompanhar os trabalhos no campo sanitário visava a amenizar os impactos dos surtos epidêmicos que Campinas atravessou, mas não deixou de caracterizar também um meio de fiscalização direta do governo estadual no município. No entanto, a operacionalidade prática dos serviços da Comissão, conforme revelaram os documentos, passou-se harmonicamente, em forma de cooperação.

Fontes utilizadas

Arquivo Municipal de Campinas:

INTENDÊNCIA Municipal. Correspondências. Campinas, 1893 a 1915.

INTENDÊNCIA Municipal. Livro de Registro de Correspondência.

Campinas, 14/02/1895 a 11/08/1903.

INTENDÊNCIA Municipal. Livro de Registro de Correspondências.

Campinas, 12/08/1903 a 18/03/1910.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Peste e o plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANDREUCCI, Renata Azevedo. *O urbano e o sanitário na transformação do espaço urbano em Campinas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26082>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

BERNARDINI, Sidney Piochi. Cidades iluminadas e insalubres: saneamento e urbanização de São Paulo (1892-1930). *Oculum Ensaio*, Campinas, p 18-28, 2010.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os cantos e os antros*. Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas*. Campinas: Arte e Escrita, 2009.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Arquivística: temas contemporâneos*. Distrito Federal: SENAC, 2009.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. C., e NOVAES, José Nogueira. *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: Área de Publicações/Centro de Memória Unicamp, 1996.

Capítulo 2

Arquitetura escolar da Campinas imperial: o caso da Escola Corrêa de Mello

Munir Abboud Pompêo de Camargo

Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Doutorando em Educação pela UNICAMP. Pesquisador no Programa de Estudos e Pesquisa em História da Educação no Centro de Memória da Educação, UNICAMP.

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX, em Campinas, floresceram diversas iniciativas educacionais. Elas eram voltadas tanto para a elite da cidade quanto para a educação popular, tanto para meninos como para meninas.¹ Em sua maioria, eram instituições particulares ou organizadas por associações.²

¹ Alguns exemplos de colégios femininos do século XIX são o Colégio Florence e o Colégio Perseverança. O primeiro, fundado em 1863 por Carolina Krug Florence e seu marido, Hercule Florence, atendia as famílias do grupo mandatário da cidade, como as filhas de Joaquim Quirino dos Santos, Francisco Glicério e Joaquim Ferreira Penteado. Já o segundo, também conhecido como Colégio Cesarino, fundado por Antonio Cesarino e sua família – todas pessoas negras livres – em 1860, era um estabelecimento de ensino primário e secundário que também funcionava como internato. Kabengele (2012, p. 403) indica que possivelmente o público do colégio também era pertencente à elite local. Sobre o Colégio Florence e a trajetória de Carolina Krug Florence, ver Ribeiro (1993, 2006). Sobre o Colégio Cesarino e a trajetória de Antonio Cesarino, ver: Kabengele (2012) e BARBOSA (1997).

² Modelos de associação são encontrados nos colégios ligados a grupos de imigrantes. Por exemplo, a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura (SAIL), inaugurou em 1863 uma escola para os imigrantes alemães e filhos de alemães. A escola do Circolo Italiani Uniti de Campinas é outro exemplo dos resultados do associativismo imigrante. A partir da fundação do clube italiano, em 1881, é fundada a escola um ano depois. Ela atendia apenas italianos e filhos de italianos. A respeito da imigração alemã para a região, durante o século XIX, a fundação da SAIL, ver Karastojanov (1999). A respeito do associativismo italiano por meio do Circolo Italiani Uniti, ver CORRÊA (1999).

Apesar da variedade de escolas existentes, foi apenas a partir da década de 1870 que instituições educacionais com edifícios especializados surgiram na cidade. Os dois primeiros casos são colégios, como o Internacional (1874) e o Culto à Ciência (1874), que foram pensados para atender à elite campineira. O primeiro, fundado por presbiterianos do sul dos Estados Unidos, recebeu o apoio do grupo mandatário de Campinas. A sua arquitetura seguia padrões de higiene considerados, naquele período, como inovadores. A preocupação com a elevação do piso em relação ao solo, os cômodos com janelas que permitiam a circulação de ar e a entrada de luz solar, além de ter sido construído em uma chácara adquirida pela missão presbiteriana, local que garantia o isolamento do edifício em relação à rua, e o contato com a natureza, elementos considerados garantidores de salubridade. Além disso, era uma instituição de ensino primário e secundário, com disciplinas inicialmente focadas na aprovação dos estudantes em universidades na Europa e nos EUA.

Quanto ao Culto à Ciência, fundado por uma associação de mesmo nome, a escola foi idealizada pelo grupo mandatário de Campinas para que seus filhos estudassem. O seu edifício seguia os padrões de higiene e isolamento supratratados. Além disso, possuía biblioteca e laboratório.

Camargo (2019b, p. 78-79) apresenta os nomes da primeira diretoria do colégio, comparando-os aos participantes na reunião de fundação do Colégio Internacional:

Ao analisar a lista dos membros da diretoria provisória do Colégio Culto à Ciência – composta por Joaquim Bonifácio do Amaral, Joaquim Egydio de Sousa Aranha, Joaquim Quirino dos Santos, Jorge Krug e Antônio Pompêo de Camargo –, percebe-

se que apenas Joaquim Quirino dos Santos não participou da reunião de fundação do Colégio Internacional. Seu irmão, porém, Francisco Quirino dos Santos, estava presente em ambas e fazia parte da comissão para organização administrativa e docente do Colégio Culto à Ciência. Quanto à diretoria definitiva – composta por Joaquim Bonifácio do Amaral, Antônio Pompêo de Camargo, Dr. Jorge Krug, Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello e Dr. Joaquim Vieira de Carvalho – apenas Américo Brasiliense não estava presente na reunião de fundação do Colégio Internacional. O nome de Joaquim Bonifácio do Amaral salta aos olhos, tendo em vista que se tratava do presidente da Associação Culto à Ciência. Por sua vez, Antônio Pompêo de Camargo era o idealizador do colégio e ambos participaram da reunião de fundação do Colégio Internacional. Já Joaquim Egydio de Souza Aranha, que fazia parte da diretoria provisória do Culto à Ciência e, posteriormente, da comissão para organização administrativa e docente do Colégio Culto à Ciência, havia presidido a reunião de fundação do Colégio Internacional.

Os nomes citados possuíam as mais diversas profissões: eram profissionais liberais, lavradores, servidores públicos do império e comerciantes. Além disso, são encontrados membros dos três partidos do império: Liberal, Conservador e Republicano. Eram sujeitos que controlavam tanto a política quanto a economia de Campinas, e muitos deles tinham relação com o império.

A educação para o grupo supracitado se tornou um projeto. Não se pensava apenas em colégios voltados para os seus filhos, mas também escolas que em seus planos seriam populares. Dois exemplos são a Escola Ferreira Penteado, fundada por Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de

Itatiba, em 1881, e a Escola Corrêa de Mello, também de 1881. Ambas possuíam arquitetura especializada, pensada para atender às necessidades da educação, entretanto, eram espaços diferentes quando comparados aos colégios voltados para a elite.

Assim, o presente artigo objetiva analisar a arquitetura da Escola Corrêa de Mello, problematizando, principalmente a partir dos materiais existentes no Arquivo Municipal de Campinas, a concepção de arquitetura para uma escola destinada a aquilo que o grupo mandatário de Campinas considerava como popular. As características do local em que a escola foi instalada, junto a arquitetura estabelecida para o edifício, além do tipo de educação direcionada ao público a qual ela deveria acolher, permitem a compreensão de como as diferenciações sociais eram estabelecidas a partir desse projeto do grupo mandatário da cidade.

1 O entorno da Escola Corrêa de Mello

Foi em 1877 que o antigo Largo do Lixo passou a ser chamado de Largo Corrêa de Mello. O nome foi posteriormente, em 1880, substituído para Carlos Gomes. Nesse mesmo ano o Largo do Jurumbeval, também conhecido como antigo Largo do Chafariz do Poente, teve o seu nome alterado para Corrêa de Mello (MARTINS, 2010, p. 272).

As nomeações eram homenagens prestadas pela Câmara Municipal de Campinas a figuras de destaque na sociedade campineira. Entretanto, os lugares escolhidos para estabelecer as homenagens chamam a atenção, em especial no caso daquela prestada a Joaquim Corrêa de Mello. Os locais designados para descarte de lixo na cidade incluíam a região de trás da Capela do Cônego Melchior, o final da Rua Sacramento,

os largos do Mercado e do Jurumbeval (MARTINS, 2010, p. 276). O largo escolhido para homenagear Corrêa de Mello não era apenas um local de depósito de lixo, mas também uma região alagadiça, um brejo em que se encontrava a nascente do córrego do Serafim.

As reclamações a respeito do cheiro do local eram algo que chegou até mesmo a tomar as páginas dos jornais da época. Ribeiro (p. 47, 1993) destaca que cidadãos com filhas matriculadas no Colégio Florence, localizado próximo ao Largo do Jurumbeval, enviaram manifestações aos periódicos exigindo que a Câmara Municipal tomasse providências.

Dessa forma, obras de melhoria foram iniciadas em 1876: canais de escoamento de água foram construídos, o brejo foi aterrado e chafarizes foram instalados para aproveitar as águas das nascentes que ali existiam (CAMARGO, 2021, p. 128; 129). O local então passou a ser utilizado por profissionais como aguadeiros e lavadeiras, além de ser ocupado pela população marginalizada da cidade, fator que também levou a críticas dos grupos mais abastados da sociedade (MARTINS, 2010, p. 290).

Foi nessa área, situada na transição entre o urbano e o rural, zona baixa da cidade, que surgiram dois planos para a ocupação do solo. Inicialmente, em 1876, a Câmara Municipal de Campinas discutia a implementação de um mercado na área (CAMARGO, 2021, p. 126); entretanto, os planos foram alterados, em 10 de março de 1879 a Câmara Municipal aprovou a construção de uma escola no local em homenagem a Joaquim Corrêa de Mello (GAZETA, 1879).

A decisão gerou conflitos entre os vereadores da Câmara Municipal. Antônio Quirino dos Santos, por exemplo, se opôs a construção da escola, uma vez que, de acordo com ele,

o referido largo deveria ficar reservado para um futuro mercado e mercadinho, visto que a cidade se estende diariamente para as respectivas circunvizinhanças por causa da influencia³ e importância que lhes dá o cruzamento das estradas de ferro (QUIRINO DOS SANTOS, 1879, p.1).

De qualquer modo, a escola foi construída, ficando estabelecido

[...] que a planta do edifício teria que ser apresentada à Câmara antes do início das construções “*e designada a porção de terreno que pedem, ficando o edifício pertencente a Camara se a escola deixar de funcionar por espaço de 2 annos (Gazeta de Campinas, 30 de março de 1879)*” (CAMARGO, 2021, p. 125).

2 A escolha do arquiteto

Após as decisões tomadas para a criação de uma escola, foi constituída uma associação chamada Sociedade Corrêa de Mello, cujos responsáveis pela administração eram Joaquim Quirino, Carlos Norberto de Souza Aranha e José Estanislau do Amaral. Os seus estatutos foram aprovados em 11 de fevereiro de 1881 e tinham como objetivo promover a educação popular e administrar a instituição (CAMARGO, 2021, p. 93).

Para a construção do edifício, Francisco de Paula Ramos de Azevedo foi contratado. O arquiteto e engenheiro era recém-formado pela Universidade de Gante, na Bélgica. Filho do Major João Martins de Azevedo,⁴ Ramos de Azevedo se beneficiou de suas relações familiares, recebendo apoio do grupo mandatário de Campinas.

³ Os textos de época aqui reproduzidos foram mantidos com sua grafia original.

⁴ Pertencente ao Partido Liberal do Império e “*vereador nos períodos de 1853 a 56, de 65 a 68 e de 69 a 72*” (LOBO, 1952).

O arquiteto também era membro da maçonaria, tendo sido convidado por Joaquim Quirino dos Santos, *“que levou Ramos de Azevedo como aprendiz no dia 17 de outubro de 1873, antes mesmo de sua viagem para a Bélgica”* (CAMARGO, 2021, p. 108).

O padrinho maçom de Ramos de Azevedo, além de ter sido *“tesoureiro do Clube da Lavoura, presidente do Teatro São Carlos em 1878, membro da sociedade Culto à Ciência e um dos integrantes da diretoria provisória da mesma instituição”* (CAMARGO 2021, p. 94), também era um dos que encabeçaram a comissão da Câmara Municipal que, em parceria com o Clube da Lavoura, tinha a função de criar uma homenagem a Joaquim Corrêa de Mello.

De qualquer forma, ao retornar ao Brasil, após os seus estudos no exterior, Ramos de Azevedo expôs seus trabalhos produzidos na Bélgica na residência de Antonio Nogueira Ferraz. *“A exposição foi anunciada na Gazeta de Campinas de 13 de julho de 1879, que tinha orientação republicana e Jorge Miranda, cunhado de Ramos de Azevedo, como um de seus integrantes”*⁵ (CAMARGO, 2021, p. 99). Além disso, o arquiteto era próximo do Barão de Parnaíba, vinculado ao Partido Conservador, que o apadrinou e o contratou, em 1886, para a construção do Edifício do Tesouro em São Paulo (LEMOS, 1993, p. 9), e do Visconde de Indaiatuba, ligado ao Partido Liberal, que entregou as obras finais da Igreja Matriz a Ramos de Azevedo (CAMARGO, 2021, p. 101, 102).

⁵ Jorge Miranda era irmão de Francisco Glicério Cerqueira Leite, ambos eram filhos de Antonio Benedito Cerqueira Leite e casados com as irmãs de Ramos de Azevedo.

O processo de contratação reflete as relações entre os membros da elite local. O que se nota é um processo de mecenato em torno da figura de Ramos de Azevedo, esclarecendo que

o mecenato é compreendido como o processo de patrocinar e incentivar artistas, sendo dado por diversas formas e podendo ser exercido por sujeitos economicamente abastados e/ou inseridos em ambientes burocráticos estatais que permitem direcionar apoio ao artista. (CAMARGO, 2021, p. 98).

Isso permitiu que o arquiteto assumisse o projeto e a construção de diversos edifícios, não apenas em Campinas, mas também em São Paulo. Assim, deve-se considerar que o mecenato não se comprova apenas pela construção das escolas, mas também por uma série de contratações realizadas por figuras de influência em Campinas, que possuíam ainda relações pessoais com o arquiteto, seja de parentesco ou de amizade com sua família. Processo que permitiu que Ramos de Azevedo se mudasse para São Paulo em 1886 para construir, como já mencionado, o edifício do Tesouro Nacional a pedido do Barão de Parnaíba. Essa trajetória resultou, já na República, na transformação do arquiteto em uma das figuras mais importantes para as obras públicas no estado de São Paulo, sendo que, em 1896, 25% dos gastos totais com obras públicas foram destinados a pagamentos de projetos e construções de escolas a Ramos de Azevedo (WOLFF, 2010, p. 144).

3 A arquitetura da escola

A planta arquitetônica encontrada da Escola Corrêa de Mello data de 1935 e é referente a uma reforma que ocorreu no edifício durante a

gestão de José Pires Neto. O material, contendo 19 folhas, está arquivado no Arquivo Municipal de Campinas a partir do Requerimento nº: 1027 de 17 de maio de 1935. Embora trate de uma reconstituição para uma reforma, o documento apresenta detalhes do edifício escolar que possibilitam a análise de sua materialidade e a compreensão de elementos do projeto original.

O documento (**Fig. 1**) apresenta três desenhos distintos em uma folha, o primeiro se trata da planta da parte térrea da escola, a segunda é o corte do edifício e, por fim, a planta do porão. A escala dos três desenhos segue a proporção 1:100. O documento apresenta ainda marcações assinalando as alterações que seriam feitas no edifício, as em amarelo sinalizam as partes que seriam demolidas, já as em vermelho seriam as construções a realizar. A reforma deixaria o edifício com quatro salas de aula *“de 5.70 x 7.00 e um hall central, tendo ao fundo instalações sanitarias para os dois sexos”* (REQUERIMENTO, 1935).

O documento ainda permite compreender as dimensões do edifício, como descrito por Camargo (2021, p. 130, 131):

O corte, passando pelo meio do edifício, da porta de entrada até a sacada aos fundos do edifício, apresentando a altura das paredes, das portas e a estrutura do porão. A partir daí tem-se as medidas do pé direito da escola, tendo cinco metros de altura. As portas possuíam aproximadamente três metros de altura e 1,2 metros de largura.

A área térrea da escola totalizava 276,66 m² a partir do perímetro das paredes externas. As salas de aula de número 1 e 2 possuíam aproximadamente 56,43 m², as salas de aula 3 e 4 possuíam 27,36 m² aproximadamente e o corredor central possuía 73,01 m²

aproximadamente. Destaca-se, ainda, que as paredes externas possuíam 0,5 m de grossura, enquanto as internas tinham 0,25 m. Por fim, a terceira representa a planta do porão, as janelas do cômodo, as paredes estruturais e os pontos de apoio (traços em azul) para as paredes que seriam construídas com a reforma do térreo.

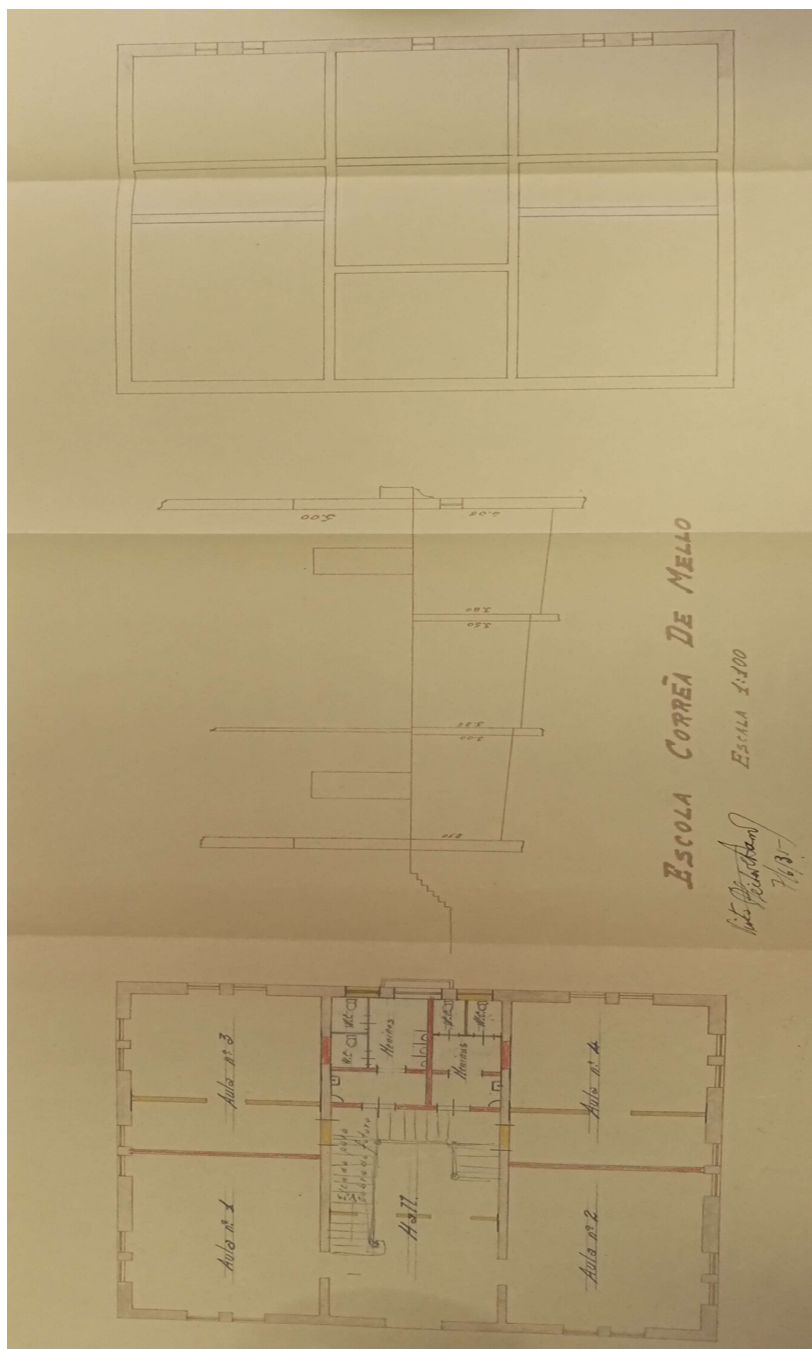


Fig. 1 - Planta de 1935 da Escola Corrêa de Mello, apresentando o pavimento térreo, o corte e o porão. Requerimento nº: 1027 de 17 de maio de 1935. Arquivo Municipal de Campinas.

O edifício seguia os padrões de proporcionalidade, com simetria entre os lados esquerdo e direito. O seu corredor central cruzava o edifício de norte a sul demarcando essa relação de proporcionalidade. Além disso, havia uma parede divisória no corredor, logo de frente para a entrada, nela havia um quadro do patrono da instituição, Joaquim Corrêa de Mello. Logo após a porta de entrada, tanto na esquerda quanto na direita, havia portas para as duas primeiras salas de aula, que também davam acesso às outras duas salas através de outras duas portas ao fundo das salas. Na segunda parte do corredor, ao cruzar a divisória, havia outras duas portas para as salas de aula e um acesso a uma sacada que se voltava para os fundos da escola e para o Largo Corrêa de Mello.

Ao cruzar a planta com a fotografia da escola (**Fig. 2**), outras características do edifício são encontradas. Datada de 1900, a imagem apresenta uma mureta com um gradil circundando a instituição, em sua entrada há ainda uma escada que leva ao andar térreo e demonstra, junto das janelas baixas da lateral, a existência do porão como técnica construtiva, tanto como uma forma de lidar com a inclinação do terreno, quanto manter o piso afastado do solo, medida considerada de higiene durante o período. Sobre tal questão, Bencostta (2005, p. 122) destaca que:

[...] predominaram, nesse período, os projetos que continham porões altos, característica das edificações da época, que facilitavam as adaptações em função do desnível topográfico, como meio de ventilar e proteger o piso de assoalho.



Fig. 2 - Escola Corrêa de Mello – 1900. Arquivo de fotografias do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas.

Além disso, a imagem revela a platibanda com o nome da escola e o ano escondendo o telhado quatro águas da escola. Outro elemento ainda são as janelas, compostas de vidro e madeira, que permitiam a circulação do ar e a entrada de luz no edifício, questões relacionadas às ideias de higiene e saúde do período. A posição do edifício ainda permitia a iluminação de todos os cômodos ao longo do dia. Dussel (2018, p. 178) destaca a importância do uso das janelas na arquitetura escolar ao longo do século XIX:

Seja como elemento decorativo, como canal de luz, ventilação ou visão, ou como local de controle, a janela tornou-se um artefato privilegiado colocado na conjunção de arquitetura, pedagogia e política nas escolas. Durante os séculos XVIII e XIX, teve um sucesso crescente, apoiado em melhorias técnicas e materiais em tamanho e custo e também em estratégias políticas que mudaram de espaços de confinamento e

fechamento (como fortalezas, portões pesados e paredes grossas) para edifícios organizados por meio do 'cálculo de aberturas, de espaços preenchidos e vazios, passagens e transparências' (Foucault 1977). As tecnologias de vidro desempenharam um papel importante nessa transformação, permitindo painéis maiores, mais suaves e mais fortes (Di Robilant et al., 2015, p. 42).⁶ (DUSSEL, 2018, p. 178. Tradução minha).

As janelas, seguindo os padrões de simetria do edifício, totalizavam seis na lateral térrea, quatro na fachada principal e seis janelas na lateral do porão do edifício (CAMARGO, 2021, p. 137, 138). Todas, como já dito, acompanhadas do uso do vidro, que favorecia a iluminação natural. Isso é reforçado pela existência de uma claraboia no centro do telhado de quatro águas, elemento que reforçava a iluminação interna (CAMARGO, 2021, p. 142)

Outra característica é a utilização de paredes estruturais (**Fig. 1**, corte), para a realização da fundação do edifício. Isso destacava a utilização do tijolo para a construção, algo que no período em Campinas era inovador, uma vez que ainda eram poucas as olarias e construções

⁶ No original: The history of school windows was analyzed by Catherine Burke in her beautiful essay on light in the history of education (Burke 2005). Either as decorative feature, as a channel for light, ventilation, or view, or as a site of control, the window became a privileged artifact placed at the conjunction of architecture, pedagogy, and politics in schools. During the eighteenth and nineteenth centuries, it knew a growing success, supported on technical and material improvements in size and cost but also on political strategies that shifted from spaces of confinement and enclosure (such as fortresses with heavy gates and thick walls) to buildings organized through 'the calculation of openings, of filled and empty spaces, passages, and transparencies' (Foucault 1977). Glass technologies played a major role in this transformation, allowing larger, smoother, and stronger panes (Di Robilant et al., 2015, p. 42).

com tijolos na região, questão que demarcava a substituição da taipa pelo tijolo nos processos construtivos.

Esse conjunto de elementos arquitetônicos constituía uma arquitetura própria estabelecida para instituições escolares, que

combinou a clausura ou encerramento com a acentuada ostentação de um edifício sólido cujas paredes constituíam a fronteira com o exterior ou que se achava separado desse exterior por uma zona mais ou menos ampla do campo escolar e um muro ou grade que assinalava os limites do espaço reservado. (ESCOLANO; VIÑAO FRAGO, 2001, p. 91)

Os muros no entorno do edifício, as escadarias de acesso ao térreo, junto com o hall de entrada da escola, aliados à platibanda com o nome da escola e o quadro de Joaquim Corrêa de Mello, contribuíam para essa *“dinâmica do encerramento, uma vez que são ambientes que acabam por controlar a circulação de pessoas nos edifícios”* (CAMARGO, 2021, p. 143). Ao mesmo tempo, esses elementos criavam uma aura em relação ao espaço da instituição, a monumentalizando.

4 A escola como monumento

A Escola Corrêa de Mello aparece em destaque no mapa de Campinas de 1900 (**Fig. 3**). Além de ser a construção de número 1, seu contorno é demarcado para ressaltar sua posição no documento. O mapa foi publicado no almanaque *Campinas em 1901*, de Leopoldo do Amaral e editado pela tipografia campineira Casa do Livro Azul.

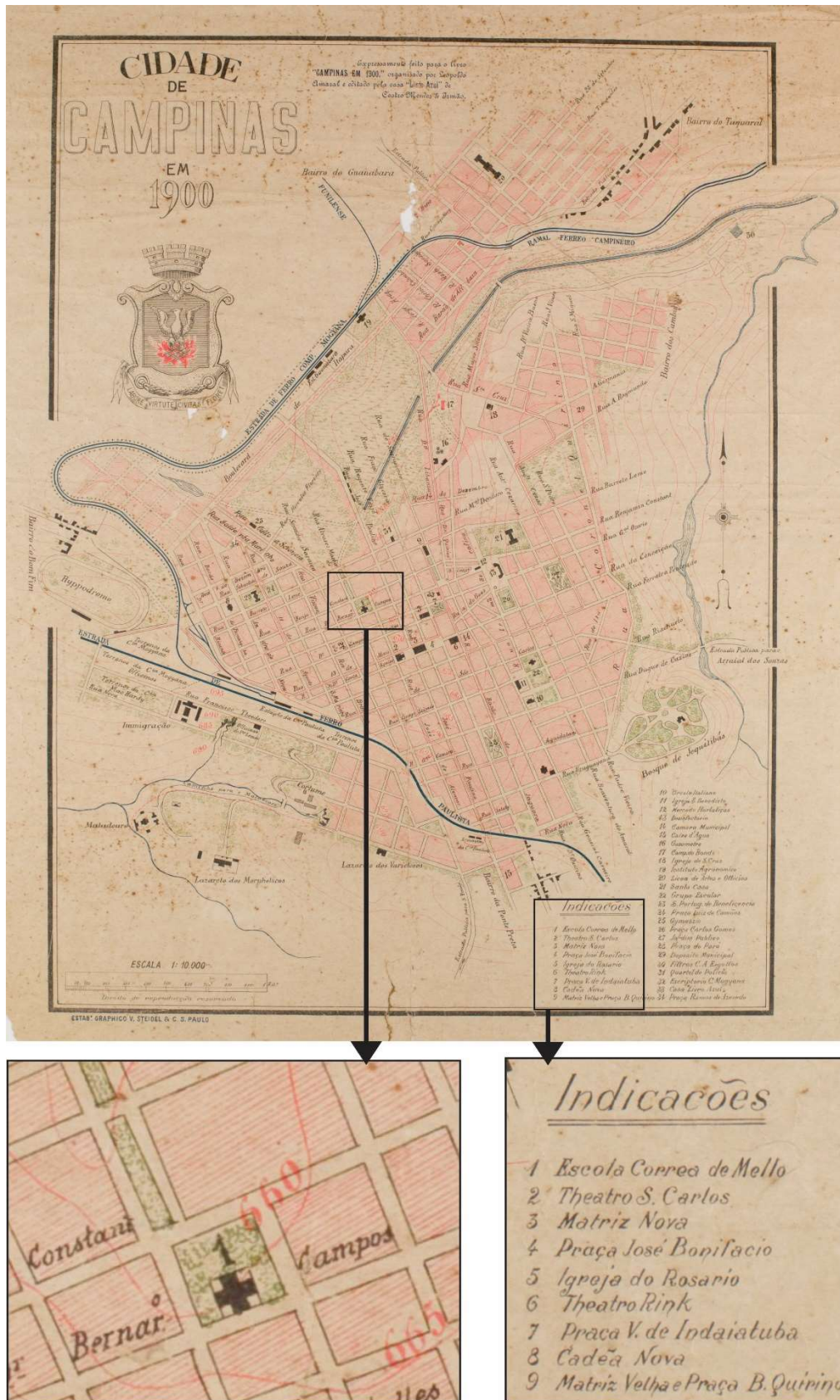


Fig. 3 – Montagem feita a partir do Mapa da Cidade de Campinas em 1900, com destaque para a localização da escola Corrêa de Mello e para as Indicações. Acervo do Museu Paulista da USP.

No *Álbum de Campinas Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil* (1922), organizado por Domingos de Andrade, a escola é apresentada em destaque, ao lado da Escola de Comércio Bento Quirino e da Praça Dona Isabel.

Tais destaques dados para a escola denotam que a instituição era posta, ao menos por parte da sociedade campineira, em uma posição de importância. Herança, esta, resultado dos ideais que a estabeleceram. Camargo (2019a, p. 129), ao discutir a fundação da Escola Corrêa de Mello e a Carta aos Pósteros escrita por Campos Salles, enterrada em uma cápsula do tempo nos alicerces da escola e publicada pelo Diário de Campinas de 07 de abril de 1879, destaca que:

O texto marca a preocupação com o futuro e com a herança que seria deixada para as próximas gerações, sendo também uma tentativa de se projetar no futuro de acordo com os próprios ideais da época. Tratava-se, portanto, de um movimento de tentativa de criação de uma memória marcada pelos edifícios, pelas formas e, principalmente, pelas ideias relacionadas à educação no período. Assim, ao apresentar um hipotético futuro composto por ruínas a serem estudadas, tentou-se mantê-las como monumento representante do período; tomando como grandiosas as concepções de educação daquele tempo. Dessa maneira, o trecho aqui destacado reforça as características memorialísticas daquela arquitetura escolar enquanto cria um processo seletivo de informações, na medida em que estabelece o que seria importante ser lembrado do período.

Assim, a Escola Corrêa de Mello pode ser definida como um monumento, que de acordo com Fedatto (2013, p. 214), é *“uma forma que silencia outras, condição para que o sentido se espacialize”*. O edifício foi estabelecido no Largo do Jorumbeval, o local teve o seu nome alterado para Largo Joaquim Corrêa de Mello, esse processo estabelece tanto a lembrança contínua do sujeito quanto *“a apropriação de uma região e impunha seu posicionamento no urbano, ratificado com a presença do elemento material de mesmo nome: a Escola Corrêa de Mello”* (CAMARGO, 2019a, p. 128).

Esse processo foi, na realidade, uma intervenção do grupo mandatário em um ambiente de exclusão da cidade. A criação da escola como um monumento estabelecia um processo de diferenciação social, tendo a própria arquitetura como elemento de distinção, uma vez que se tratava de uma concepção tida como moderna, ligada a padrões de higiene praticados e impostos pela elite.

Se por um lado o edifício representava *“um modelo de sociedade que o grupo mandatário queria formar, com ideal de progresso pautado na formação de instituições liberais como a escola”* (CAMARGO, 2019a, p. 131), por outro estabelecia também uma forma de imposição, na medida que alterava a gramática espacial forçando uma presença simbólica da elite campineira no local, a partir de uma instituição inacessível para parte daqueles que frequentavam a área, tanto por si mesma quanto através dos modos de vida valorizados por ela.

Junto às questões supratratadas, a homenagem a Joaquim Corrêa de Mello também é colocada em xeque. Um ambiente de exclusão social, composto por um brejo aterrado é escolhido para estabelecer um

monumento em lembrança do botânico reflete tanto a *“condição social do homenageado, que foi um menino pobre, órfão, tendo sido educado e recebido as primeiras noções de ciências de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, médico-cirurgião, deputado do Partido Liberal e pai da primeira esposa de Hercule Florence”* (RIBEIRO, 2020, p. 186), quanto os desejos da elite para os desprovidos, como demonstra Ribeiro (2020, p. 187):

A localização em uma área alagadiça e pantanosa, numa época em que se acreditava que as doenças eram causadas por miasmas, mostra a diferença do tratamento dado aos desprovidos de propriedade. Isso me traz à lembrança a expressão: “para quem é, bacalhau basta!” Síntese de todos os nossos preconceitos. A localidade inadequada, o ensino restrito a ler, escrever e contar e o reduzido número de estudantes admitidos marcam os contrastes entre as escolas de ricos e de pobres.

Tais questões, além de evidenciarem e reforçarem aspectos dos processos de diferenciação social na sociedade campineira, suscitam questões sobre os usos do edifício. Discussões sobre as divisões estabelecidas entre as turmas, a relação de número de alunos, os turnos existentes e os conteúdos estabelecidos para os alunos ajudam a compreender tanto as relações curriculares do período quanto a distribuição dos espaços no interior do edifício.

5 Os usos do edifício

Os registros encontrados sobre as características das turmas, os professores que regiam as aulas e os turnos de funcionamento da escola

são, em sua maioria, posteriores a 1891.⁷ Uma das pistas sobre o funcionamento da instituição antes da data supracitada é o estatuto da Sociedade Corrêa de Mello.

O artigo 45 do documento apresenta a organização do curso, sendo que seria dividido em dois anos *“com as denominações de 1º e 2º anno”* (Estatutos da Sociedade Corrêa de Mello, in: ANANIAS, 2000, p. 121), sendo que o último ano seria composto de uma sala mista. Voltada para a educação primária, a escola teria em seu currículo *“o ensino completo da lingua portugueza, de arithmetica e algebra até equações do 1 grao inclusive, de geographia geral de historia do Brazil”*, além da *“diffusão de noções geraes sobre direito publico e hygiene”* (ANANIAS, 2000, p. 116).

Assim, ao que o estatuto indica, as classes eram seriadas, sendo o segundo ano composto por meninos e meninas. Já o primeiro ano, com a divisão entre os sexos ainda em vigência, teria *“um professor para reger a cadeira do sexo feminino e uma professora para reger a do sexo masculino”* (ANANIAS, 2000, p. 122).

É destacado que

[e]m 27 de julho de 1888 o edifício é entregue à Câmara Municipal por Joaquim Quirino dos Santos, devido à idade avançada e dificuldades financeiras. A Corrêa de Mello passa então a ser a primeira escola municipal de Campinas, sendo a segunda a Escola Ferreira Penteadado (CAMARGO, 2021, p. 147).

⁷ Há um conjunto de documentos presentes na biblioteca do Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA) de Campinas identificados com os dizeres *Album da Escola “Corrêa de Mello”*. Entretanto, são materiais que não versam sobre a escola aqui estudada. Tratam, em sua maioria, da fundação do Instituto Ferreira Camargo, uma escola feminina fundada por Joaquim Ferreira de Camargo Andrade.

Assim, os registros posteriores a 1891 já demonstram outras características de funcionamento da escola, agora pertencente ao município.⁸

A professora Lydia de Castro é listada pelo Mapa do Movimento da Escola Pública Correa de Melo (MAPA, 1891-1893) como docente da instituição. Entretanto, não há especificações sobre o turno pelo qual ela era a responsável. Se presume que tenha sido a professora responsável pelo período diurno, uma vez que no *Relatório Apresentado à Câmara Municipal de Campinas sobre os Serviços Sanitários e Instrução Pública Relativo ao Período de 9 de janeiro a 30 de julho do Corrente Anno pelo Dr. Antonio Alvares Lobo, Intendente de Hygiene e Instrução Pública*, publicado pela Tipografia Livro Azul em 1893, o professor responsável pelas aulas noturnas seria Christiano Wolkart, que é, inclusive, enaltecido no relatório por ter organizado um compêndio sobre “*hygiene publica e privada, prestando serviço inestimavel a essa classe que mais precisa do conhecimento da sciencia que previne os ataques á saúde e á vida*” (LOBO, 1893, p. 23).

De qualquer modo, o mapa do movimento de aula noturna da Escola Corrêa de Mello de 7 de Janeiro até 1º de Junho de 1893 (RELATÓRIOS, 1893), apresenta mais detalhes sobre as aulas noturnas. Seriam

59 alunos com idades entre treze e trinta anos de idade, sendo em maior parte analfabetos. A frequência registrada é de quarenta alunos divididos em três classes; dentro da primeira,

⁸ De acordo com o *Contracto entre a Camara Municipal de Campinas e a Companhia Campineira de Aguas e Esgottos* de 1899, a Escola Corrêa de Mello, assim como o Colégio Culto à Ciência, receberiam o serviço de água e esgoto gratuitamente.

dezoito estavam lendo o primeiro livro de João de Deus e faziam operações matemáticas elementares; a segunda classe já possuía 19 alunos que liam o segundo livro de João de Deus (Deveres dos Filhos) e conheciam as quatro operações matemáticas, além de possuírem noções elementares de geografia e higiene; já a terceira classe, considerada adiantada no relatório do mapa de movimento escolar, era composta por três alunos que estudavam gramática portuguesa, geografia geral, aritmética, desenho linear e higiene. (CAMARGO, 2021, p. 133).

Além das aulas noturnas havia, ainda as classes diurnas, direcionadas ao público feminino, conforme retrata o relatório sobre o movimento da Escola Corrêa de Mello do sexo feminino de janeiro a junho de 1893 (RELATÓRIOS, 1893). Conforme descrito por Camargo (2021, p. 133, 134), o relatório

[...] retrata as condições do período diurno da escola, apresentando uma quantidade de cento e vinte alunas matriculadas e uma frequência média de 90, essas divididas em “4 classes, conforme o seu grau de adiantamento” (Relatório sobre o movimento da Escola Corrêa de Mello do sexo feminino de janeiro a julho de 1893 – Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas). A primeira classe era constituída de vinte e uma alunas, com idade entre oito e treze anos; a segunda era composta por onze alunas com idades entre nove e onze anos; a terceira contava com dezesseis alunas com idades entre oito e treze anos; e a quarta com quarenta e nove alunas entre oito e doze anos. No relatório das aulas diurnas não é apresentado o andamento dos estudos por classe, como na masculina noturna.

O documento demonstra então a existência de quatro classes funcionando no edifício, reforçando a concepção de um modelo escolar seriado. De qualquer modo, o funcionamento da escola cessa em 2 de abril de 1889, quando a escola é convertida em uma enfermaria para atender os casos de febre amarela durante a epidemia que assolava a cidade no período (SANTOS FILHO; NOVAES, 1996, p. 96).

Após a epidemia, a escola foi reaberta e funcionou até 1962, quando foi demolida. O funcionamento da escola, ao longo do século XX até o seu fechamento e demolição de seu edifício, foi marcado ainda pela epidemia de gripe espanhola e por uma série de alterações em seu status legal (SALLES, 1978, p. 37). Entretanto, são processos ainda a serem analisados para a compreensão da história da educação de Campinas ao longo do século XX.⁹

Considerações Finais

Foi ao longo das décadas de 1870 e 1880 que floresceram iniciativas educacionais que traziam também edifícios especializados para tais fins. Os responsáveis por esses planos eram todos membros da elite local, ligados aos três partidos do império (Liberal, Conservador e Republicano)

⁹ O Arquivo Municipal de Campinas apresenta rica documentação sobre o funcionamento da escola Corrêa de Mello ao longo do século XX. Vale destacar: as Resoluções 38 de 1897 e 248 de 1907 (INDICE, sem data) que tentavam ceder a escola para o poder estadual com o objetivo de convertê-la em grupo escolar (PENNA, p. 18); a Lei nº. 107 de 1905, que versava sobre a gestão das escolas municipais, e estabelecia em seu Artigo 10º que as escolas Corrêa de Mello e Ferreira Penteado conservariam sempre os seus nomes originais, mantendo as respectivas homenagens as figuras que nomeavam as instituições (CÂMARA, 1906, p. 26); e, por fim, o Ato nº. 104 de 1938, que converteu a Escola Corrêa de Mello em um Grupo Escolar Municipal, possivelmente o primeiro da cidade (PREFEITURA, 1938, p. 16).

e com laços de parentesco mais ou menos distantes, questão que fazia com que as relações pessoais fossem colocadas em um patamar definidor das mais diversas decisões tomadas pelo grupo.

A Escola Corrêa de Mello se materializou a partir dos interesses do grupo supra tratado, que detinha o controle político e econômico da cidade. O arquiteto responsável, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, se ocupou em estabelecer um edifício que possuísse as concepções de higiene, conforto e isolamento buscados pela elite, como a quantidade de janelas combinadas ao pé direito elevado do edifício, garantindo a circulação de ar e a entrada de luz, que era reforçada pelo emprego do vidro na construção, além do alteamento do piso em relação ao solo e a posição do edifício em relação ao sol, elemento que reforçava tanto a higiene, pela entrada de sol no edifício ao longo do dia, quanto a iluminação da fachada, contribuindo para a monumentalidade do prédio. Elementos que traziam diferenciação social, em especial quando combinados com a proporção e harmonia da fachada que apresentava uma roupagem baseada nos estilos arquitetônicos europeus. Elementos que reforçavam a diferenciação social no projeto da elite local do século XIX.

Quando comparada a outras iniciativas do mesmo grupo social, como os colégios voltados para a elite, Culto à Ciência e Internacional, essas relações se tornam mais claras. Na escola Corrêa de Mello não havia laboratórios ou biblioteca, nem se localizava em um ambiente considerado salubre que garantiria efetivamente o isolamento em relação à rua e o contato com a natureza para a prática de exercícios físicos. Além disso, o próprio ensino era limitado, contendo apenas o primeiro grau com a oferta de disciplinas básicas.

O local em que a escola foi instalada era próximo a linha do trem, que circundava a cidade e demarcava a divisa entre os ambientes urbano e rural e central e periférico. A posição da escola, em uma área de exclusão social, nessa sangria entre o urbano e o rural, era uma forma do grupo mandatário se colocar no local e estabelecer intervenções de modo a tentar regular o ambiente.

De qualquer modo, a arquitetura da Escola Corrêa de Mello apresentou elementos que, para a época, eram inovadores. Tratou-se de um dos primeiros projetos de edifícios escolares especializados da então Província de São Paulo, com soluções espaciais e concepções estéticas que também foram utilizadas por Ramos de Azevedo nos projetos dos grupos escolares republicanos.

Assim, embora a história da Escola Corrêa de Mello cruze toda a primeira metade do século XX, marcada por alterações em seu ensino e em sua estrutura física, por altos e baixos em relação ao seu reconhecimento na cidade até a sua demolição em 1962, a presente pesquisa objetivou contribuir com a compreensão do projeto de educação popular do grupo mandatário local, a partir da arquitetura escolar estabelecida pela técnica de Ramos de Azevedo e os desejos dos contratantes. Processo esse que resultou em formas próprias de demarcação de divisões sociais a partir da construção de um monumento que tem, em sua materialidade, tais concepções de mundo.

Fontes utilizadas

CÂMARA Municipal de Campinas. *Leis, resoluções e provimentos promulgados durante o anno de 1905*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul - A. B. de Castro Mendes, 1906. Disponível em:

<https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/camara-municipal-de-campinas-leis-resolucoes-e-provimentos-promulgados-durante-o-ano-de-1905> Acesso em: 26 abr. 2024.

CONTRACTO entre a Camara Municipal de Campinas e a Companhia Campineira de Aguas e Esgottos de 1899.

GAZETA de Campinas. 30 de março de 1879.

INDICE alfabético das leis e mais actos decretados pela Camara e promulgados pelo executivo, de 1890 a 1919. Sem data. Organizado por Andreino Penna, Secretario da Prefeitura. Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/indice-alfabetico-das-leis-e-mais-atos-decretados-pela-camara-e-promulgados-pelo-executivo>. Acesso em: 26 abr. 2024.

LOBO, Pelágio Alvares. Francisco de Paula Ramos de Azevedo: o campineiro nascido na Rua da Imperatriz – a família, meninice e a vocação. *Correio Paulistano*, São Paulo, 09 dez. 1951.

MAPA do Movimento da Escola Pública Correa de Melo (1891-1893). Item: A 181- 1. Arquivo Municipal de Campinas.

PLANTA da Cidade de Campinas em 1900. Coleção João Baptista de Campos - Ref. Agente: Casa Livro Azul de Castro Mendes e Irmão. Estabelecimento Gráfico V. Steidel & Companhia (São Paulo). Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta da Cidade de Campinas em 1900 - 1, Acervo do Museu Paulista da USP.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_da_Cidade_de_Campinas_em_1900_-_1,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg). Acesso em: 22 maio 2024.

PREFEITURA Municipal de Campinas. *Atos promulgados no exercicio de 1938*. Campinas: Linotipia da Casa Genoud, 1938. Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/prefeitura-municipal-de-campinas-atos-promulgados-no-exercicio-de-1938>. Acesso em: 26 abr. 2024.

QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. Editorial da Gazeta de Campinas, 25 de novembro de 1869.

RELATÓRIOS de 1893. Caixa 141. Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas.

REQUERIMENTO nº. 1027 de 17 de maio de 1935. Processos de licença para obras particulares de edificações. Arquivo Municipal de Campinas.

Referências Bibliográficas

ANANIAS, Mauriceia. *As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889: origens, ideário e contexto*. 2000. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em:

<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000215998>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. O ensino na segunda metade do século dezenove: a escola Corrêa de Mello de Campinas. *Quaestio: Revista de Estudos da Educação*, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 85-96, maio 1999.

BARBOSA, Irene Maria F. *Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *“Ide por todo mundo”*: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; VIÑAO FRAGO, Antônio (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

CAMARGO, Munir Abboud Pompêo de. *A cidade e as escolas: a memória material e o monumento através das escolas Corrêa de Mello e Ferreira Penteados de Campinas na década de 1880*. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 119-136, 2019a. DOI: 10.20396/resgate.v27i1.8654893. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8654893>. Acesso em: 8 maio 2022.

_____. *O contrato e a concepção: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas 1870-1889*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019b.

_____. *Escolas do Segundo Império: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas do Século XIX*. Campinas: Ofícios Terrestres Edições, 2021.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Imigração italiana e estratégias de inserção sociocultural: a Escola do Circolo Italiani Uniti de Campinas. In: NEGRÃO, Ana Maria Melo (org.). *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 245-274.

DUSSEL, Inês. *The digital classroom*. A historical consideration on the redesigning of the contexts of learning. In: Grosvenor, I. & L. Rosen Rasmussen (eds), *Making Education: Material School Design and Educational Governance (173-196)*. New York: Springer Verlag, 2018

ESCOLANO, Agustin; FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FEDATTO, Carolina Padilha. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. 2012. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1618140>. Acesso em: 23 maio 2022.

KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas: Unicamp/CMU, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Piloto para a revista Memorando. Museu da Imagem e do Som de Campinas 1998 [entrevista]. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.). *O Garimpeiro dos cantos e antros de Campinas: homenagem a José Roberto do Amaral Lapa*. Campinas: Unicamp/CMU, 2000. p. 45-62.

LEMOS, Carlos A. C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

MARTINS, Valter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas: 1863-1889*. 1993. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251211>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas: 1863-1889*. 2. ed. Campinas: SP: Unicamp/CMU, 2006.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Posfácio. In: POMPÊO DE CAMARGO, Munir Abboud. *Escolas do Segundo Império: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas do Século XIX*. Campinas: Ofícios Terrestres Edições, 2021, p. 177-187.

SALLES, Francisco Jose Monteiro. *Joaquim Corrêa de Mello: sua vida e sua obra*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1978.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES, José Nogueira. *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: UNICAMP/CMU, 1996.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo: EDUSP, 2010.

Capítulo 3

Estratégias de resistências e sobrevivência de ambulantes em Campinas (1929-1940)

Flávia de Matos Rodrigues

Mestra em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Tem experiência na área de ensino e pesquisa histórica, com ênfase em História Urbana e do cotidiano popular, no planejamento e desenvolvimento de projetos, programas e atividades transdisciplinares de educação na área de mobilidade urbana. Desde 2022, ocupa o cargo de analista judiciária, como historiadora no Centro de Memória, Arquivo e Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Este texto é um pequeno recorte de minha dissertação de mestrado, que tem como cenário o município de Campinas – SP, no período de 1929-1940, e como objeto de estudo trabalhadoras e trabalhadores ambulantes (**Fig. 1**). O recorte temporal é marcado pelo aumento da população urbana e do crescimento econômico. Enquanto ocorriam investimentos em áreas agrícolas e industriais, fábricas de beneficiamento e no comércio, aconteciam a expansão dos serviços de água e esgotos, o reemplacamento de inúmeras ruas e um acréscimo de loteamentos.

As repercussões econômicas e territoriais desse processo influenciaram propostas sobre a necessidade de um projeto de melhorias urbanas. Imprensa e empresários do setor imobiliário e industrial fizeram alarmes sobre a necessidade de modernização da cidade. Eram a favor de seu alinhamento aos ideais de progresso e desenvolvimento,¹ colocando

¹ A palestra do engenheiro Carlos Stevenson, em 1933, mobilizou a opinião pública em favor de um plano urbanístico. Seu discurso estava pautado na remodelação da cidade, uma vez que Campinas era um importante centro viário do estado e possuía ruas impróprias à circulação de veículos. Para que a cidade entrasse no rol das grandes cidades modernas era necessária, segundo o engenheiro, uma intervenção em sua

diante do governo a exigência de um modo de vida normalizador de viver em cidades.

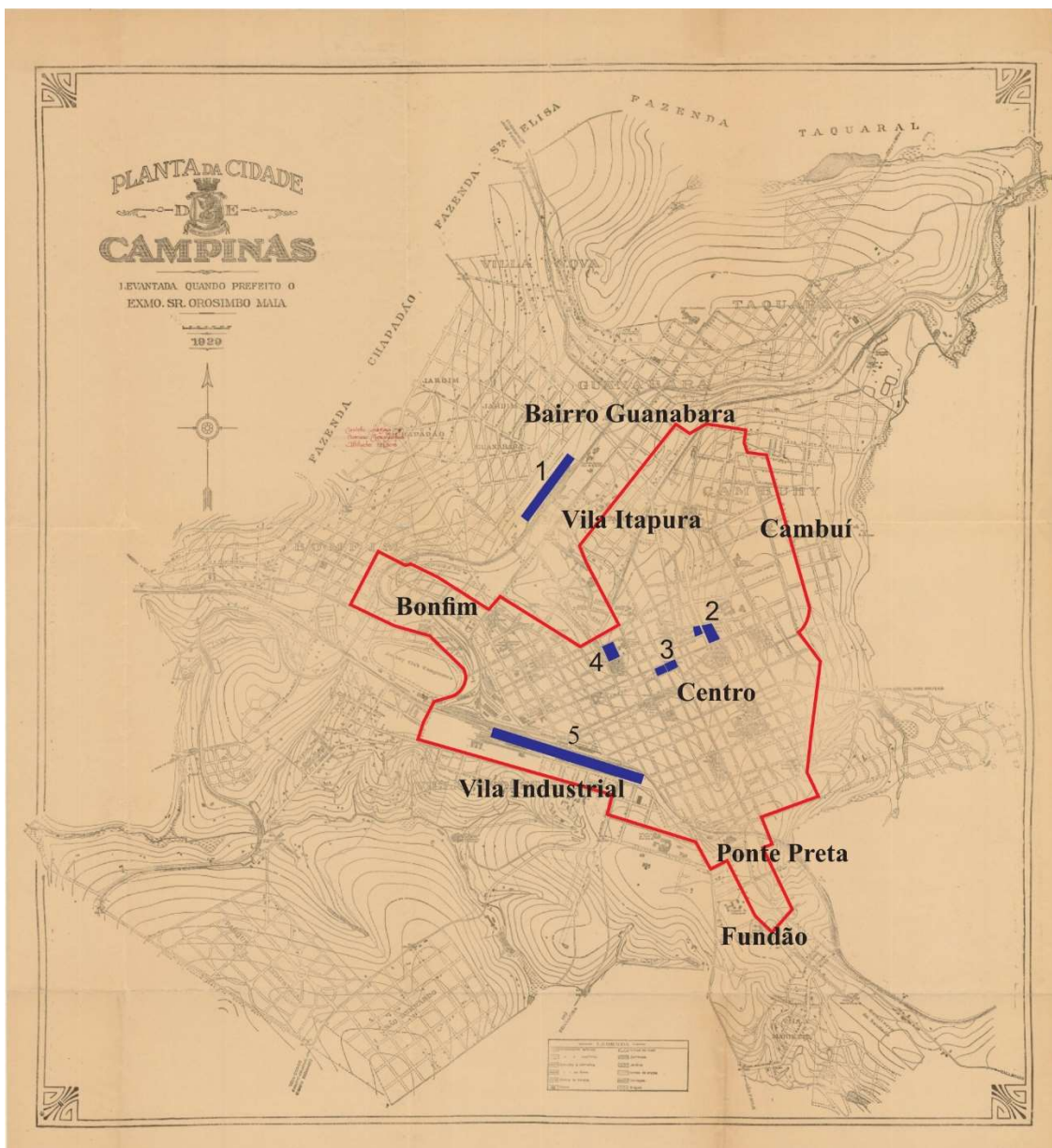


Fig. 1 - Recorte do espaço urbano da cidade de Campinas abordado neste estudo (1929 - 1940). Legenda: 1 - Local onde se encontrava a Estação da Cia. Mogiana; 2 - Região onde ficavam o Mercado das Hortaliças, "Mercadinho", construído em 1886, e o Mercado Grande, construído em 1861; 3 - Largo do Rosário e Praça Visconde de Indaiatuba; 4 - Mercado Municipal de Campinas; 5 - Local onde se encontrava a Estação da Cia Paulista, em frente ao Largo Floriano Peixoto. Elaborado pela autora sobre a Planta Cadastral de 1929. Arquivo Municipal de Campinas.

estrutura urbana. Muitas de suas propostas foram contempladas no Plano de Melhoramentos de Prestes Maia, em 1934.

Ao mesmo tempo, a desmunicipalização dos impostos promoveu restrições à autonomia dos municípios e problemas financeiros aos cofres da cidade. Portanto, a remodelação do centro acarretaria uma valorização da região e, com isso, aumentaria a arrecadação da Administração Municipal. Essa última, interessada nos benefícios à gestão pública, assumiu o papel de interventora e incorporou o discurso das elites econômicas, que preconizava a necessidade de transformações nas formas de organização espacial, na reformulação da cidade e a sua definição nos padrões da modernidade.²

Em 1934, o Plano de Melhoramentos Urbanos foi instituído com diretrizes voltadas para a modernização, circulação e delimitação de espaços. Segundo o projeto, Campinas deveria possuir um trânsito rápido, moderno, tanto para os veículos como para pedestres que, a partir de então, usariam o centro como local de passagem. Tais medidas tiveram como resultado o advento de obstáculos para a apropriação e ocupação do solo para a maioria da população e originaram uma segregação espacial presente até hoje.

Os obstáculos, financeiros, espaciais e legais, tornaram-se proeminentes, e a permanência nas ruas e calçadas da cidade, característica típica dos ambulantes, apresentou-se como um problema para a Administração Municipal. A documentação consultada confirma que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela

² A modernidade aparece como sinônimo de uma constante revolução que perturba, confunde; uma vez que tudo que havia sido criado até aquele momento deveria ser destruído para dar lugar a algo novo, ordenado e definido em seus lugares. Concebida sob o imaginário de que o que a constitui deve ser rápido, tecnológico, industrial, mutável, a modernidade possibilitaria tudo acontecer e “desacontecer”.

intensificação das ações dos fiscais e normatização das atividades urbanas.

Neste contexto, o estudo busca apreender quais teriam sido os (res)significados e permanências de vendedores ambulantes frente às novas exigências municipais, comerciais e industriais. Diante da produção de novos espaços e instrumentos modernos que favorecem uma constante mutação e inúmeros conflitos, a presença do comércio ambulante no centro da cidade aparece como problemática a partir de duas questões que se articulam. Por um lado, os baixos salários pagos pela indústria determinariam um baixo poder aquisitivo da maioria da população, produzindo, assim, a necessidade de se ter um comércio com produtos acessíveis às classes mais pobres. Por outro, a indústria seria incapaz de inserir em seu mercado de trabalho toda a população economicamente ativa que, muitas vezes, sem possibilidade de outra atividade, recorreria ao trabalho ambulante. Há ainda um terceiro fator determinante, que diz respeito a uma Administração pressionada pelo setores industrial, comercial e imobiliário e pelos jornais, que desejavam, prontamente, o estabelecimento de regras e normas quanto ao modo de viver em uma cidade moderna.

Estigmatizados por discursos que não eram jamais os seus, estes trabalhadores apresentavam formas de inserção política na defesa dos seus interesses e da sua sobrevivência, na maioria das vezes, de maneira sutil. Estas expressões aparecem em reivindicações junto ao poder público, ou através da apropriação de espaços urbanos, perceptíveis nos comunicados de apreensão e no Livro de Registros dos Fiscais.³ Se a

³ Fontes consultadas no Arquivo Municipal de Campinas.

atividade ambulante era algo necessário para a população mais pobre e, por essa razão, fazia parte dos costumes e da cultura dos habitantes locais ou se sua permanência se devia apenas a impossibilidade de encontrar outra atividade para trabalhar no meio urbano, são questionamentos essenciais para a compreensão de sua permanência no decorrer dos anos.

As fontes primárias utilizadas neste estudo foram diversas: requerimentos, comunicados, Livros de Registros dos Fiscais e de Assuntos da Repartição Fiscal da Prefeitura de Campinas, Relatórios dos Prefeitos entre 1929 e 1940 e os Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos entre 1889 e 1940. Além de fornecer informações a respeito da atividade ambulante no período, suas formas de manifestação e algumas características pessoais, estes documentos sustentam hipóteses e respondem questões quanto aos aspectos das normas e regras dentro do comércio campineiro e da própria estrutura urbana da cidade. A maior parte da documentação foi localizada no Arquivo Municipal de Campinas, outras no Arquivo da Câmara Municipal, e algumas leis, atos e decretos e regulamentos foram pesquisados na Biblioteca Jurídica da Prefeitura de Campinas.

A análise dos requerimentos de trabalhadoras e trabalhadores ambulantes à Prefeitura, além de contribuir para identificação de perfis, apontou aspectos de sociabilidades, relações de cumplicidade e conflitos inseridos no contexto dos instrumentos de controle, mas que são carregadas de estratégias e artimanhas em prol da sobrevivência em um cenário de tensão entre repressão e convivência. Foram variadas as solicitações ao prefeito encontradas e relacionadas à atividade ambulante, assim discriminadas:

- 1) licença e isenção de impostos;
- 2) restituição de impostos;
- 3) restituição de bens e mercadorias;
- 4) requerimentos de revisão de impostos, e;
- 5) requerimentos de fiscalização e aplicação de multas.

Os comunicados da fiscalização, Livros de Registros dos Fiscais e de Assuntos da Repartição Fiscal da Prefeitura de Campinas ajudaram a reconhecer os locais de atuação (**Fig. 2**), motivos de apreensão e as reações da população à presença do vendedor ambulante. No período, às portas dos comércios estabelecidos, nas ruas, praças e calçadas encontrava-se grande parte dos vendedores ambulantes. Essencialmente urbanos, alguns perambulavam pelas ruas, enquanto outros mantinham-se fixos em pontos estratégicos, como próximo ao Mercado Municipal. Seria improvável que sua presença não provocasse reações, desde conflituosas até amistosas.

Entre os anos de 1931 e 1932 havia cerca de 200 trabalhadores ambulantes registrados na Prefeitura de Campinas e com diversos perfis: homens, mulheres, jovens, brasileiros, imigrantes, pobres, idosos, desempregados e chacareiros. Eram vendedores com ou sem local fixo de atividade, que comercializavam alimentos, verduras, frutas, doces, tecidos, armarinhos, bilhetes de loterias, utensílios domésticos e pessoais, e objetos diversos. Obtinham os artigos por meio de algum intermediário entre as fábricas e o comércio ou, então, produziam aquilo que vendiam.

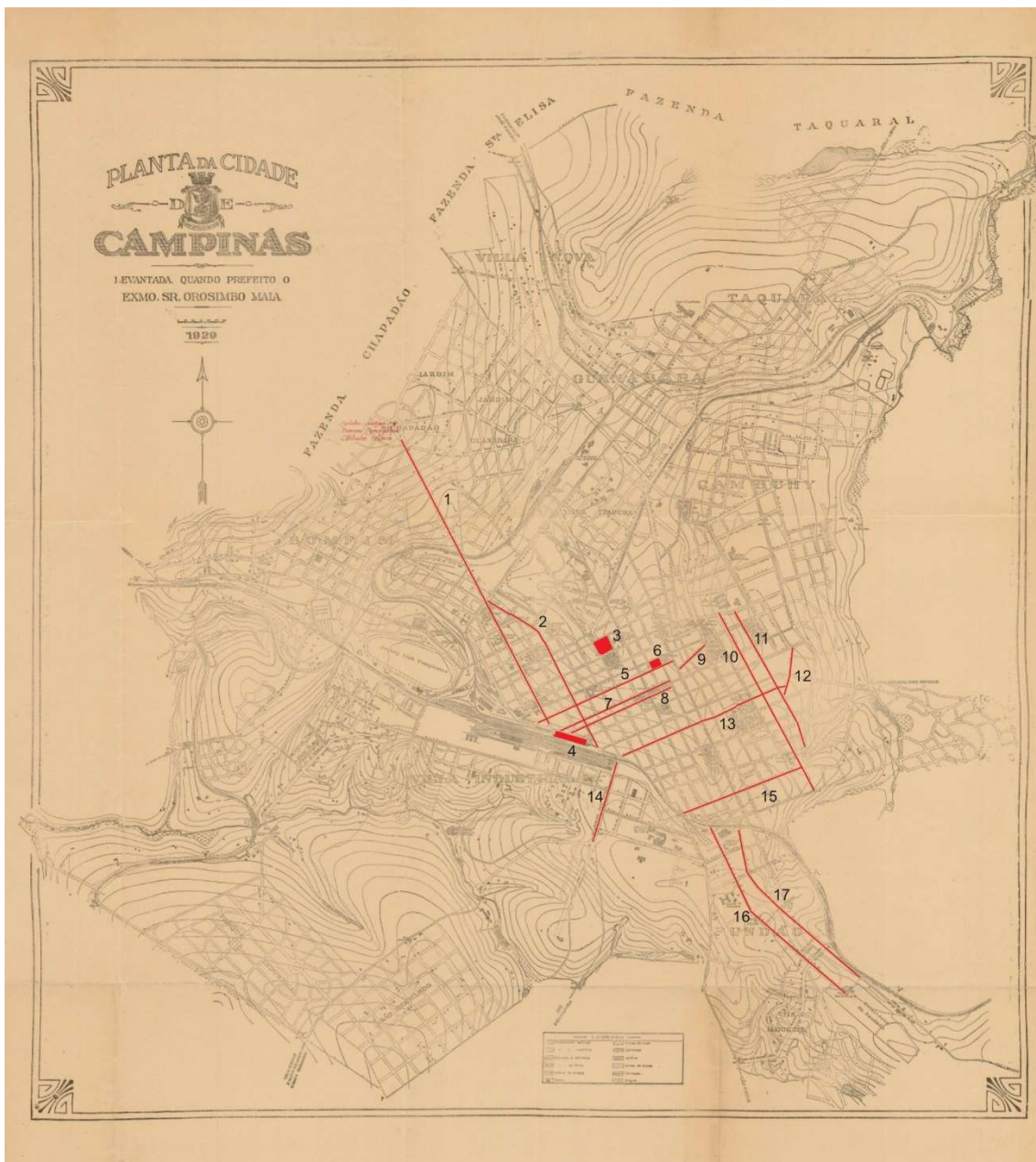


Fig. 2 - Locais de apreensão de ambulantes clandestinos e irregulares (1929-1940) Ruas com registros de apreensões de mercadorias pelos fiscais: 1 – Rua Andrade Neves; 2 - Rua Saldanha Marinho; 3 - Largo do Mercado Municipal; 4 - Largo Floriano Peixoto - Largo da Estação; 5 - Rua Campos Sales; 6 - Largo do Rosário; 7 - Rua 13 de Maio; 8 - Rua Costa Aguiar; 9 - Rua César Bierrembach; 10 - Rua Padre Vieira; 11 - Rua Antonio Cesarino; 12 - Rua Itu; 13 - Rua Cônego Cipião; 14 - Avenida João Jorge; 15 - Rua Uruguaiana; 16 - Avenida da Saudade; 17 - Rua da Abolição. Elaborado pela autora sobre a planta Cadastral de 1929 a partir dos dados coletados em: Comunicados de apreensão de mercadoria e Comunicados de infração de posturas, Comunicado, Grupo Finanças; e, Livro de Registro dos Fiscais (1938-1940). Arquivo Municipal de Campinas.

A faixa etária era variada, mas, a idade avançada e as doenças, segundo os requerimentos, eram os principais motivos para recorrer à ocupação ambulante com registro legalizado. Ao mesmo tempo, a idade não aparece como justificativa principal para os pedidos de isenção de impostos ou de licenças. Contudo, entre esses solicitantes há uma presença majoritária de homens, adultos acima de 40 anos de idade, pobres, analfabetos e com alguma deficiência física.

Ambulantes de doces, frutas, amendoim e quitandas, atuando no centro e bairros próximos, eram os mais numerosos entre os que pagavam o imposto de licença. Nesse universo, a presença das mulheres não foi excepcional: eram mais de 30% dos vendedores de doces registrados. Muitas destas trabalhadoras deveriam adquirir seus produtos a partir de fábricas, fosse comprando diretamente ou de algum outro comerciante. Ao mesmo tempo, é possível supor que as vendedoras garantiam fregueses e diminuíam custos fazendo doces caseiros. Os gastos seriam decorrentes apenas da compra de ingredientes, e não da dívida por doces não vendidos. Mas o trabalho feminino fora de casa era entendido como pernicioso e desmoralizante e, em espaços que as distanciavam do estereótipo criado pela sociedade, mulheres que reclamaram ou escreveram solicitações à Prefeitura foram poucas, o que ajuda a explicar seu apagamento em documentos “oficiais”.

A preferência pela venda de hortaliças e frutas, tal como os doces, era motivada pelo custo. No entorno da cidade ainda existiam chácaras e sítios, e muitos ambulantes vendiam o que plantavam no quintal de casa. Essas mercadorias ajudavam no abastecimento da população, tendo clientela garantida. O negócio entre ambulantes e comerciantes estabelecidos também existia. Vendedores de rua adquiriam mercadorias

negociando com lojas ou quitandas. Essa informação corrobora a ideia de que a população sustentava e necessitava desse comércio; assim como a contribuição dos ambulantes para a receita municipal afirma sua importância econômica e social.

De acordo com a Lei Municipal n.º. 116 de 1906 e com a Lei n.º. 520, que a substituiria em 1937, todo ambulante, para comercializar, deveria obter a licença municipal e, em seguida, pagar o imposto decorrente dela. Esse imposto, cobrado no início da atividade, e depois, anualmente, tinha valores e formas de pagamentos variáveis, conforme o preço da mercadoria nas fábricas e no comércio da cidade, por exemplo.

Por sua vez, a licença para exercer a atividade somente seria autorizada após o envio do requerimento ao prefeito que, depois da averiguação realizada pela Repartição Fiscal, decidia pelo deferimento ou não do pedido. Obtida a autorização, ficavam sujeitos ao imposto referente à mercadoria comercializada, ao horário de atividade determinado por lei e às multas da fiscalização. Além da licença, os vendedores de rua deveriam portar consigo uma *chapa de ambulante*, contendo o nome registrado na Repartição Fiscal, o artigo que vendia e o número da autorização municipal.

A determinação de um local específico para estes trabalhadores exercerem sua atividade surgiu como uma nova forma de regular o espaço e o comércio ambulante. O próprio governo municipal conferia a alguns vendedores pontos fixos para comercializar, por meio do pagamento da *taxa de estacionamento*. Apesar de ser, inicialmente, um elemento da normatização, a fixação tornou-se uma estratégia de resistência e sobrevivência adotada por trabalhadores ambulantes.

A contribuição fiscal permitia dividir a categoria em clandestinos, irregulares e legalizados. Clandestinos eram aqueles que, por escolha indiscriminada, não possuíam a licença e, portanto, não estavam sujeitos às taxas advindas dela; os irregulares, apesar de possuírem a autorização, não estavam em dia com o fisco. As áreas de apreensão de mercadoria eram intimamente ligadas aos lugares de atuação de ambulantes irregulares ou clandestinos. Por sua vez, o registro da ação estava relacionado à atividade dos fiscais e aos lugares em que estes costumavam agir com maior empenho. A partir dos comunicados de apreensão, é possível identificar quais as ruas onde mercadorias eram apreendidas e quais eram as regiões em que a presença do fiscal era mais constante (**Fig. 2**). O trabalho dos fiscais estava concentrado nas ruas com ligações diretas à Estação da Paulista e ao Largo Floriano Peixoto. Locais de intensa circulação de pessoas e mercadorias eram os favoritos dos ambulantes, principalmente daqueles que chegavam à cidade vindos de outras localidades, fossem com novas mercadorias para seu comércio local ou para atuar como trabalhador ambulante.

Outro detalhe importante a considerar refere-se à escolha dos ambulantes (tanto os regulares, quanto irregulares e clandestinos) por ruas que já possuíam tradição no comércio local neste período e suas relações com parte do comércio estabelecido em Campinas atualmente. Com o passar dos anos algumas ruas tornaram-se locais de grande circulação de pessoas e comércio varejista, potencialmente voltado para lojas de calçados, roupas e armarinhos, como as Ruas 13 de Maio e Costa Aguiar. Estes dois últimos itens eram alguns dos mais comercializados entre os vendedores ambulantes, no período estudado.

Ademais, havia forte presença dos ambulantes na Rua Álvares Machado, que se estende do Mercado Municipal até o início da Rua Uruguaiana. A Rua Álvares de Azevedo comporta hoje grande contingente de camelôs de diversos itens. É também por meio dela que, atualmente, se pode chegar ao espaço reservado às bancas de vendedores ambulantes, conhecido como “camelódromo”, localizado no entorno do Terminal Central de Transportes Urbanos, próximo às Avenidas Moraes Salles e Senador Saraiva e Ruas Cônego Cipião e Álvares de Azevedo. Ainda que em formas distintas da apresentada no presente, o comércio ambulante campineiro já determinava alguns dos espaços de maior atuação entre 1929 e 1940 e se caracterizava por uma localização próxima à do comércio estabelecido.

As características das ruas nas quais mercadorias eram apreendidas referenciam outro aspecto comum dos ambulantes clandestinos e irregulares: a perambulação. A maioria das ruas onde os ambulantes eram autuados são longas, particularidade que propicia a movimentação para cantos opostos da região central e bairros vizinhos, aspecto que não difere das ruas de ambulantes registrados entre 1931 e 1932. Marcados pela intensa mobilidade (aspecto que dificulta ser apanhado pelo fiscal) e pelo descumprimento das normas públicas, os ambulantes clandestinos e irregulares eram, neste período, os principais alvos dos fiscais, um dos elementos da manifestação do poder municipal sobre os habitantes. Impedir a atuação clandestina e irregular, já proibida por lei, significava excluir aqueles desajustados em relação às normas fixadas, por exemplo, pela tabela de taxação de impostos. Além disso, por estarem distantes da concepção de modernidade da elite dominante campineira, as ações de perseguir, multar e apreender mercadorias de forma a forçar o pagamento

de impostos surgem como estratégias do poder, a fim de inseri-los (dentro dos limites econômicos, sociais e culturais pré-definidos pela mesma elite) ou excluí-los da cidade moderna.

A falta de licença era a maior causa das apreensões de mercadorias e imposição de multas, mas, o valor dela influenciava na decisão de solicitá-la ou permanecer na clandestinidade. Havia muitas razões para os ambulantes deixarem de pagar o imposto de licença ou nem ao menos requererem a autorização municipal. A opção em ter a licença e pagar o imposto anual, dependendo da localização, poderia ser vantajosa em alguns casos, enquanto em outros, era mais lucrativo viver na clandestinidade. Escapar dos fiscais no momento da cobrança do imposto ou recusar-se a ter a licença, que os obrigava a esse pagamento, eram meios para aumentar a renda. Talvez, essa tenha sido a situação na qual o ambulante Arthur Maluf se encontrava, em 1934. Ele solicitou ao prefeito, em escrita direta e objetiva, a devolução de mercadorias apreendidas pelo fiscal de nome Chiavegnato (REQUERIMENTO, 1931). Porém, é o registro do fiscal que possibilita a percepção das releituras de normas e controles incorporadas por Arthur Maluf.

Segundo Chiavegnato, uma pessoa o teria informado que havia um vendedor ambulante sem licença atuando próximo à Rua 11 de Agosto, no Centro da cidade. Logo após a verificação e comprovação da presença de Arthur Maluf, o fiscal afirma que o ambulante fora avisado por *“alguém”* que ele o estava seguindo. Tal aviso teria possibilitado a fuga de Arthur, que saíra correndo, mas fora alcançado por Chiavegnato. Por fim, o fiscal relata que Arthur Maluf tentou *“fazer um acerto”*, para que o deixasse ir embora, o qual ele não teria aceitado. Além da tentativa de burlar a lei por parte do ambulante - descrição muito presente nos registros dos fiscais -

a narrativa chama a atenção pelas brechas de cumplicidades e negociações existentes entre ambulantes e a população, que influenciavam na reivindicação de direitos, criando e estimulando resistências frente ao imposto cobrado.

É interessante observar que esta cumplicidade é gerada mediante determinada circunstância, tornando a conquista – a fuga, por exemplo, ou a simpatia de alguns moradores – apenas provisória. Percebe-se que é por meio destas cumplicidades que os ambulantes e os habitantes da cidade encontram chances de melhorias, elaborando estratégias em benefício de si mesmo (ARAUJO, 2007). Assim, ao mesmo tempo em que o trabalhador recebia ajuda da população para escapar da fiscalização, os moradores angariavam motivos para obter descontos, facilidades de pagamento ou os melhores artigos do mesmo ambulante.

O custo de vida na década de 1930 crescia e sua alta não era acompanhada pelos salários da maioria da população. Durante o intervalo de 1929 a 1940, houve alta nos preços dos gêneros alimentícios (FIORENTINO, 1983). A elevação ajuda a justificar a permanência da isenção dos impostos para alguns ambulantes, desde a década de 1920, assim como a posição ambígua da Administração em relação à presença desses vendedores: ela parecia reconhecer, como imprescindível, a “permissão” da presença desses ambulantes para o abastecimento da cidade, para os cofres municipais e, principalmente, como uma fresta social que possibilitava a sobrevivência daqueles que não conseguiam outro tipo de profissão.

Um requerimento, de 1940, mostra que, enquanto leis e normas eram elaboradas, alternativas e oposições - voluntariamente ou

involuntariamente - desafiavam sua dominação. José Tavares Júnior, comerciante ambulante de peixes com caixa térmica, enviou ao prefeito um requerimento no qual solicitava a devolução de seu instrumento de trabalho: uma caixa térmica para vender peixes, apreendida após envolver-se em um conflito com os fiscais da Inspetoria de Alimentação Pública.

De acordo com a escrita de José Tavares Júnior, ele havia sido intimado pelo fiscal, Sebastião Barbosa, a deixar sua caixa térmica com peixes à disposição da Inspetoria de Alimentação Pública para que fosse examinada, sendo a mesma depositada no Frigorífico Municipal, para que depois pudesse ser retirada. No dia seguinte, ao dirigir-se ao Frigorífico para retirar seus pertences, ele não conseguiu pois a caixa não se encontrava mais lá. José afirma que estava de acordo com as exigências da Delegacia da Saúde e, ao solicitar a devolução de seu instrumento de trabalho, ressalta o seu valor de 100\$000, a sua importância na conservação do alimento que comercializava e que, por não estar de posse dela, estava impossibilitado de trabalhar (REQUERIMENTO, 1940).

O requerimento foi encaminhado pelo prefeito à Inspetoria de Alimentação Pública, que respondeu que a caixa não fazia parte da apreensão e deveria ter sido entregue ao ambulante, mas fora depositada no Frigorífico, por motivo desconhecido. Conforme o relato da Inspetoria, o fiscal Sebastião Barbosa teria telefonado ao estabelecimento e um dos funcionários teria declarado que não sabia se a caixa fora retirada ou furtada. A resposta seguinte, do encarregado pelo Frigorífico, fornece a informação de que José Tavares Júnior teria desacatado os funcionários do local e, por isso, fora levado à Delegacia Regional de Polícia, uma vez

que não teria razão na reclamação e que a caixa já havia sido entregue ao tio do requerente (REQUERIMENTO, 1940).

A partir dos fatos registrados é possível notar a preocupação de José Tavares Júnior em continuar a exercer sua atividade. Sem a referida caixa térmica, exigida pela lei para o comércio de peixes, ele estaria impossibilitado de trabalhar, e isto aconteceu durante doze dias, até quando, motivado pelo desespero, foi preso por desacato. Em casos como este, de solicitações feitas diretamente ao prefeito, é possível apreender noções de bem público entre os ambulantes, os quais acreditavam encontrar algum apoio na tradição paternalista das autoridades. Em algumas solicitações, os tons são leves, porém claros e objetivos, como recomendavam os “bons costumes” para pedir algo a uma autoridade. Todavia, em outros, a sensação de injustiça e desespero diante da multa, dívida ou impossibilidade de trabalhar e sobreviver tornava o teor dos pedidos mais secos e sem nuances de cordialidade. Apesar das fontes consultadas não apresentarem *mobilizações*⁴ diretas de ambulantes contra as leis instituídas e normas estabelecidas, é possível notar que a adesão e o apoio às regras e mudanças urbanísticas nem sempre ocorreram.

Regidas ou informadas por distintas representações de temporalidade, as artimanhas, tolerâncias, reclamações, recusas, conveniências e solicitações de ambulantes tornaram-se maneiras de viver, de dar significados a um período de alterações urbanísticas, e possibilidades de continuar a existir. Os vendedores de rua faziam dela seu espaço de construção de mundo e de vida, residindo aí uma das

⁴ A referência é no sentido de *mobilizações* como as de movimentos reivindicatórios organizados.

razões para que as políticas públicas fossem ineficazes quanto ao seu desaparecimento.

O comércio ambulante era presença marcante e imprescindível à sobrevivência da população, era o meio mais barato e fácil de aquisição de alimentos, assim como fonte de renda para quem vendia. Comprar nos mercados, que começavam a fazer parte da realidade central, acarretaria não somente o deslocamento até o local onde ele estava, como um preço mais alto, afinal, aqueles comerciantes que vendiam no Mercado tinham que pagar, além do imposto pela licença, uma taxa para a utilização das bancas e tabuleiros. Havia uma assimilação e recriação de relações que possibilitavam a persistência do vendedor de rua no decorrer dos anos, segundo os interesses dos próprios ambulantes e demais habitantes da cidade, presentes em um desenvolvimento urbano desigual e fragmentado. Sobrevivendo às brechas da sociedade, esses vendedores eram essenciais econômica e socialmente. Sua proibição generalizada, portanto, deveria provocar um desequilíbrio social, além dos problemas econômicos, e a Administração local parecia ter consciência disto.

Vendedoras e vendedores ambulantes jamais desapareceram em Campinas. Apesar da fixação, mudaram apenas de roupagem e, atualmente, ocupam locais estabelecidos nas ruas da cidade. A permanência da atividade, ilegal, irregular ou legalizada, tornou-se uma representação social em constante processo de reorganização no tempo, dependente das leituras, interpretações e dos significados que esses comerciantes conferem à realidade presente. Todavia, num período de crescimento econômico e industrial, como no contexto estudado, ele se mostra como resquício de uma cidade escravista, paternalista, desigual. Ontem e hoje, por meio de suas reinvenções ou reivindicações, ele

persiste e torna-se vilão para aqueles que priorizavam, e que ainda priorizam, um conceito específico de modernidade.

Fontes utilizadas

Arquivo Municipal de Campinas

COMUNICADOS de apreensão de mercadoria e Comunicados de infração de posturas. Comunicados. Grupo Finanças.

LIVRO de Registro dos Fiscais (1938-1940).

REQUERIMENTO de Arthur Maluf, 06/08/1931. Restituição de bens e mercadorias. Grupo Finanças. Caixa 48.

REQUERIMENTO de José Tavares Júnior, 23/07/1940. Restituição de bens e mercadorias. Grupo Finanças. Caixa 48.

Referências Bibliográficas

FIORENTINO, Teresinha Aparecida Del. O operariado campineiro de 1930 a 1945. In: *Revista da SBPH*, São Paulo, n.1, 1983, p.17-34.

RODRIGUES, Flávia de Matos. *Ambulantes em Campinas: estratégias de resistências e sobrevivência no cenário urbano (1929-1940)*. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARAUJO, Erick Assis de. *Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza*. Fortaleza: INESP, 2007.

Capítulo 4

A Sociedade Symphonica Campineira (1929-1953): trajetória e representação no cenário musical de Campinas

Mariana de Oliveira Candido

Possui graduação em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e Mestrado em Música pelo Instituto de Artes da mesma universidade; atualmente, desenvolve pesquisa de doutorado em Música sobre a Sociedade Symphonica Campineira.

Lenita Waldige Mendes Nogueira

Docente do Departamento de Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, onde leciona as disciplinas de História da Música e História da Música Brasileira. Bacharel em Música pela mesma universidade, mestre em Artes pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, tem como foco principal de suas pesquisas a música brasileira, em especial dos séculos XVIII e XIX. Tem vários livros publicados e colaborações em diversas publicações. Atua como curadora do Museu Carlos Gomes em Campinas.

O presente texto apresenta uma pesquisa em desenvolvimento, na área da Musicologia Histórica, sobre a Sociedade Symphonica Campineira (1929-1953), instituição fundada em Campinas por um grupo de músicos locais com grande contribuição na construção de um espaço para a música sinfônica na cidade. O Arquivo Municipal de Campinas guarda, em seu acervo, documentos importantes sobre a Sociedade - programas impressos de diversos concertos da orquestra e ofícios enviados aos prefeitos da cidade.

1 Orquestras sinfônicas no Brasil

O desenvolvimento de orquestras no Brasil pode ser considerado um movimento tardio, uma vez que o florescimento das primeiras

orquestras estáveis se deu somente no século XX. No período colonial brasileiro, do século XVI ao início do século XIX, as orquestras concentravam-se nos espaços das igrejas, mas possuíam dimensões reduzidas, característica do período barroco e clássico; a música orquestral destacava-se, então, nos maiores centros urbanos, como Salvador, Olinda, São Paulo, Rio de Janeiro e em Minas Gerais, cujos grupos instrumentais eram liderados por mestres-de-capela. O estabelecimento da Família Real Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, inaugurou um novo momento para o desenvolvimento musical daquela cidade, com o enriquecimento das práticas musicais e a transformação do gosto na Corte (Monteiro, 2008). Instituídos por Dom João VI através de mecenato real, a Capela Real e Real Câmara possuíam músicos e cantores seletos para o oferecimento de música sacra e profana; no entanto, essas instituições musicais perderam sua importância no período que se seguiu, marcado por instabilidades políticas, com o processo de independência do Brasil e a abdicação de D. Pedro I, em 1831. A então Capela Imperial foi extinta e, em 1842, foi retomada por Francisco Manuel da Silva (1795-1865) (KIEFER, 1976, p. 68). No Império, a Capela passou por progressivas dissoluções, extinguindo-se após 1889 (BOMFIM, 2017, p.117).

Durante o século XIX, a música lírica e a música de câmara predominaram no cenário cultural das cidades; os clubes e sociedades musicais, como o Club Mozart (1867) e o Club Beethoven (1882), no Rio de Janeiro, e o Club Haydn (1883), em São Paulo, ofereciam concertos voltados à apresentação de canto, solos instrumentais ou formações menores. A atuação de orquestras em concertos sinfônicos não era comum, mas faziam-se presentes no acompanhamento de óperas. De

fato, ocorreram algumas iniciativas para a promoção da música sinfônica na capital, como a Sociedade de Beneficência Musical, fundada em 1833 e a Sociedade Filarmônica, de 1834, organizadas por Francisco Manuel da Silva; o repertório, por sua vez, era caracterizado por trechos de óperas (KIEFER, 1976, p. 68).

Após a instauração da República, houve um novo impulso a favor de concertos sinfônicos por meio do Instituto Nacional de Música, antigo Conservatório Imperial, por meio dos esforços de Leopoldo Miguez (1850-1902) e Alberto Nepomuceno (1864-1920), motivados pela valorização da música sinfônica sobre a tradição lírica italiana, criticada pelo círculo do Instituto.

Na década de 1930, o surgimento da Orquestra Filarmônica, dirigida por Walter Burle Marx, e da Orquestra Heitor Villa-Lobos marcou o início da atuação mais sólida das orquestras sinfônicas. A Orquestra do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, criada em 1932, foi a primeira criada pelo poder público desde a instauração do regime republicano, dirigida pelo maestro Francisco Braga (1868-1945). A Orquestra Sinfônica Brasileira surgiu em 1940, fundada por José de Lima Siqueira (1907-1985); embora criada por iniciativa particular, passou a ser auxiliada por Getúlio Vargas, a partir de 1942.

Em São Paulo, as primeiras sociedades sinfônicas de maior atuação surgiram no início do século XX - a Philarmonia, fundada em 1920, a Sociedade de Concertos Sinfônicos, em 1921, e a Sociedade Sinfônica de São Paulo (TONI, 1995). Bonfim (2017) cita orquestras paulistanas atuantes na década de 1930, como a Associação Orquestra Sinfônica de São Paulo, de curta duração, a Sociedade de Concertos Leon Kaniefsky, que

permaneceu até 1936, a orquestra do Centro Musical de São Paulo, existente até 1938, e a Sociedade Filarmônica de São Paulo, existente até o início da década de 1940. Subvencionada pelo poder municipal, a Orquestra do Theatro Municipal de São Paulo foi criada em 1939, transformando-se na Orquestra Sinfônica Municipal em 1949. Ressalta-se que até a criação de orquestras mantidas pelo poder público, no entanto, as primeiras sociedades de concerto ou associações sinfônicas ressentiam-se da constante exiguidade de recursos, levando-as à dissolução após pouco tempo de atuação.

2 Campinas, um cenário musical

Durante o período de notável desenvolvimento urbano e econômico, observado na década de 1870, a cidade de Campinas viveu um importante florescimento cultural. Nesse cenário, diversas práticas musicais estabeleceram-se no cotidiano da cidade, na formação de um rico cenário musical - bandas de música que se apresentavam nos espaços públicos, concertos e saraus promovidos por sociedades culturais, temporadas líricas no Teatro São Carlos (1850-1922), música religiosa e popular, além do ensino e do comércio musical. Os primórdios da organização musical na cidade, no entanto, datam desde o início daquele século, com a presença Manuel José Gomes (1792-1868), mestre-de-capela, maestro, compositor e professor, atuante na criação de orquestras e bandas. Como progenitor da família Gomes, conduziu no ensino musical os filhos José Pedro de Sant'Anna Gomes (1834-1908), violinista, professor e regente de maior importância na cidade até o início do século XX, Antonio Carlos Gomes (1836-1896), que veio a se tornar o maior

compositor brasileiro do século XIX; Joaquina Gomes Henking (1853-1939) e Ana Luiza Gomes Funck (1865-1936) também se dedicaram à música e foram atuantes no ensino e na prática musical da cidade.

No século XIX, a prática da música sinfônica em Campinas foi representada, em sua maior expressão, pela Orquestra Campineira, conduzida por José Pedro de Sant'Anna Gomes até sua morte, em 1908. Desde 1870, a orquestra era contratada para festas religiosas e profanas, e chegou a possuir um arquivo de 5000 partituras; atuava também na apresentação de concertos sinfônicos, cujo repertório variou, ao longo do tempo, de aberturas de óperas a outros gêneros e estilos (NOGUEIRA, 2001, p. 155 e 409). O período da epidemia de febre amarela, que atingiu a cidade entre 1889 e 1897, entretanto, trouxe uma momentânea dispersão das atividades musicais; a orquestra, por sua vez, pareceu ter sido mais gravemente prejudicada. De fato, somente em 1899 registra-se a iniciativa de reorganização do grupo - no Teatro São Carlos, duas comissões e uma sociedade protetora, com a presença de 42 músicos, reorganizaram a orquestra, cabendo a regência novamente a seu antigo maestro, Sant'Anna Gomes. Nos anos que se seguiram, no entanto, poucos registros são encontrados sobre a atuação do conjunto.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade não possuía um conjunto orquestral significativo; pequenas orquestras formavam-se em razão do surgimento das primeiras salas de cinema mudo, entretenimento que criou uma interessante demanda por acompanhamento musical. Assim, durante as três primeiras décadas do século, os músicos encontraram no cinema uma importante oportunidade de trabalho; na cidade, destacavam-se as orquestras do Cine São Carlos, Teatro Rink, Cine Bijou e Cine República, além do Cassino Carlos Gomes. Embora as atividades

orquestrais fossem dispersas, Júlio Mariano comenta sobre a importância dessa prática musical para a formação da que viria a ser a orquestra da Sociedade Symphonica Campineira, com o *“obrigatório treino dos músicos nas orquestras de cinema mudo, cujo repertório se constituía, a maior parte, de composições dos mais festejados mestres das mais variadas escolas”* (MARIANO, 1970, p. 196).

Entre essas orquestras, de fato, encontravam-se músicos que futuramente atuariam na Sociedade Symphonica Campineira, como o pianista Mário Monteiro. Salvador Bove (1889-1980), italiano radicado no Brasil, dedicava-se à regência de uma orquestra da cidade e à prática do *pistom*; fixou-se em Campinas em 1915, atuando desde então como professor de música e na colaboração com a Banda Ítalo-Brasileira (BATTISTONI, 2008, p. 177-8). Essa banda de música, por sua vez, ligou-se à Sociedade Sinfônica desde o início, por meio de seus músicos, como a família Tullio, de destaque junto à orquestra, além de Hugo Bratfisch, Constantino Suriani, Paulo Suriani e Alcebíades Massaini. No cenário mais amplo da vida musical, grande parte dos músicos eram professores de seus instrumentos, dedicando-se às atividades de ensino. Outros eram amadores e exerciam outras profissões, como o fagotista Anchise Landini, proprietário de uma sapataria, e o contrabaixista Antonio Marotta, proprietário de uma fábrica de móveis.

O cenário musical da cidade, no início do século XX, era crescentemente marcado pelo cruzamento das relações entre música e trabalho, com o envolvimento das questões profissionais no fazer musical. O desenvolvimento urbano, com o crescimento de espaços de sociabilidade e entretenimento criavam novas formas de atuação para os músicos, além de caminhos profissionais criados pela expansão da

comercialização da música como produto, com a reprodução fonográfica e a veiculação musical pelo rádio. Por outro lado, o trabalho musical era caracterizado pela dinâmica de constantes aparecimentos e perdas de espaços, como a lacuna profissional causada pelo advento do cinema sonoro, em 1930, quando se dispensou, então, a execução de música junto aos filmes. Nesse quadro, a articulação dos músicos enquanto classe profissional pode ser entendida como um caminho para o estabelecimento de sua representação e fortalecimento de seu ofício; a formação de uma sociedade sinfônica relaciona-se, assim, a esses objetivos, sob a forma reconhecida, enquanto hábito e cultura, de uma orquestra sinfônica.

3 A Sociedade Symphonica Campineira

A Sociedade Symphonica Campineira foi fundada no dia 06 de outubro de 1929, conforme registrado na *Ata da Sessão Inaugural da Sociedade Symphonica Campineira*. Naquele dia, 29 músicos assinaram o documento que oficializava a nova sociedade musical; Salvador Bove, líder desse movimento musical, foi eleito maestro da orquestra, e Jorge Whiteman, o primeiro presidente da sociedade. Nesse documento, são firmados os objetivos da Sociedade:

Constituir-se pelo prestígio de seus membros, pelo estudo de todos os assumptos musicais, pelo auxilio mutuo, moral, defensor e activo cooperador do engrandecimento da classe musical sem côr politica (ATA, 1929).

O momento de fundação da Sociedade Symphonica revela, a partir dessa descrição, um desejo de organização da classe musical em direção

a sua união e valorização dos músicos enquanto agentes da cena cultural da cidade, bem como trabalhadores do ofício musical. Embora na cidade não houvesse uma organização sindical de músicos, como já existiam em São Paulo e no Rio de Janeiro (FREIRE, 2020; ESTEVES, 1996), a sociedade sinfônica guardava, em sua forma de organização, alguns meios de valorizar e auxiliar seus membros em sua condição profissional, fosse por meio de pagamentos por concerto ou de auxílios em momentos de necessidade, via um fundo destinado a doações financeiras. A união desses músicos resultou, ainda, na formação de uma escola musical - o Instituto Musical da Sociedade Symphonica Campineira - em que se ensinavam os diversos instrumentos da orquestra, harmonia, composição, teoria e história da música, além de oferecer ensino gratuito de solfejo e canto coral para crianças.

Em outro importante documento da Sociedade, os *Estatutos de 1937*, encontramos ainda outras finalidades da Sociedade Symphonica –

[...] manter uma orchestra para a realização de concertos;
pugnar pelo desenvolvimento da cultura artística musical;
propagar o quanto possível as obras de autores nacionais;
formar um fundo de reserva para mutuo socorro.
(ESTATUTOS, 1937).

Após alguns anos de atividades da orquestra, os objetivos descritos em 1929, com ênfase na valorização dos músicos, parecem dividir lugar com outras finalidades - o cultivo da música e a divulgação da composição nacional. Quanto a este objetivo, de fato, percebe-se que a orquestra se manteve em diálogo com importantes compositores brasileiros, como se verá adiante.

Após a sessão inaugural da Sociedade, diversos músicos uniram-se ao grupo, na formação da orquestra; da observação de sua composição em seus primeiros anos de atuação, o número de executantes da orquestra chegou a ser de 60 membros. Não se tratava, no entanto, de uma grande orquestra, comparando-a a grupos sinfônicos contemporâneos - a Sociedade de Concertos Sinfônicos e a Sociedade Sinfônica de São Paulo chegaram a possuir, respectivamente, 76 e 85 músicos, no início da década de 1930 (FREIRE, 2020, p. 436). Em vários momentos, ainda, as dificuldades enfrentadas pela Sociedade resultaram na regressão dos membros da orquestra, com o abandono de muitos de seus músicos. No entanto, destaca-se, entre todos, um seleto número de músicos que permaneceu junto à orquestra de sua fundação a sua dissolução, em 1953, muitos dos quais chegaram a atuar na Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas, em 1968.¹

Os Estatutos também nos revelam o modo de constituição interna da Sociedade, que se organizava na forma de uma associação; era baseada, portanto, na participação de sócios que a mantinham por meio de suas contribuições financeiras. Anualmente, a Assembleia Geral reunia-se para eleição de uma nova Diretoria; esta nomeava o 1º e 2º regentes, além de um bibliotecário-arquivista e de uma comissão auxiliar, que atuava na organização das apresentações da orquestra. Uma comissão de contas fazia o controle financeiro da sociedade, e o Conselho Artístico, composto pelo presidente da sociedade, regentes e bibliotecário, trabalhava na escolha do repertório, aquisição de partituras e admissão de

¹ Os violinistas Luiz de Tullio, Reynaldo Prestes e Tiberio Focesi, o violoncelista Pompeu de Tullio Sobrinho, o flautista Américo Gabriel Martins, os trombonistas José Pezzato e Agenor Landini, o percussionista Antonio Landini e o pianista Mário de Tullio.

novos músicos. Embora à Diretoria coubesse a nomeação do 1º regente da orquestra, estabelecia-se, no Estatuto, que Salvador Bove seria o regente titular até sua eventual desistência, ou até que a Assembleia tomasse deliberação em contrário (ESTATUTOS, 1937). De fato, Bove ocupou a regência da Sinfônica até 1943, quando se desligou da Sociedade para trabalhar em novo posto musical em São Paulo. Seguiram-se a ele na regência os maestros João de Tullio, até 1946, e Mário de Tullio, até 1953.

O quadro de sócios dividia-se, principalmente, entre os sócios fundadores - os que aderiram à Sociedade até 27 de fevereiro de 1930; executantes - os músicos da orquestra; assistentes - os que contribuía com o pagamento das mensalidades, por meio das quais obtinham ingressos para os concertos; remidos e beneméritos - contribuía, respectivamente, com valores iguais ou maiores do que 1:000\$000 (1 conto de réis). Por meio das contribuições mensais e doações, portanto, os recursos arrecadados mantinham a Sociedade, e eram divididos em porcentagens destinadas a diversos fundos. O chamado *fundo disponível* destinava-se, por exemplo, ao pagamento dos músicos a cada concerto.

A organização dos concertos, por sua vez, seguia uma ordem mensal de apresentações. A série oficial estabelecia um concerto ao mês, a que tinham direito os sócios; o público em geral também poderia adquirir bilhetes, no dia da apresentação. Concertos extraordinários ocorriam em ocasiões especiais, como o que foi oferecido ao presidente Getúlio Vargas quando de sua passagem por Campinas, em 1938. A série oficial de concertos da Sociedade Symphonica teve início em dezembro de 1929, após seu concerto inaugural realizado em 15 de novembro

daquele ano, no Cine Teatro São Carlos.² Durante seu primeiro ano de atuação, essa sala de cinema foi o principal local de apresentações da orquestra, que também se apresentou no Cine República e no Teatro Rink. Em dezembro de 1930, a Sociedade passou a ocupar, exclusivamente, o recém-inaugurado Teatro Municipal.³

A escolha do local para as apresentações da orquestra, por outro lado, trouxe implicações para a própria Sociedade, pois o acesso do público a diferentes espaços da cidade ligava-se a questões sociais importantes. Deixar as salas de cinema e adotar o palco do Teatro Municipal implicou que parte significativa do amplo público que acompanhava os concertos deixasse de fazê-lo. O novo teatro da cidade constituiu-se como um lugar de seleção social, frequentado, assim, por uma pequena parcela da sociedade local; a partir de então, a participação de sócios decaiu, como comentava um artigo no jornal sobre esse período:

Perdera portanto o caráter de concertos familiares, para se tornar uma reunião que exigia seletividade (...) Por mais esforços que se fizesse não mais conseguiu reaver aquela cifra de sócios do S. Carlos. (CORREIO, 1933).

O uso do Teatro Municipal não era gratuito, salvo algumas ocasiões - a Sociedade Symphonica pagava à Prefeitura para ocupá-lo; os custos do

² O Cine Teatro São Carlos era um cinema localizado à rua Cesar Bierrenbach; não deve ser confundido com o Teatro São Carlos, primeiro teatro de Campinas que se localizava junto ao Largo Ruy Barbosa, demolido em 1922.

³ O Teatro Municipal de Campinas foi inaugurado em 1930, no mesmo local onde erguia-se o antigo Teatro São Carlos. Passou a chamar-se Teatro Municipal Carlos Gomes em 1959, mas, em 1965, foi demolido.

aluguel do teatro refletiram, assim, no aumento do valor das mensalidades, o que causou a diminuição do número de associados.

A trajetória da Sociedade Symphonica foi marcada por diversos momentos de dificuldades e contradições; a observação da sucessão de seus concertos é, a princípio, a principal forma de acompanhar os revezes enfrentados pela Sociedade. Entre 1929 e 1953, a orquestra apresentou, de acordo com Gama et al. (2001), 100 concertos oficiais. A identificação das datas de cada concerto ao longo dos anos permite apontar períodos de maior e menor desenvoltura da Sociedade - os primeiros anos de atuação, entre 1929 e 1934, caracterizam-se por atividades constantes da orquestra; algumas pausas encontram-se apenas em 1932, no período marcado pela Revolução Constitucionalista. A partir de 1935, no entanto, percebe-se uma menor frequência de concertos ao longo do ano; em 1936, por exemplo, há apenas uma apresentação. Os anos mais críticos dão-se a partir de 1941; em 1948, não há registro de nenhum concerto oficial. Nesse ano, muito provavelmente em razão da dispersão da orquestra, forma-se na cidade um grupo sinfônico alternativo, de menores proporções, chamado Orquestra Filarmônica Campineira, integrado por alguns músicos da Sociedade Symphonica. Em 1952, houve uma retomada das atividades, que se encerraram, finalmente, em 1953. Durante os anos, a participação e o engajamento dos músicos da orquestra também variou - a partir de 1931, observa-se o início da decadência no número de integrantes e, em 1935, outro momento de grande regressão da orquestra, que apresentava menos de 45 músicos.

As observações sobre a frequência de concertos e de músicos, no entanto, são possíveis em virtude de uma série de documentos de elevada importância, preservados em diferentes arquivos - os programas

impressos da Sociedade Symphonica Campineira. Essas publicações, na forma de livretos, eram distribuídas a cada concerto e traziam em suas páginas muitas informações – de avisos, propagandas comerciais e anúncios de professores de música aos nomes dos músicos da orquestra, pequenos textos informativos sobre solistas, cantores e regentes convidados, quase sempre acompanhadas de fotografias. Traziam também comentários sobre os compositores, com seus dados biográficos, e as obras musicais a serem executadas no programa da noite, de modo a contextualizar sua produção e informar sobre suas características formais e interpretativas. Proporcionavam ao público, assim, leituras importantes na formação da experiência musical, uma vez que o conhecimento das obras se dava não somente por meio da escuta, mas também pela mediação das fontes textuais.

A partir da descrição dos instrumentistas da orquestra em sua contracapa, é possível acompanhar, nome a nome, a presença dos diversos músicos ao longo do tempo. O repertório, por sua vez, era não apenas indicado, como também comentado; assim, é fácil detalhar as obras e compositores mais presentes no repertório da orquestra. Antonio Carlos Gomes (1836-1896), campineiro de grande memória local e nacional, foi certamente o compositor mais executado pela Sinfônica - anualmente, concertos em sua celebração eram dados nos meses de julho ou setembro, com a apresentação de excertos de suas óperas, com destaque para a abertura sinfônica de *O Guarany*. O repertório era caracterizado também pela presença de aberturas de óperas e por obras do período romântico, com destaque aos concertos para piano e orquestra. Entre os autores nacionais, destacam-se as obras *Suíte Brasileira*, de Alexandre Levy, *Rapsódia Brasileira*, de Luiz Levy, *Série*

Brasileira, de Alberto Nepomuceno, *Fantasia Brasileira*, de Radamés Gnattali, *Marabá*, de Francisco Braga, *Noite de São Paulo*, *Serenata*, *Danças Brasileiras* e *Festa na Vila*, de Dinorá de Carvalho e *Caramuru*, de Francisco Mignone, com quem a Sociedade Symphonica correspondeu-se para tratar da execução de seu poema sinfônico. A orquestra também se dedicava a executar obras de compositores campineiros, como *Saudade* e *Berceuse*, de Sant'Anna Gomes e *Catyra* e *Suíte Macabra*, de Mário Monteiro.

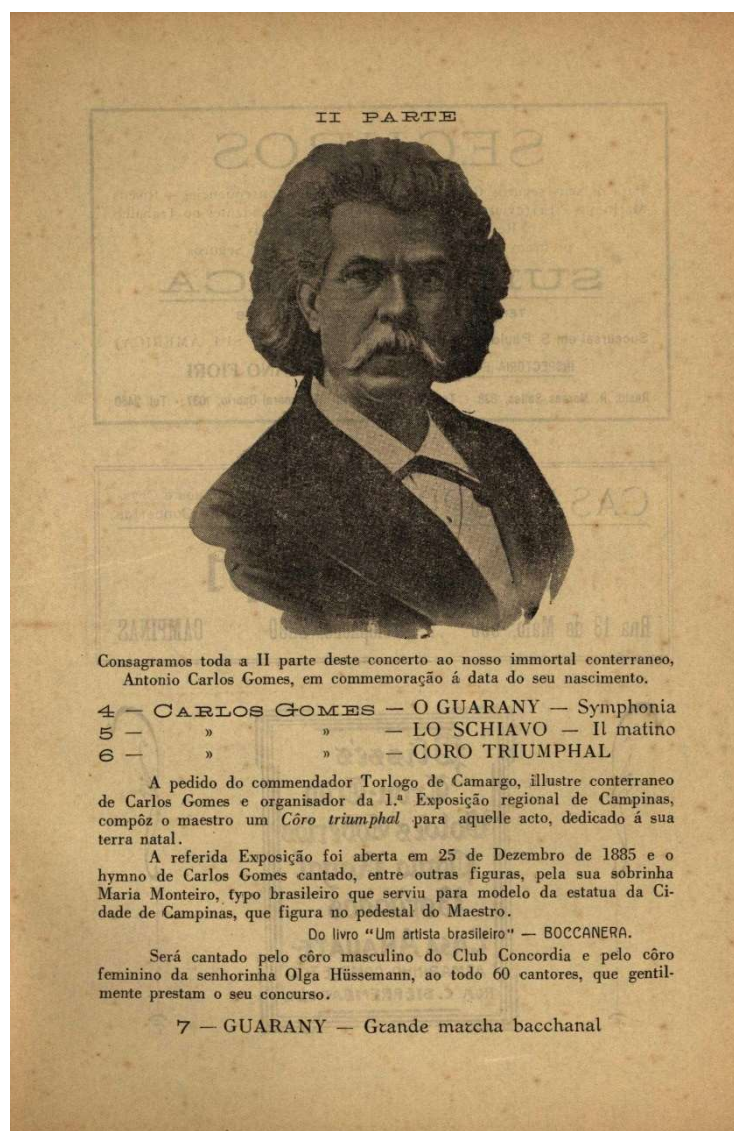


Fig. 1 - Página do programa do 17º concerto, de 15 de julho de 1931, com a segunda parte dedicada a Carlos Gomes. Coleção Erbolato-Langoni. Arquivo Municipal de Campinas.

Os programas impressos permitem conhecer, ainda, maestros, músicos e cantores que se destacavam na cena musical entre os anos 1930 e 1950, hoje nem sempre lembrados. Os regentes convidados a conduzir a orquestra foram Armando Belardi, Emmerich Csammer, Ernst Mehlich, Leon Kaniefsky, Jefin Ranowich, José Manfredini, Vittorio Mariani, João de Souza Lima, Antonio Giammarusti, Georges Kaszás, Ichel Berkowitz e o campineiro Mário Monteiro; um destaque foi a regência de Dinorá de Carvalho, em 1937. A presença de mulheres foi constante em participações ao piano, com solos de Olga Hüsemann, Lelyta Graziani, Estelinha Epstein, Eglê Bueno, Cecilia Cintra, Evelina Cavalheiro Diz, Yolanda Grimaldi, Maria Gerin, Dalva Tirico, Georgette Pereira, Zith de Moraes e Gilda Gusso.

Como as sociedades sinfônicas ou de concerto existentes no país desde o século XIX, a Sociedade Symphonica Campineira estabeleceu-se como uma instituição independente, de iniciativa particular. Os principais recursos financeiros que sustentavam a sociedade provinham, como dito, das contribuições mensais do quadro de sócios e da bilheteria obtida pela apresentação dos concertos da orquestra. Ao observar a trajetória da Sociedade, no entanto, é fácil perceber que sua condição de organização independente significava também sua grande fragilidade - os recursos eram insuficientes para a sobrevivência da Sociedade. Uma das causas foi, certamente, a instabilidade do número de sócios, que se acentuou ao longo do tempo, após um momento inicial de centenas de inscrições. No entanto, a ausência de um apoio institucional dos poderes públicos à Sociedade pode ser apontada como o principal fator de enfraquecimento da instituição musical.

As primeiras orquestras sinfônicas mantidas pelo poder público no país, como dito, no período republicano, foram instituídas na década de 1930, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em Campinas, no entanto, as relações da orquestra com o poder municipal apontam para um permanente lugar de dependência ocupado pela Sinfônica, à espera de ser auxiliada apenas por concessões e subsídios públicos ocasionais. Em outras palavras, o poder público municipal não se identificou, como política própria, com o projeto musical proposto pela Sinfônica. As primeiras manifestações de omissão do poder público no apoio à Sociedade Sinfônica podiam ser lidas nos jornais da cidade.

Uma evidência da busca de proximidade da Sociedade Symphonica com a Prefeitura, mantendo-se as boas relações com essa esfera pública, são os ofícios na forma de convites para os concertos oficiais no Teatro Municipal, enviados aos prefeitos da cidade de Campinas. Mensalmente, próximo à data do concerto, esses ofícios eram encaminhados ao prefeito e estendiam-se a sua família, com uma breve descrição do concerto a ser apresentado. Os ofícios, datados do período de 1929 a 1940, dirigem-se a Orosimbo Maia, Alberto de Cerqueira Lima, Perseu Leite de Barros, José Pires Netto e Euclides Vieira.

Embora os convites apontem para uma busca de relações institucionais com o poder municipal, é possível identificar, entre alguns prefeitos, uma ligação mais próxima com a Sociedade - Orosimbo Maia, José Pires Netto e Euclides Vieira eram também sócios honorários da Sociedade Symphonica Campineira. Segundo o Estatuto da Sociedade, o título de sócio honorário era concedido aos que o merecessem, nomeados por uma decisão da Assembleia. Maia havia sido indicado ao título desde novembro de 1929; seu apoio à Sociedade parece ter sido, de

fato, o mais notável entre os prefeitos da cidade. Um dos ofícios de 1931, por exemplo, refere-se a uma cessão gratuita do uso do Teatro Municipal.

Nesse sentido, é preciso considerar a possibilidade de que, ao ausentar-se o poder municipal de um compromisso institucional com a Sociedade Symphonica, as ações de cooperação podem ter se caracterizado pela prevalência da influência pessoal de alguns prefeitos; por outro lado, as nomeações de prefeitos ao título de sócios honorários poderiam ser entendidas como ações estratégicas para a criação de proximidades de interesse da Sociedade com pessoas de relevância política na sociedade local.

A compreensão desses diferentes aspectos, enfim, resulta de comparações entre os diferentes documentos - programas de concertos e ofícios complementam-se em suas informações, proporcionando conhecimentos sobre a Sociedade em sua organização interna e em suas relações com o cenário musical, social e político da cidade de Campinas. A pesquisa que se desenvolve, assim, encontra importante apoio nos documentos históricos preservados e difundidos pelo Arquivo Municipal sobre Sociedade Symphonica Campineira.

Fontes utilizadas

Centro de Documentação do Correio Popular

HISTÓRIA da Sociedade Sinfônica Campineira – a sua fundação; o apoio do público; depois o desinteresse; as dificuldades de sua manutenção; a situação presente da Sinfônica. *Correio Popular*, 03 de setembro de 1933.

Centro de Memória da Unicamp

ATA da Sessão Inaugural da Sociedade Symphonica Campineira, 1929.

ESTATUTOS da Sociedade Symphonica Campineira, 1937.

Arquivo Municipal de Campinas

COLEÇÃO Erbolato-Langoni de Programas do Teatro Municipal Carlos Gomes (Código de Referência BR SPAMC EL).

CONVITES para eventos artísticos recebidos pelo Prefeito (Código de referência BR SPAMC 0451).

Referências Bibliográficas

BATTISTONI FILHO, Duílio. *Vida cultural em Campinas (1920-1932)*. Campinas, SP: Komedi, 2008.

BOMFIM, Camila C. *A música orquestral, a metrópole e o mercado de trabalho: o declínio das orquestras profissionais subsidiadas por organismos públicos na Região Metropolitana de São Paulo de 2000 a 2016*. 2017. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes, São Paulo, 2017.

ESTEVES, Eulícia. *Acordes e acordos: a história do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, 1907-1941*. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996.

FREIRE, Breno A. A. Dissonâncias perfeitas: o protagonismo dos músicos de orquestra rumo à institucionalização da categoria em São Paulo (1913-1949). *Projeto História*, São Paulo, v. 68, pp. 421-439, Mai.-Ago., 2020.

GAMA, Alexandre. Laraia; FRANCO, Marina.; PEREZ, Rebeca Linhares. *Acordes dissonantes: a trajetória da Orquestra Sinfônica de Campinas*. Campinas: Gráfica IDB, 2001.

KIEFER, Bruno. *História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX*. Porto Alegre: Movimento, 1977.

MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e anteontem*. Campinas: Maranata, 1970.

MONTEIRO, Maurício. *A construção do gosto: música e sociedade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Atelier Editorial, 2008.

NOGUEIRA, Lenita W. M. *Música em Campinas nos últimos anos do Império*. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

TONI, Flávia. Uma orquestra sinfônica para São Paulo. *Revista Música*, São Paulo, v.6, n.1-2, pp. 122-149, maio-nov.,1995.

Capítulo 5

A implantação de Vila operária e a construção de casas do tipo *Vila* na Campinas industrial na primeira metade do século XX

José Luiz Rogé Ferreira Grieco

Arquiteto Urbanista e doutor em urbanismo formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Na mesma instituição atua como professor nas áreas de Urbanismo e Projeto.

Introdução

O presente artigo se desenvolve a partir de um recorte no assunto abordado na dissertação de mestrado intitulada *“A Ideia de vida em comunidade - a apropriação contemporânea do conceito de vila: estudo de caso no município de Campinas”* publicada em 2010. Compreende parte do capítulo introdutório, especificamente os itens 1.4 e 1.5 denominados *“A implantação de Vilas operárias na Campinas Industrial no começo do século XX”* e *“Alguns Casos de Implantação da Tipologia de Vila na Cidade de Campinas na Primeira Metade do Século”*, respectivamente.

O contexto histórico abordado nos itens apontados acima observa a formação de Campinas como cidade industrial no estado de São Paulo e deve ser entendida a partir do sistema produtivo cafeeiro. A formação urbana exigiu uma estruturação mais incrementada em relação a outros polos, o que refletia na complexidade do processo de urbanização das regiões que atendiam a demanda cafeeira (CANO, 1997 apud RIBEIRO, 2007, p. 100).

Neste contexto, as companhias férreas exerciam uma grande influência em vários aspectos relacionados à cidade. A Cia. Mogiana, por exemplo, tinha capital quase integralmente campineiro e era responsável por um dos mais intensos sistemas fabris da cidade. Entre os anos de 1930 a 1945, por meio dos relatos dos prefeitos à Câmara dos Vereadores, com uma série de leis e medidas administrativas, nota-se um forte incentivo ao fortalecimento da cidade ligada a funções relativas à indústria.

Em um cenário de decadência da produção cafeeira, as fazendas começavam a deixar sua função rural e algumas delas passam a ser loteadas para fins urbanos. No aspecto imobiliário, o eixo ferroviário determinou uma espacialidade, reabilitando um sistema construído para o escoamento do café, agora pela indústria. As terras que, de alguma maneira, apresentavam importância relacionada a esta trama férrea, despontavam agora com potencial imobiliário.

O aspecto segregacionista, já instaurado com a implantação do sistema férreo na cidade, foi mantido, direcionando tanto as áreas destinadas à população de rendas mais altas, onde a figura dos cortiços e habitações precárias deveriam ser eliminadas, como as áreas para a população de renda baixa e para operários, implantadas de maneira planejada para além linha férrea junto a cemitérios, curtumes, matadouro e às futuras áreas industriais.

Na busca de um planejamento e regulamentação deste processo foram promulgados diversos decretos e leis. Já na década de 1920, via-se a ocupação do espaço urbano de maneira mais desordenada para construção de casas populares de trabalhadores e operários, mas não havia, até a década de 30, planejamento claro para estes loteamentos. A

partir de 1930 é significativo, no Arquivo Municipal de Campinas, o número de solicitações e projetos tanto de divisões de glebas como de arruamentos de lotes destinados à implantação de empreendimentos e construções populares.

Respondendo esta situação, o *item III* do relatório que compunha o Plano de Melhoramentos para Campinas, elaborado por Prestes Maia, colocava como prioritária a melhor ligação entre os arrabaldes entre si (RIBEIRO, 2007, p. 129):

Prestes Maia preocupou-se também, sobremaneira, com as áreas de expansão e nelas, além de planejar a circulação, propôs reservas de áreas verdes para instalação de grandes parques, novos conceitos para bairros residenciais, com jardins, escola, comércio e zoneamento próprios, além de estabelecer áreas preferenciais destinadas à instalação de indústrias (BADARÓ, 1996, p. 58).

Anteriormente ao plano de Maia, em 1926, a Lei nº. 379 buscava, além de favorecer a construção popular, organizar a cidade de Campinas dividindo-a em quatro zonas, para efeito de lançamento de impostos prediais: 1 - Central; 2 - Atual Centro expandido; 3 - Ponte Preta e final da estrada para São Paulo; 4 - Transição rural x urbano. Tal lei permitia a construção de casas operárias com meio tijolo na periferia (zonas três e quatro) como por exemplo: Jardim Chapadão, Vila Nova, Vila São Bernardo, Cambuí, Estrada da Roseira e Palheiro. Estes foram os embriões de núcleos de moradias operárias, conformando *vilas* nas décadas de 1930 e 1940 (RIBEIRO, 2007, p. 107).

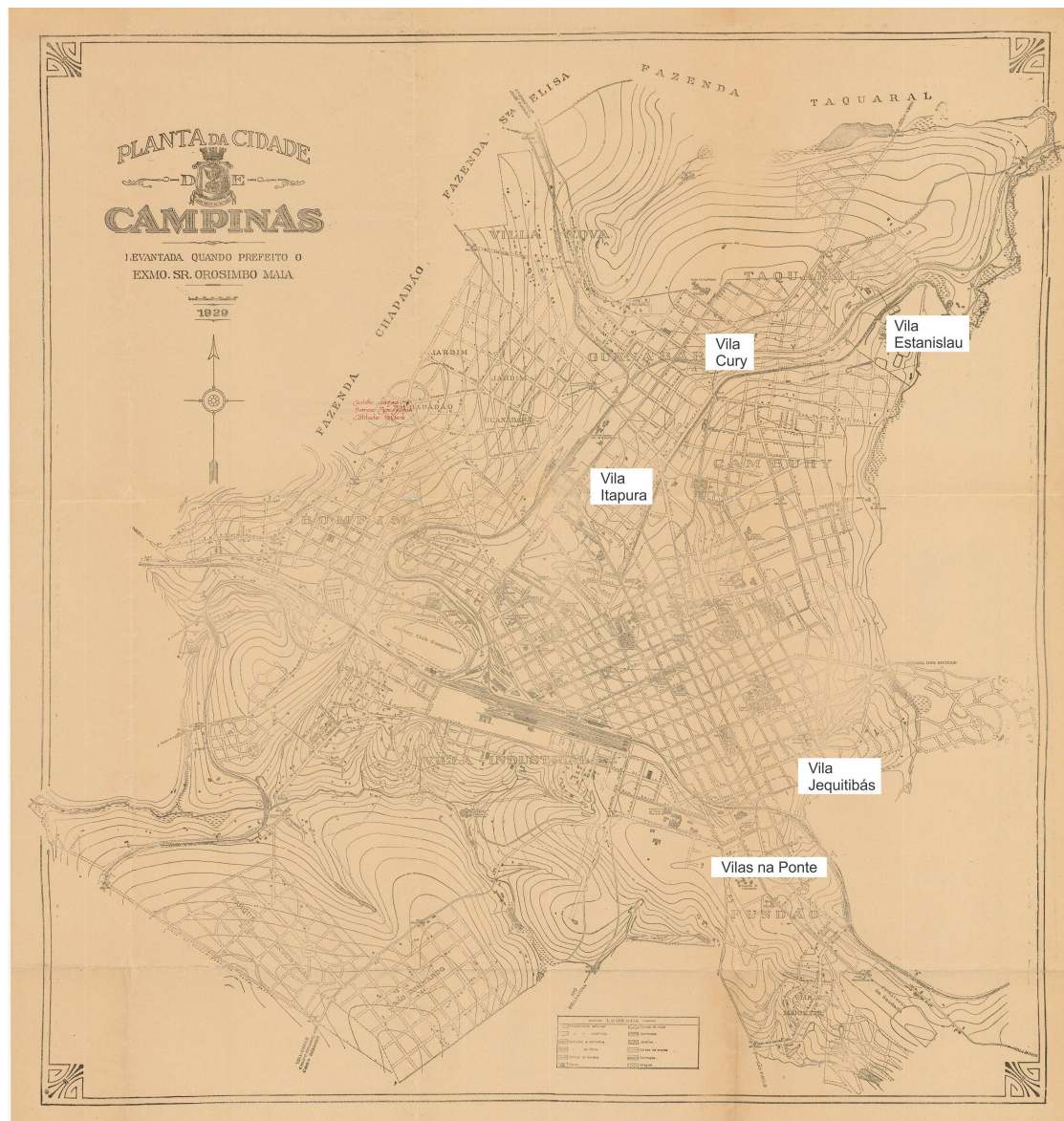


Fig. 1 - Planta da cidade de Campinas em 1929, demonstrando a localização das vilas abordadas por esse artigo. Montagem feita pelo autor a partir do original pertencente ao acervo do Arquivo Municipal de Campinas.

No mapa apresentado na **Fig. 1** estão localizados e identificados (em fundo retangular branco) vilas ou agrupamento de construções de casas do tipo *Vila*, cuja documentação de aprovação de parte delas foi encontrada em pesquisa realizada no Arquivo Municipal de Campinas. É o caso das vilas na Ponte Preta, Vila Jequitibás e Vila Itapura. O mapa ainda localiza e identifica mais duas vilas, sendo elas: Vila Cury, cujas informações foram obtidas por fontes pessoais com a pesquisadora Silvia Zakia, em ocasião de seu levantamento também realizado no Arquivo

Municipal; e Vila Estanislau, cujas informações foram obtidas no antigo Centro de Documentação da PUC Campinas.

Os dois últimos casos apontados constituem vilas propriamente ditas, sendo a primeira uma vila operária e a segunda uma vila rentista. Os outros casos conformam aprovações que se valiam das legislações municipais que tratavam de residências do tipo *Vila*, com foco na habitação de interesse social.

Na sua grande maioria, aqui não se trata das *vilas* operárias anexadas ou bem próximas a fábricas e construídas pelo capital industrial para residência de seus empregados, através de aluguel ou arrendamentos descontados na folha de pagamento, como pode se ver na cidade de São Paulo ou no Rio de Janeiro. A indústria parece não ter tido esse interesse ou mesmo necessidade de empreender este tipo de investimento em Campinas (RIBEIRO, 2007, p. 102).

A seguir serão desenvolvidas descrição e análise destes exemplos, apresentados de maneira cronológica com aprovações verificadas a partir do início da década de 1930.

1 Vilas na Ponte Preta - bairro com indícios de existência ainda no final do século XIX

A Ponte Preta foi um bairro destinado à habitação popular. É próxima à *Vila* Industrial e ao centro da cidade. Até os dias de hoje apresenta características de construções mais populares construídas em menor escala e consolidaram-se como corredores de comércio e serviços a Rua Abolição e a Avenida da Saudade, cujos nomes já apareciam nos

pedidos de aprovação de glebas e conjuntos de residenciais destinados à população economicamente menos favorecida. No arquivo Municipal de Campinas verificou-se, a partir da década de 1930, pedidos para aprovação de parcelamento de gleba com lotes destinados à habitação popular como também requerimentos para aprovação de conjuntos com a tipologia em questão.

São nestes pedidos que se observam casos onde as glebas próximas aos trilhos da Cia. Paulista, na Ponte Preta, eram parceladas, gerando pequenos loteamentos. Nos terrenos oriundos deste processo eram construídos conjuntos de casas destinadas à classe operária, como é o caso da *Vila Nair* (**Fig. 2**). Verificou-se também, na Ponte Preta, na Rua Abolição, o pedido de aprovação de conjunto de casas operárias com tipologia de sobrado e construção contínua, ou seja, um único bloco com as casas geminadas lado a lado. Sobre estes aspectos, pode-se observar em outros pedidos para construção de conjuntos residenciais na Ponte Preta o uso de ornamentos como arcos, artifícios e materiais que remetem a diferentes tipos construtivos agregando certo valor à construção.



Fig. 2 – Planta da divisão de lotes da Vila Nair, localizada no Bairro Ponte Preta. Portaria nº. 1470 de 13 de abril de 1931. Arquivo Municipal de Campinas

Analisando sob o prisma da unidade residencial, observa-se que as unidades verificadas propostas, naquela época, para a Ponte Preta, apresentam dois dormitórios, uma única sala, banheiro e cozinha, embora o terreno não seja necessariamente pequeno.

Já no aspecto urbanístico, observou-se, em um pedido de aprovação de parcelamento de gleba entre a Avenida da Saudade e a Rua da Abolição, o uso de *Cul de Sac*, a rua sem saída, que carrega em seu significado a ideia de socialização, de comunidade e harmonia dos que ali residem, talvez por apresentar a sensação de que os únicos que usarão o local são os moradores dali, uma rua alheia a estranhos (**Fig. 3**).

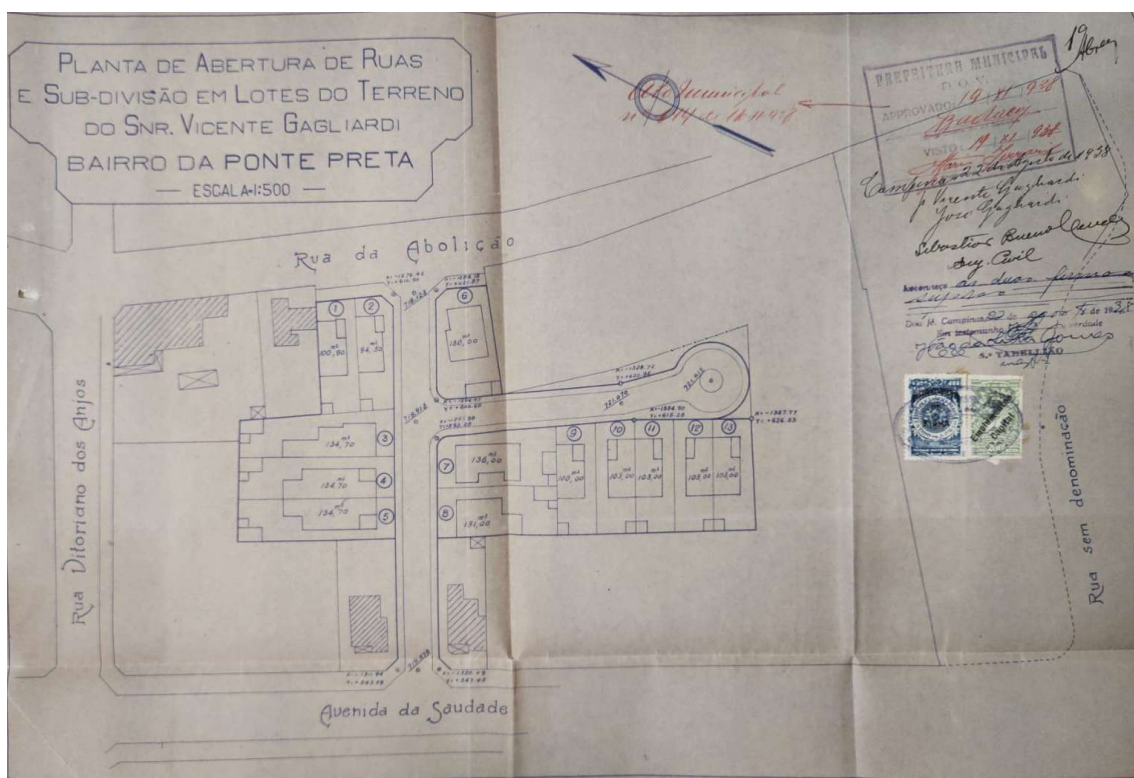


Fig. 3 - Vista da planta de abertura de ruas e subdivisão em lotes de gleba entre a Av. da Saudade e a Rua da Abolição na Ponte Preta. Portaria nº. 7212 de 22 de agosto de 1938. Arquivo Municipal de Campinas.



Fig. 4 - Foto de casas na Ponte Preta com características dos projetos populares propostos na primeira metade do século XX em Campinas. Arquivo pessoal do autor (nov 2010).

2 Vila Jequitibás – implantada em meados da década de 1930

A *Vila Jequitibás* é localizada no bairro denominado atualmente de Bosque. É vizinha à Ponte Preta, porém por sua proximidade com o Centro e com o Cambuí, que é um bairro considerado nobre da cidade, sua qualificação geral não contempla características de habitação destinadas à classe operária como a Ponte Preta. Seu tecido é cortado pela Av. Aquidaban, que se assemelha a um vale dentro do contexto geral do bairro, além de apresentar um alto fluxo de veículos.

No Arquivo Municipal de Campinas foram encontrados, entre outros, dois pedidos de aprovação de projetos datados da década de 1930 localizados na *Vila Jequitibás*, primeiramente o de uma *vila* (**Fig. 5**) propriamente dita que aparentemente não existe mais, pois na área foi proposta a Rua Luzitana, entre as Ruas Uruguaiana e Dr. Quirino, e atualmente não há indícios, neste local, da implantação de uma *vila* com tais características. Este foi um dos pedidos de aprovação mais

interessantes encontrado no Arquivo, pois o desenho de sua implantação remete bem ao que se pode chamar de *vila*, encravada no meio do quarteirão com pequena via de acesso para a Rua Uruguaiana, intensificando a sensação física de uma comunidade. Neste caso, apesar da rua central apresentar dimensões generosas, as residências se apresentavam geminadas lado a lado, formando blocos únicos com unidades térreas cujas fachadas demonstram uma cadência entre janelas e portas (**Fig. 6**).

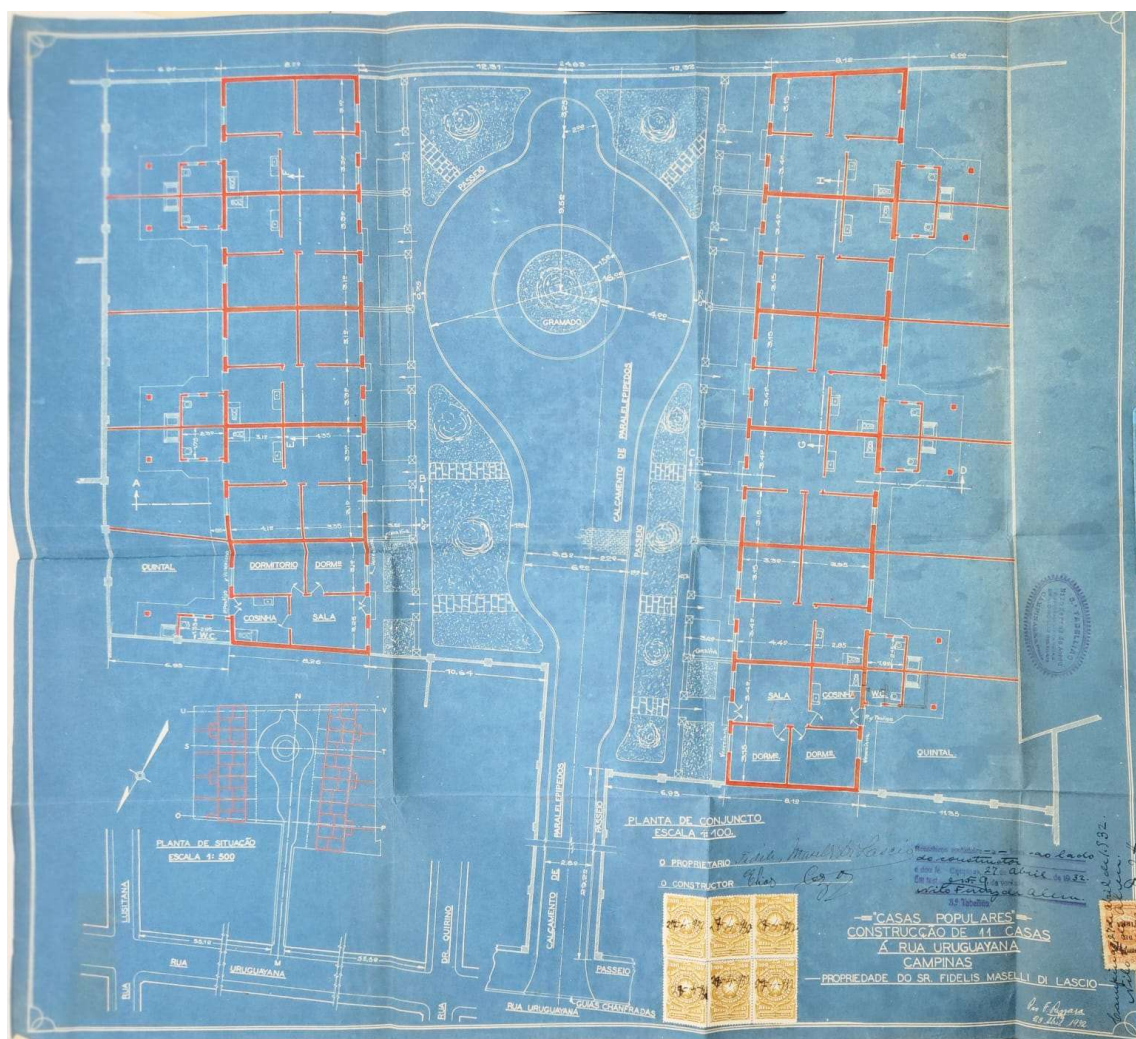


Fig. 5 - Vista da implantação de vila na Rua Uruguaiana, na Vila Jequitibás, apensada ao pedido de aprovação encaminhado à municipalidade. É interessante notar que esta tipologia de implantação sugere uma boa sociabilidade entre os moradores. Portaria nº. 5115 de 27 de abril de 1932. Arquivo Municipal de Campinas.

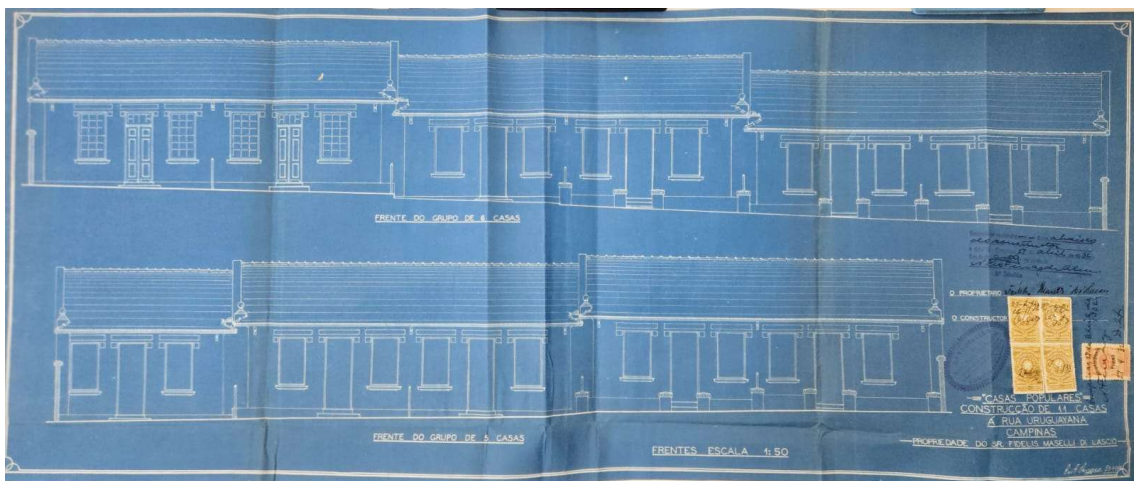


Fig. 6 - Vista da fachada das casas de vila na Rua Uruguiana na Vila Jequitibás, pensada ao pedido de aprovação encaminhado à municipalidade. Portaria nº. 5115 de 27 de abril de 1932. Arquivo Municipal de Campinas.

O outro requerimento de aprovação trata da construção de nove casas populares na Rua Padre Viera (**Fig. 7**). Neste caso não parece um parcelamento, e sim uma situação em que um empreendedor que dispunha de lotes no local construiu estas residências, ou para aluguel ou para venda. É um típico exemplo da construção de conjuntos de casas econômicas em parcelamentos destinados à classe operária.

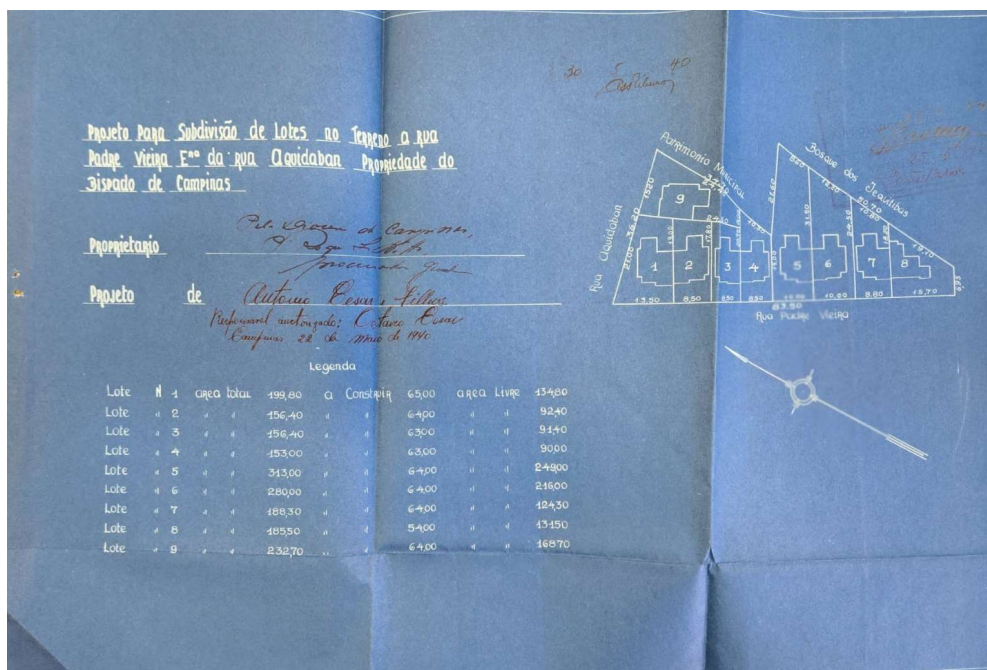


Fig. 7 - Vista da implantação de conjunto de casas na Rua Padre Viera na Vila Jequitibás. Portaria nº. 3857 de 10 de maio de 1940. Arquivo Municipal de Campinas.

No que diz respeito a aspectos arquitetônicos observa-se grande semelhança a alguns conjuntos de casas (**Fig. 8**), ainda hoje existentes na região do Bosque dos Jequitibás, constatado através de pesquisa de campo. Elas são aparentemente contemporâneas aos projetos de aprovação verificados no Arquivo. Nestes exemplos, como em outros já estudados, observa-se a grande recorrência de adornos decorativos usados nas fachadas dos conjuntos.



Fig. 8 - Foto de conjunto de casas na Vila Jequitibás com características dos projetos populares propostos na primeira metade do século XX em Campinas. Arquivo pessoal do autor (nov 2010).

3 Vila Itapura - 1937

O pedido de aprovação da *Vila Itapura* contendo informações como ruas e praças ocorreu em 1937. Esta *Vila* localiza-se na região conhecida atualmente como Guanabara e foi loteada pela companhia Rossi & Borghi que produziu por meio da implantação do loteamento, ou concomitantemente a ela, uma espécie de propaganda do produto com manifestações que mostravam as vantagens da aquisição dos terrenos

para investimento ou até mesmo o início da formação de uma fortuna. A propaganda do empreendimento mencionava: “Os terrenos na Villa Itapura constituem a melhor oportunidade para empate de capitaes na cidade de Campinas”.

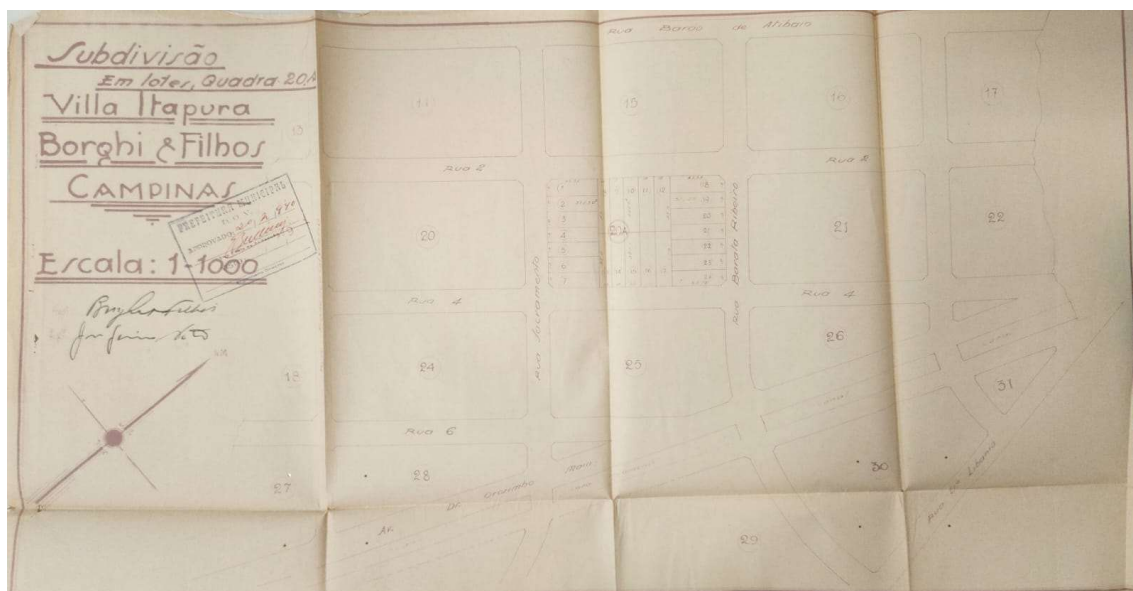


Fig. 9 – Subdivisão em lotes da quadra 20ª da Vila Itapura, realizada pouco mais de dois anos após o pedido de aprovação do loteamento da área pela firma Rossi & Borghi. Portaria nº. 1100 de 3 de fevereiro de 1940. Arquivo pessoal do autor (nov 2010). Arquivo Municipal de Campinas

Apresentando, atualmente, um grande contingente no setor de serviços, mais precisamente com clínicas ligadas à área da saúde, é muito difícil perceber neste bairro construções que em algum momento da história foram destinadas à habitação popular, pois as mesmas foram descaracterizadas neste processo de transformação de usos do local. Pode-se dizer que, historicamente, este bairro não se configurou como local de habitação popular. O que ocorreu, após o parcelamento da área, foram algumas construções isoladas de grupos de casas populares que gozavam de incentivos existentes na respectiva legislação daquele momento.

As tipologias demonstradas na documentação do Arquivo Municipal de Campinas, sobradinhos geminados, praticamente não podem ser verificadas atualmente no bairro. Observa-se apenas a existência de alguns conjuntos cuja construção e tipologia arquitetônica revelam, a princípio, as características das casas populares projetadas na época, como por exemplo, as pequenas varandas frontais que na maioria das vezes apresentavam detalhes decorativos buscando um refinamento projetual, a existência de apenas uma janela lateral a esta varanda, a tipologia do telhado, entre outros elementos representativos (**Fig. 10**).



Fig. 10 – Foto de conjunto de casas na Vila Itapura com características dos projetos populares propostos na primeira metade do século XX em Campinas. Arquivo pessoal do autor (nov 2010).

Desde o século XIX, a localização tradicional da moradia de operários na cidade era a *Vila Industrial*, como se pode verificar no mapa da cidade em 1929, situada entre a linha férrea da Companhia Paulista e córrego do Piçarrão. A este exemplo pode-se incluir, mais tardiamente, a *Vila Dias* e *Vila Ângela*. Já a Ponte Preta e *Vila Marieta* foram regiões de chácaras com moradias em transição do rural para o urbano. Houve também uma proliferação de loteamentos perto do canal do Proença que

atualmente forma a Av. Princesa D' oeste e a Av. José de Souza Campos, estendendo-se nas regiões de brejo do Cambuí, consideradas nos dias de hoje como áreas nobres da cidade.

Em uma destas áreas, na confluência entre o córrego do Serafim (Avenida Orosimbo Maia) e o córrego do Proença (Avenida Norte Sul), uma região de origem brejosa, é observada a implantação de um arruamento e construção de casas do tipo vila, a *Vila Estanislau*, hoje incorporada ao bairro do Cambuí. A legislação de 1940 que tratava de habitação do tipo mínimo, proletária e econômica em Campinas, potencializou uma experiência que havia sido praticada nos últimos 20 anos. As leis, decretos, planos e resoluções ligados ao assunto resultaram no decreto nº 82, que, quando praticado, passou a ser apoio para o desenvolvimento da política de habitação popular subsidiando a construção da Vila Estanislau.

4 A Vila Estanislau – 1942

Estanislau Ferreira Penteadó, um dos proprietários da Vila, vinculado a tradicionais famílias da elite do café, já no final da década de 1930 negociou acordos com a municipalidade para lotear estes terrenos, ficando isento de imposto. Deste modo, resolvia suas questões econômicas e também, mesmo que não soubesse, participava de uma estruturação do solo urbano para uma futura política de habitação social. (RIBEIRO, 2007, p. 104). O projeto da *Vila Estanislau*, inteiramente elaborado pela diretoria do Departamento de Obras e Viação, foi modelar e estabeleceu parâmetros para uma política pública de habitação municipal baseada na construção de casas de aluguel. De acordo com o

pedido de aprovação, no começo da década de 1940 foi solicitada inicialmente a construção de 27 casas que compunham a implantação geral da *vila*, número que sofreu posteriormente um grande acréscimo.

Ao final, o número total de unidades era composto por 3 casas com quatro dormitórios, 124 com três dormitórios e 43 com dois dormitórios. Também compunham o conjunto (no projeto) serviços como padaria, açougue, mercado, confeitaria, casa de laticínios e armazéns, uma escola, um clube recreativo e a praça de esportes. O proprietário usufruiu da lei de isenção de imposto predial e viação, Lei nº. 197 de 1936, e a Prefeitura determinou a cobrança de valores baixos para aluguel. (RIBEIRO, 2007, p. 124)

As casas de dois quartos possuíam em média 51,41 m², eram térreas e agrupadas três a três. As que estavam nas laterais tinham quartos de 10,64 m² e 11,20 m², sala com 11,85 m², cozinha com 7,28 m², um banheiro que comportava bacia, bidê e cuba além de um box com 0,90 metro por 0,90 metro que era revestido até 1,5 metros de altura. Havia também uma pequena área com tanque que dava para o quintal dos fundos e a casa possuía um pequeno jardim frontal de 8 metros por 4 metros, ou seja, área de 32 m² (**Fig. 11**).

As casas de dois quartos que ficavam no interior da quadra possuíam medidas de terreno relativamente parecidas às anteriormente descritas, no que diz respeito ao jardim frontal e quintal dos fundos, porém não tinham o corredor lateral de 0,80 metro. Isso fazia com que as dimensões dos cômodos internos fossem um pouco maiores, como os quartos de 12,96 m² e 10,08 m², sala de jantar com 12,15 m²; e o restante apresentava medidas praticamente iguais às demais.

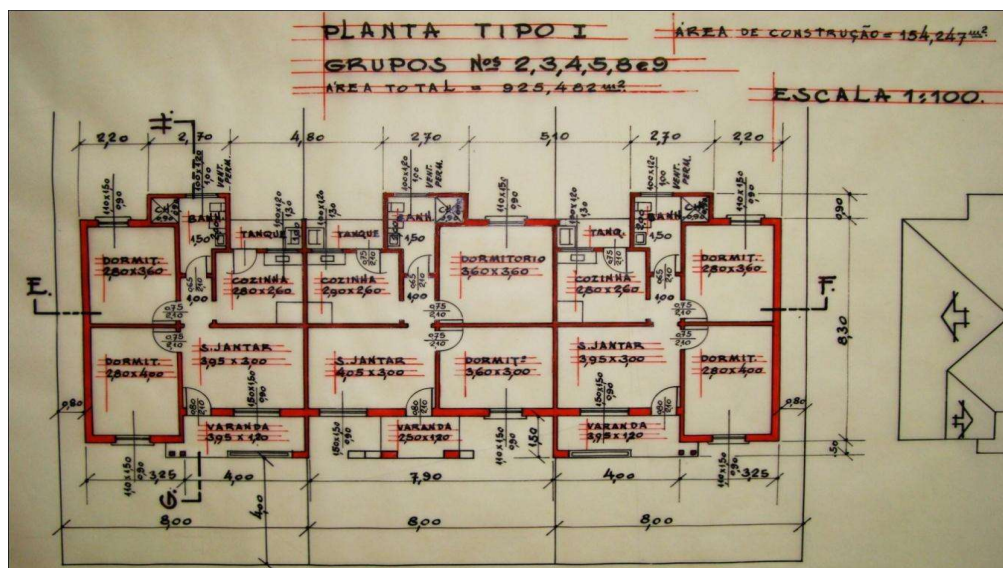


Fig. 11 – Detalhe da planta do tipo 1 de conjunto de casas da Vila Estanislau construída em Campinas no começo da década de 1940. Reprodução pertencente ao acervo do CEDOC PUCCampinas.¹

Já as casas de três dormitórios apresentavam área construída de 77,12 m². Os dormitórios possuíam 11,70 m², 10,72m² e 10m². A sala de jantar somava 11,85 m², a varanda 4,16 m² e um jardim frontal 34 m². O corredor de um metro de largura acessava, além dos quartos, o banheiro que dispunha de cuba, bacia e bidê e um box de 0,90 metro por 0,90 metro. Além da cozinha de 6,61 m², havia também uma pequena área externa com um tanque aberto para o quintal dos fundos com 8,50 metros de largura. Neste caso, como as casas eram geminadas duas a duas, ambas tinham corredores laterais de 0,80 metros.

A localização da tipologia das casas, quanto à área, pode ser vista na implantação geral da *vila* (**Fig. 12**), com análise do caimento de telhado usado em cada conformação, assim como na divisão de lotes. Também na análise da implantação não fica claro onde seriam alocados os equipamentos de serviços mencionados na projeção da *vila*. Apenas

¹ Acervo consultado durante a realização da pesquisa de Mestrado. Atualmente o CEDOC encontra-se desativado.

presume-se que a área destinada a esportes e lazer pode ter sido prevista onde se encontra, atualmente, a escola técnica Bento Quirino, pois neste local, por meio de foto aérea recente da região, encontram-se algumas quadras esportivas.

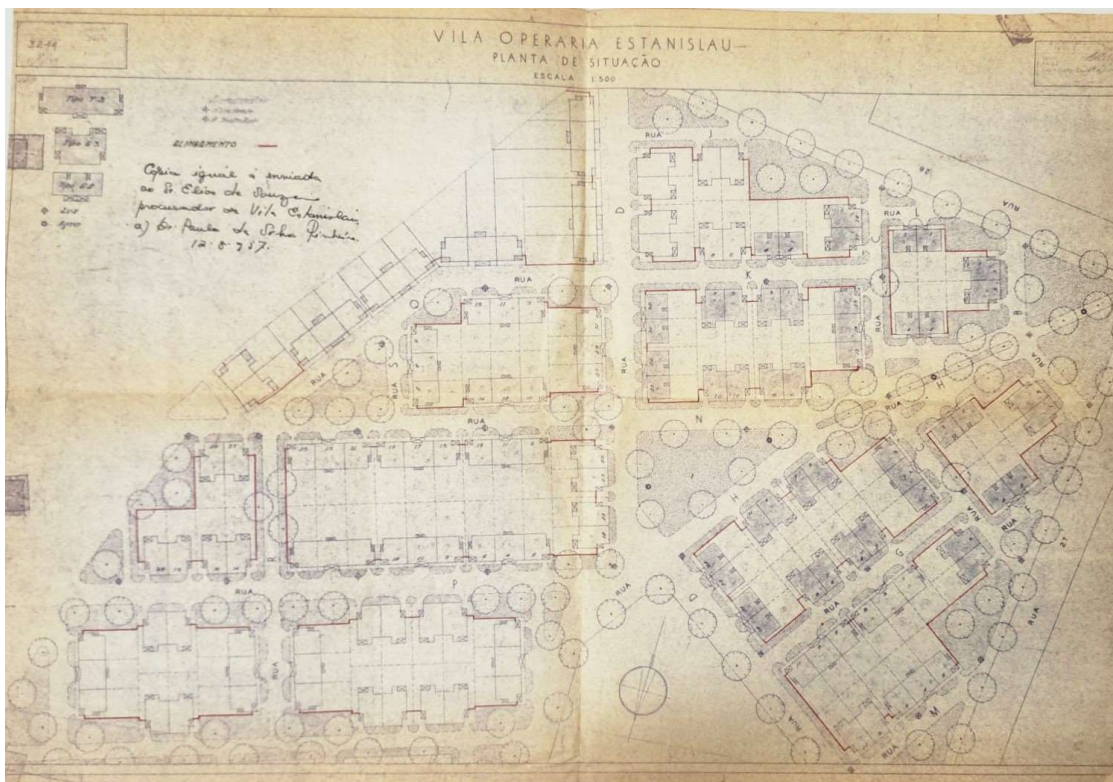


Fig. 12 – Detalhe do parcelamento e arruamento da Vila Estanislau construída em Campinas no começo da década de 1940. Caixa nº. 30 de Arruamentos e Loteamentos sem requerimentos. Arquivo Municipal de Campinas.

Por meio da análise de foto aérea (**Fig. 13**) e foto de visita de campo (**Fig. 14**) pode-se perceber que as ruas, que não foram modificadas em relação às dimensões da época de implantação da *vila*, não apresentam medidas expressivamente diferentes do restante de ruas existentes no entorno do conjunto. Estas apresentam em média 4 metros de calçada a calçada. Já sua implantação, não apresentava, na época, vias e lotes com desenho tão retificados, ou melhor, uma trama quadrangular como o seu entorno mais próximo. Esta configuração possibilitou a implantação de cinco pequenas praças no conjunto onde foi prevista a plantação de

árvores, criando ambientes propícios para o estar, convívio e lazer dos moradores.



Fig. 13 – Foto aérea de 2006 destacando área onde se localiza a Vila Estanislau construída em Campinas no começo da década de 1940. GoogleEarth (2006).



Fig. 14 – Foto da Vila Estanislau construída em Campinas no começo da década de 1940. Arquivo pessoal do autor (nov 2010).

A partir desta fase os projetos que apresentavam arruamento com caráter popular deveriam ser acompanhados de um memorial descritivo de obra subdividido em três partes: arruamento, retalhamento e edificações. Em relação a propriedade, como já apontado, cabe uma diferenciação entre os núcleos de casas populares em que o proprietário podia ser o poder público ou uma empresa imobiliária, que financiava ou alugava as casas para o trabalhador desvinculando o morar do emprego (excetuando os funcionários públicos, servidores de carreira, para os quais o pagamento era descontado diretamente do salário, como um empréstimo) e as Vilas Operárias de propriedade de uma fábrica, em que o dono arrendava ou cedia a unidade por meio de descontos do salário aos funcionários. Um projeto que pode ser observado como referência em Campinas com esta formatação é a vila construída pela fábrica de chapéus Cury, no bairro do Taquaral.

5 Vila Operária Cury – 1948

A *Vila Cury* permanece como exemplo da tipologia de *vilas operárias*. No começo da década de 1940, o investimento em *vilas operárias* tinha efeito político positivo para os empresários, pois inibia as reivindicações e as greves. Os operários poderiam não só perder o emprego como também a moradia. A área de implantação da vila era propriedade de um dos acionistas da fábrica, aparecendo aí como investidor do mercado imobiliário. Das 48 casas construídas, 30 foram destinadas aos operários da fábrica. A *vila* se localizava próxima à fábrica, mas não era suporte para a infraestrutura da mesma visto que sua construção ocorreu 28 anos depois da implantação da fábrica na cidade.

Segundo Silvia Zakia, a construção da *vila* possui um caráter de marketing paternalista e não a necessidade de redução do custo da força de trabalho para a fábrica. (ZAKIA, 1998)

Das 48 residências, oito tinham suas fachadas voltadas para a Rua Amélia Bueno e apresentavam terrenos com área média de 300 m², com medida frontal de 10,15 metros e profundidade de 29,55 metros. Nestes terrenos as construções também eram maiores. As 40 casas restantes estavam em terrenos com área média de 90 m², com 4,30 metros de frente por 19,67 metros de profundidade. Os terrenos voltados para as ruas Maria Umbelina Couto e Dr. Alberto Cerqueira Lima tinham medidas da frente aos fundos, geralmente um metro menor dos que os terrenos cuja frente era voltada para Rua Aldo Chiorato, a qual terminava em um *cul de sac*.



Fig. 15 – Foto do conjunto de casas da Vila Cury construída em 1948 na cidade de Campinas. Arquivo pessoal Silvia Zakia.

Nesses terrenos foram construídas residências em que o piso térreo é composto por sala, copa-cozinha e espaço para a escada que somavam 36,55 m². Na parte frontal do terreno existe uma área de 12,9 m², com 4,30 metros de frente por 3 metros da calçada até a parede da fachada da casa. No quintal dos fundos são 25,55 m² (4,30 metros x 5,94 metros) onde existe uma pequena área coberta com tanque. No piso superior, são dois quartos, um com 15,08 m² e outro com 10,04 m², ambos com previsão de armários embutidos. O acesso para os quartos ocorre por um pequeno *hall* aonde chega a escada e se acessa o banheiro que tem 3,38 m² (1,3 metros x 2,6 metros). O pé-direito do piso inferior é de 2,85 metros e o do piso superior de 3 metros. O forro de cobertura do piso superior é feito em estuque.

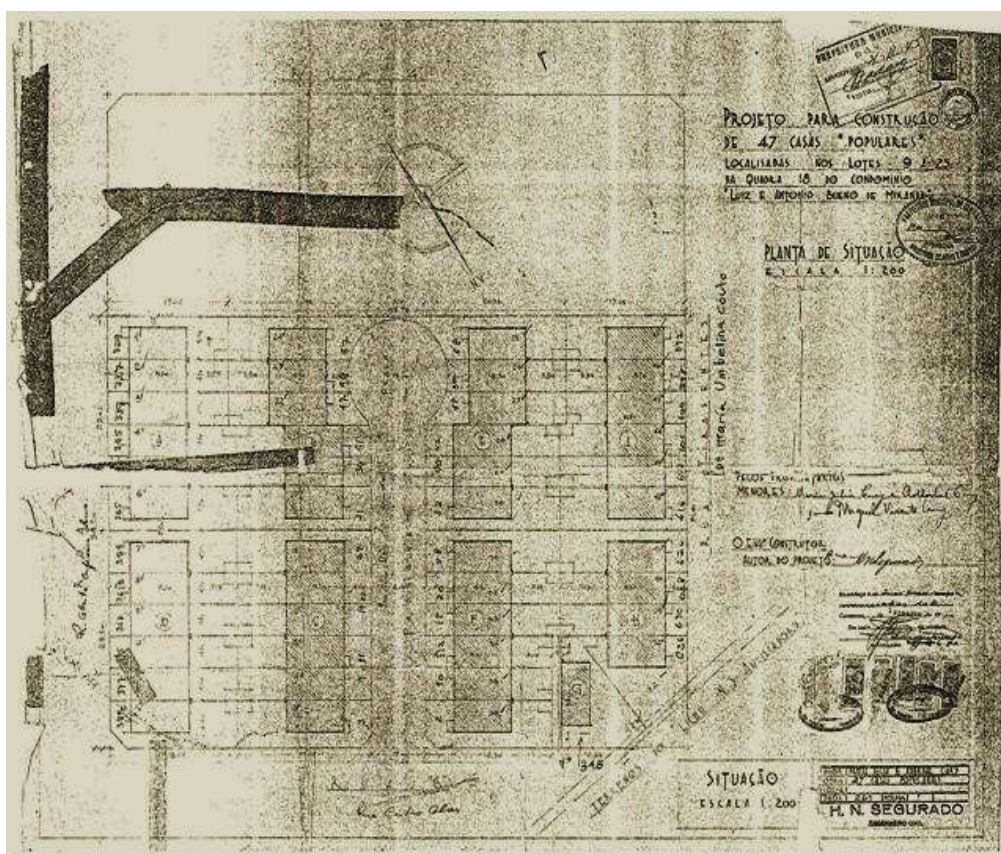


Fig. 16 – Planta baixa do conjunto de casas da Vila Cury construída em 1948 na cidade de Campinas. Arquivo pessoal de Silvia Zakia.



Fig. 17 – Foto aérea de 2006 destacando área onde se localiza a Vila Cury no bairro do Taquaral (denominada aí de Vila Taquaral), construída em Campinas no fim da década de 1940. GoogleEarth (2006).



Fig. 18 – Foto do conjunto de casas da Vila Cury construída em 1948 na cidade de Campinas. Arquivo pessoal do autor (nov 2010).

Considerações finais

A falta de memória no tecido urbano construído com a demolição de conjuntos ou unidades do conjunto, descaracterizando o mesmo, é recorrente na cidade de Campinas. É o caso do penúltimo exemplar apresentado aqui, a Vila Estanislau, onde um número considerável de casas foi descaracterizado, adequando-se ao mercado imobiliário, o qual se sobrepôs a questões referentes à preservação do patrimônio histórico. Este processo ocorre de maneira mais impactante nos exemplares construídos de maneira fragmentada através da construção de casas do tipo *vila*, onde a ideia de conjunto se apresenta de maneira menos estruturada. Já a Vila Cury, último exemplar apresentado, ainda mantém certa integridade, principalmente em sua via principal interna, onde a ideia de vida em comunidade ainda sobrevive, provavelmente pela forma da via em *cul de sac*. Frente a desvalorização da memória, faz-se de extrema relevância a existência e valorização de arquivos que preservem ao menos a documentação de aprovação destas construções históricas na cidade de Campinas.

Fontes utilizadas

Arquivo Municipal de Campinas:

Planta de situação da Vila Operária Estanislau. Caixa nº. 30 de Arruamentos e Loteamentos sem requerimentos.

Portaria nº. 1470 de 13 de abril de 1931. Planta da divisão de lotes da Villa Nair, localizada no Bairro Ponte Preta.

Portaria nº. 7212 de 22 de agosto de 1938. Planta de abertura de ruas e subdivisão em lotes de gleba entre a Av. da Saudade e a Rua da Abolição na Ponte Preta.

Portaria nº. 5115 de 27 de abril de 1932. Construção de 11 casas populares à Rua Uruguaiana.

Portaria nº. 3857 de 10 de maio de 1940. Implantação de conjunto de casas na Rua Padre Vieira na Vila Jequitibás.

Portaria nº. 1100 de 3 de fevereiro de 1940. Subdivisão em lotes da quadra 20ª da Vila Itapura, realizada pouco mais de dois anos após o pedido de aprovação do loteamento da área pela firma Rossi & Borghi.

Referências Bibliográficas

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: UNICAMP/CMU, 1996.

GRIECO, José Luiz Rogé Ferreira. *A ideia de vida em comunidade - a apropriação contemporânea do conceito de vila: estudo de caso no município de Campinas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

RIBEIRO, Daisy Serra. *As Vilas Operárias*. In: *Campinas no Estado Novo: política de habitação popular na formação da cidade industrial*. 2007. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. *Vila Operaria Cury*. Pesquisa Histórica e Fontes Documentais. Trabalho para Mestrado em Urbanismo. 1998. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1998.

Capítulo 6

O Colégio São Benedito e a escolarização da população negra em Campinas-SP no início do Século XX

José Galdino Pereira

Mestre em Educação na Linha História da Educação no Brasil pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Lívia Sgarbosa

Doutoranda em Educação na Linha de Formação de Professores, na Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação na Linha Estado, Política e Formação Humana pela Universidade Federal de São Carlos

Introdução

A História do Colégio São Benedito de Campinas (1902 - 1936), transcende o âmbito puramente educacional, emergindo como um símbolo de resistência e de luta da população negra no Brasil pós-abolição. Sua fundação está ligada à Irmandade São Benedito, originalmente concebida como um espaço religioso destinado aos membros da irmandade. No entanto, o Colégio teve um impacto na alfabetização e educação dos homens negros e no cenário educacional de Campinas durante os primeiros anos da República brasileira.¹

¹ O Art.1º do Estatuto do Colégio mostra que sua existência estava ligada à busca pela cidadania, pois definia que a finalidade da sociedade de instrução era dar instrução aos irmãos e filhos dos irmãos da irmandade, ou seja, adultos e crianças. O Colégio iniciou suas atividades ainda na vigência do Decreto nº. 3.029 de 9 de janeiro de 1881, conhecido como *Lei Saraiva*, que estabelecia que apenas cidadãos alfabetizados poderiam votar, introduziu o título de eleitor e centralizou o processo eleitoral. A lei excluiu analfabetos, mulheres, escravos e outros grupos do direito de voto, restringindo a cidadania no Brasil.

A Irmandade São Benedito, surgida em um contexto marcado pela escravização, foi mais do que uma comunidade religiosa católica. Na prática, ela se destacou como um importante espaço de resistência cultural contra as imposições ideológicas e religiosas das elites dominantes durante a transição do Império para a Primeira República no Brasil. Segundo Cleber da Silva Maciel (1987, p. 98), essas irmandades se tornaram parte da estrutura de poder estabelecida, apesar de terem surgido de devoções populares. Para os negros, as irmandades representavam mais do que meras instituições religiosas, eram espaço possíveis de atuação e organização, conforme aponta Julita Scarano, citada por Luiz Roberto Benedetti (1983, p. 90). Nesse contexto, a Irmandade São Benedito desempenhou um papel crucial na preservação da identidade e na articulação comunitária de afrodescendentes.

O Colégio São Benedito surge como uma extensão desse movimento de resistência, concebido com o objetivo de oferecer educação à população negra em um ambiente hostil marcado pelo racismo científico e pelo branqueamento daquela sociedade brasileira (DOMINGUES, 2004). Ao longo de sua existência, o Colégio e seus dirigentes engajaram-se em atividades militantes, especialmente no que tange a formação da Federação Paulista dos Homens de Cor.²

A busca pela documentação dessa História foi desafiadora devido à fragmentação e à contradição dos registros, refletindo aspectos do racismo e das narrativas silenciadas da população afro-brasileira no início

² Iremos abordar mais adiante a História da Federação Paulista dos Homens de Cor, cuja origem remonta à fundação, em 15 de novembro de 1903, do Centro Literário dos Homens de Cor pela Irmandade de São Benedito. Em abril de 1904, o centro alterou seu nome para Federação Paulista dos Homens Pretos e, posteriormente, em 1910, modificou novamente sua denominação para Federação Paulista dos Homens de Cor.

do século XX. Este texto representa a união de estudos que buscam reconstruir a trajetória educacional do Colégio São Benedito de Campinas e também ressaltar sua importância como um marco de resistência e mobilização da população negra. Por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, nossa intenção foi compreender e registrar um período marcado pelo apagamento histórico, quando a educação se tornou um campo de batalha pela igualdade e pela emancipação étnica.

Este artigo é a convergência de elementos de duas pesquisas de mestrado: *"Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas 1895 a 1914"*, de autoria de José Galdino Pereira, e *"O Colégio São Benedito e a escolarização da população negra em Campinas-SP no início do século XX"*, de Lívia Sgarbosa. Esses estudos objetivaram abordar o papel do Colégio São Benedito na construção da cidadania e na educação da população negra em Campinas durante essa época crucial da história brasileira.

Dados os limites da escrita de um artigo, nosso objetivo aqui é articular elementos relevantes por meio de três tópicos que julgamos como primordiais. Primeiramente, exploramos: *Campinas na Primeira República - Relações Étnico-raciais, Desigualdades e Resistências Pós-Abolição*, investigando as relações e estruturas sociais que moldaram a experiência da população negra nesse contexto; em seguida, analisamos a *Irmandade São Benedito*, como um espaço central de atuação e resistência da comunidade negra em Campinas, destacando seu papel na preservação da identidade e na articulação comunitária; em terceiro lugar, abordamos o *Colégio São Benedito de Campinas e a Federação Paulista dos Homens de Cor (1902 - 1937)*, e sua luta pela educação das crianças e adultos negros em Campinas- SP, examinando como essas instituições geridas por

homens negros lutaram para a promoção da educação e ocuparam espaços importantes nos âmbitos políticos e sociais. Ao integrar esses tópicos, buscamos oferecer uma análise das experiências históricas e sociais da população negra em Campinas durante o início do século XX, olhando para a importância dessas instituições, de seus membros e seus movimentos na luta por direitos e reconhecimento.

Este artigo está situado no campo da História da Educação, com um enfoque nas Relações Étnico-Raciais, explorando o início do século XX, período em que a educação formal era escassa e restritiva para a população negra. A metodologia adotada nas pesquisas incluiu uma pesquisa bibliográfica extensiva e uma pesquisa documental em diversas instituições, tais como o Centro de Memória Unicamp (CMU), Hemeroteca Digital do CMU/UNICAMP, Acervo Digital da Biblioteca Nacional, Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, Arquivo Municipal de Campinas, Arquivo Pessoal do professor Benedito Evangelista sob posse da família e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

1 Campinas na Primeira República: Relações Étnico-raciais, Desigualdades e Resistências Pós-Abolição

Durante o século XIX, o Brasil enfrentou pressões internacionais significativas pela abolição da escravização, especialmente por parte da Inglaterra. Essas pressões foram impulsionadas pela Lei Bill Aberdeen de 1845, que proibiu o tráfico de escravizados e concedeu à Inglaterra o direito de apreender navios suspeitos. Segundo Costa (2001), o aumento das alforrias e fugas de escravizados após essa lei evidenciava a insustentabilidade do sistema escravagista. A elite latifundiária,

especialmente os cafeicultores do Sudeste, resistiu fortemente à abolição para proteger seus interesses econômicos, prolongando-a ao máximo.

Além das razões políticas e econômicas, havia pressões humanitárias para a abolição da escravização. Essas pressões foram intensificadas pelo contexto internacional, marcado pela ascensão do capitalismo industrial e pelo imperialismo europeu. Schwarcz (2004) destaca como o evolucionismo social se difundiu no Brasil a partir dos anos 1870 como uma nova explicação para as diferenças sociais e raciais, justificando novas formas de dominação. A elite brasileira que apoiava a República buscava uma transição para o trabalho livre sem alterações significativas na ordem social. A autora, ainda destaca a complexidade e diversidade das influências intelectuais e pseudocientíficas³ que moldaram o pensamento e a cultura brasileira já em meados do século XIX, refletindo as tensões e preparações relacionadas a tradição e modernidade, ciência e ideologia, em um contexto que anunciava transformações sociais e políticas (SCHWARCZ, 2004).

Essas correntes de pensamento conectam-se ao contexto do surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, um marco que, segundo Schwarcz (2004), estava intrinsecamente ligado à

³ Nina Rodrigues (1862-1906), médico e antropólogo, é conhecido por suas teorias raciais que associavam características biológicas a comportamentos e capacidades intelectuais das populações negras e indígenas. Renato Kehl (1889-1974), médico e escritor, foi um dos fundadores da eugenia no Brasil, promovendo ideias de "melhoramento racial" e controle social. Monteiro Lobato (1882-1948), além de escritor de literatura infantil, defendeu ideias eugenistas, especialmente em sua obra "O Presidente Negro". Oliveira Vianna (1883-1951), jurista e sociólogo, em obras como "Populações Meridionais do Brasil", refletia preocupações com a mestiçagem e a degeneração racial. Esses intelectuais contribuíram para a difusão de ideias racistas e eugenistas no Brasil, utilizando a pseudociência como justificativa para políticas de segregação e controle social.

necessidade de inventar uma memória nacional para um país recém-emancipado, onde a elite oligárquica buscava legitimar sua posição.

Frenologia, dos museus etnográficos à leitura fiel dos germânicos na Escola de Recife, análise literal da Escola de Direito Paulista, ou pela interpretação “Católico Evolucionista”, até chegar ao modelo eugênico, das faculdades de medicina. A fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico em 1838 responde também à lógica do contexto que segue à emancipação política do país. Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeiramente e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia (SCHWARCZ, 2004; 24).

Portanto, o posterior processo de abolição da escravização no Brasil no final do século XIX foi influenciado por essas combinações, pressões internacionais, mudanças econômicas e teorias racistas importadas da Europa. A resistência da elite latifundiária à abolição refletiu a luta por interesses econômicos, enquanto teorias raciais foram instrumentalizadas para sustentar novas formas de dominação após o fim da escravização.

No período da Primeira República brasileira, Campinas, situada na região sudeste do estado de São Paulo, teve um papel importante nas dinâmicas étnico-raciais, especialmente no que tange à transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. A migração de ex-escravizados para áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho revelou um cenário de tentativas de adaptações e injustiças. De acordo com Gomes,

citando Fernandes (1971), a abolição da escravização acarretou em desafios socioeconômicos, como desemprego, pobreza e marginalização urbana para muitos afrodescendentes.

Enquanto os europeus chegavam a São Paulo em números recorde, ex-escravizados lançavam mão de sua liberdade e migravam para a cidade. Exercendo seu direito de trabalhar para quem quisessem e de ir para onde desejassem, trocaram a lavoura pela cidade de São Paulo. No entanto, pelo fato de lhes faltar qualificação, eles encontraram um meio urbano tão hostil em certos aspectos quanto a dura lavoura que haviam deixado para trás. Na cidade, a vida dos afro-brasileiros entrou em grave desorganização social. Florestan Fernandes (1971, p. 84), ao caracterizar esse período pós abolição, afirma que “[...] o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, dos velhos e dos dependentes, à vagabundagem, à prostituição, às doenças e à criminalidade constituem problemas sociais de inegável importância na história cultural dessa população”. O grau de empobrecimento em que os afro-brasileiros mergulharam após a abolição levou até os mais ardentes abolicionistas a questionarem se seu empenho não teria resultado em um terrível engodo (MORSE, 1953; TOPLIN, 1972; FERNANDES, 1971 apud GOMES, 2011, p. 186).

A presença crescente de imigrantes europeus na região sudeste, especialmente nas atividades agrícolas, foi uma resposta à demanda por uma nova força de trabalho após o fim da escravização. Maringoni (2011) destaca que o influxo de imigrantes durante a Primeira República teve impactos diretos nas relações étnico-raciais, gerando tensões e competições por empregos e recursos. Ao optar pela mão de obra de europeus após a abolição da escravização, a exclusão dos ex-escravizados

do mercado de trabalho resultou em um aumento significativo do desemprego, contribuindo para o surgimento de uma população marginalizada que incluía desocupados, trabalhadores temporários, *lumpens* (termo utilizado para descrever pessoas socialmente marginalizadas), mendigos e crianças abandonadas nas ruas. “Os escravizados, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República” (MARINGONI, 2011, p. 10). Esse cenário de desigualdade e vulnerabilidade social foi acompanhado por um aumento da violência, conforme evidenciado pelo espaço cada vez maior dedicado a esse tema nos jornais da época. Esse fenômeno refletia a deterioração das condições sociais após a abolição, revelando o impacto negativo das mudanças sociais sobre esses grupos excluídos.

Em Campinas, logo após a promulgação da Lei nº. 3.353 de 13 de maio de 1888, “que em seu art.1º declarava extinta desde aquela data a escravidão no Brasil”, observa-se uma preocupação constante em controlar e disciplinar *mendigos* e *vagabundos*. Em um editorial publicado apenas 16 dias após a abolição da escravização, destacou-se a necessidade de reprimir a vadiagem, classificando os libertos em categorias de *diligentes* e *desidiosos e indolentes*. Propunha-se a aplicação do artigo 295 e seus parágrafos do Código Criminal para legalmente caçar e prender os considerados indolentes (MACIEL, 1987, p. 83). O Código Penal já era invocado para justificar ações policiais contra *mendigos*, *vadios* e práticas como jogos de loterias, rifas e apostas. Vale dizer ainda que além dos *mendigos* e *vadios*, havia uma preocupação específica em relação às mulheres que se prostituíam, vistas como piores que os homens e alvo frequente de denúncias à polícia (MACIEL, 1987, p. 85).

A partir de 1890, após a abolição da escravização, houve um aumento da mendicância, e a ideia de *vagabundo* estava intimamente ligada à noção de *vadio*. O juris-consultor Duarte de Azevedo categorizou os vagabundos como aqueles sem domicílio, sem meios de subsistência e sem ocupação, que viviam dessa forma por escolha, além dos que obtinham sustento por meio de atividades ilegais ou moralmente condenáveis (MACIEL, 1987, p. 86).

[...] vagabundos, com ausência de domicílio certo, sem meios de subsistência, sem ofício ou profissão, caracteres a que se deve acrescentar o propósito de viverem desse modo, sem procurarem trabalho ou recusando o trabalho oferecido. [...] os que provêm a sua subsistência com ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes (MACIEL, 1987, p. 86).

A situação dos pretos doentes e abandonados era desoladora, com muitos morrendo nas ruas sem assistência médica. Aqueles que possuíam uma placa de mendigo numerada podiam ser identificados após a morte, mas na maioria das vezes, as notícias sobre suas mortes eram breves e impessoais (MACIEL, 1987, p. 88). Diante das ofertas desiguais de trabalho e da escassez de oportunidades, eram relegados a empregos insalubres e mal remunerados, enquanto imigrantes estrangeiros conseguiam ascender mais facilmente. Essa realidade gerava condições precárias de sobrevivência, levando muitos a aceitarem trabalhos temporários e mal pagos para garantir o essencial (MACIEL, 1987, p. 103).

No que tange ao acesso à educação, durante a Primeira República, a discriminação contra os negros também era evidente. Rosa Fátima de Souza (2014) destaca as péssimas condições sociais dos negros na época,

que se refletiam na pequena presença de crianças negras nos grupos escolares. Domingues (2004) observa que as escolas, assim como outras instituições da sociedade, reproduziam discursos e práticas discriminatórios contra a população negra. O acesso e a permanência nas instituições educacionais eram comprometidos pela segregação racial, evidenciada pela recusa em matricular alunos negros em colégios católicos e pelas práticas discriminatórias dentro das escolas (DOMINGUES, 2004).

Muitos Colégios católicos não aceitam como aluno um negro. Outros aceitam-no excepcionalmente. A maioria das nossas instituições de caridade busca milhares de desculpas para não auxiliarem o negro. Raros são os casos em que vemos abrirem-se as portas sem resistência para receber a um deles (Apud DOMINGUES, 2004, p. 151).

O caso relatado pelo Jornal *O Progresso* em 24 de março de 1929 destaca a discriminação racial presente na sociedade brasileira. Nele, uma filha adotiva do renomado ator Procópio Ferreira foi impedida de se matricular no Colégio Sion, sendo informada de que o regimento da escola proibia a entrada de *pessoas de cor*, mesmo que provenientes de famílias influentes na sociedade (DOMINGUES, 2004).

Diante do abandono estatal e da marginalização enfrentada pela população negra, emergiram movimentos de resistência e solidariedade mútua como estratégias de sobrevivência e conquista de espaços no novo contexto social pós-abolição. Esses esforços visavam escapar do controle e da dominação, almejando uma verdadeira liberdade. Gomes (2011) descreve a truculência dos primeiros anos da República, quando políticos republicanos buscaram submeter a população negra e pobre a um

projeto de civilização e progresso. Segundo Andrews (1998), diante disso, os libertos se organizaram em associações negras, instituições que, além de assistenciais e recreativas, tinham um propósito cultural e de redefinição dos limites impostos pelo controle social. Esses grupos almejavam criar novas experiências de liberdade e espaços autônomos em um contexto pós-abolição.

Campinas registrou movimentos de luta pela educação, com o protagonismo de educadores negros, mesmo antes da abolição. Um exemplo notável desse movimento de resistência foi o Colégio Perseverança ou Cesarino, fundado em 1860 pelo ex-escravizado Antônio Ferreira Cesarino e suas irmãs. Este foi o primeiro Colégio feminino na cidade, criado por negros durante o período escravagista. O Colégio Perseverança cobrava mensalidades acessíveis para famílias que podiam pagar e oferecia educação gratuita para meninas negras de famílias pobres, proporcionando acesso à educação a um grupo historicamente excluído do ensino formal.

Outras iniciativas surgiram com o objetivo de superar a discriminação e as dificuldades enfrentadas pela população negra em busca de alternativas para sua educação. Instituições como a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, o Centro Cívico Palmares, a Frente Negra Brasileira e o Colégio São Benedito emergiram como respostas às barreiras impostas, promovendo a educação escolar para os negros (SILVA e ARAÚJO, 2005).

O associativismo negro em Campinas durante a Primeira República foi assim uma resposta contundente à marginalização e à exclusão enfrentadas pela população negra em um novo cenário político. Diante

do abandono estatal, os afrodescendentes começaram a se organizar em associações e movimentos de resistência. Como mencionado por Gomes (2011), essas iniciativas surgiram como forma de sobreviver, conquistar espaços e escapar do controle opressivo imposto pelo novo regime republicano.

Campinas se destacou nesse cenário associativo, testemunhando a fundação de várias instituições e associações que buscavam promover os interesses e direitos da população negra. Além do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor, surgiram iniciativas como a Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor e a Liga Humanitária dos Homens de Cor, essa última criada em resposta a um surto de varíola que assolou a cidade em 1915. Essas associações tinham como objetivo não só assistir os negros em situações de necessidade, mas também criar espaços de sociabilidade e resistência contra a discriminação.

A imprensa negra desempenhou um papel crucial nesse contexto, dando voz e visibilidade às demandas e denúncias da população negra. Diversos jornais dirigidos por negros, como *O Baluarte* e *O Getulino* em Campinas, surgiram para relatar abusos policiais, deficiências nos hospitais e outros atos discriminatórios enfrentados pela comunidade. Esses veículos não só documentavam as injustiças, mas também fortaleciam a identidade e consciência coletiva dos negros na luta por seus direitos e reconhecimento social.

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma das organizações mais proeminentes deste período, reunindo milhares de membros e desempenhando um papel significativo na promoção da educação, cultura e assistência jurídica à população negra. No entanto, como

observado por Domingues (2007), a FNB acabou sendo influenciada por correntes autoritárias e ultranacionalistas, aproximando-se da ideologia integralista antes de ser extinta, com a instauração do Estado Novo em 1937.

O associativismo negro em Campinas durante a Primeira República, foi uma resposta organizada e articulada à exclusão e à discriminação enfrentadas pela população negra após a abolição da escravatura. Essas associações não só buscaram suprir as necessidades imediatas da comunidade, mas também foram centros de resistência e empoderamento, fortalecendo a identidade e os direitos dos negros em um contexto de opressão e marginalização.

2 A Irmandade São Benedito

Em Campinas existiam espaços étnico-raciais distintos, onde os brancos se associavam à Irmandade de Santa Cruz (na atual Matriz do Carmo) e à Irmandade do Santíssimo Sacramento (na atual Matriz Nova), enquanto os pretos eram ligados à Irmandade São Benedito e os mulatos à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Embora a população negra participasse dessas irmandades, elas não eram espaços com plena autonomia exclusivos para os negros, mas representavam, em meio ao contexto escravocrata, alguns dos poucos locais permitidos para reuniões e participação dessa população, sendo assim, pontos de possíveis resistências (MACIEL, 1987).

A história da Irmandade de São Benedito, fundada em Campinas em 1831, revela um cenário complexo de interações sociais e religiosas entre afrodescendentes e a elite dominante da época. Inicialmente concebida

como uma comunidade devota a São Benedito, a Irmandade logo se tornou um importante ponto de referência para os negros na região. No entanto, sua trajetória também evidencia algumas limitações impostas pela estrutura social e política da época, onde a submissão aos ditames ideológicos e religiosos das elites era uma realidade incontestável (MACIEL, 1987).

Luiz Roberto Benedetti, ao abordar o papel das irmandades em Campinas, enfatiza que a Igreja, subordinada ao poder político através do padroado, influenciou diretamente as dinâmicas das irmandades. Mesmo surgindo de devoções populares e, por vezes, como expressão de resistência religiosa, as irmandades foram implacavelmente enquadradas nas estruturas legais estabelecidas (BENEDETTI, 1983, p. 90).

Julita Scarano, citada por Benedetti (1983, p. 108) e Maciel (1987), ressalta que a origem das irmandades remonta à tradição medieval das confrarias, porém, no contexto brasileiro, elas se organizavam em torno de critérios raciais e sociais, refletindo aspectos da população. Além de patrocinarem cultos e construírem igrejas, as irmandades desempenhavam um papel decisivo no campo religioso e social, celebrando todos os acontecimentos da vida, do nascimento à morte, dentro de suas estruturas (BENEDETTI, 1983, p. 90).

A presença da classe dominante dentro das irmandades era uma realidade marcante, porém, homens negros articularam suas atuações, no caso da Irmandade São Benedito de Campinas. Um exemplo notável de resistência e ocupação de um espaço possível, é o caso de Mestre Tito, curandeiro e ex-escravizado, que solicitou licença às autoridades para construir uma capela no local de um antigo cemitério de escravos,

contando com o apoio de figuras influentes como Melchior José Fernandes Joaquim de Oliveira (XAVIER, 1996). Regina Célia Xavier (1996) descreve que Mestre Tito negociou imóveis pertencentes à irmandade para arrecadar fundos e prosseguir com a construção da igreja. Sendo assim, entendemos a ambiguidade dessas relações. O envolvimento ativo de Tito era notável e importante, pois ele era uma figura respeitada na sociedade e vislumbrava projetos importantes para a irmandade. No entanto, havia uma falta de autonomia plena das irmandades, com a presidência muitas vezes dominada por elementos brancos.

Após a morte de Mestre Tito em 1882, as obras da igreja foram retomadas por um grupo de senhoras da sociedade local, que arrecadaram fundos para sua conclusão. Essa mudança no protagonismo indica uma transformação nas dinâmicas de poder dentro da irmandade, destacando a complexidade das relações sociais e raciais na Campinas do século XIX (XAVIER, 1996).

A inauguração da Igreja de São Benedito em 1885 foi um marco importante, com a presença ativa da Irmandade. A partir desse momento, ela expandiu suas atividades, organizando classes de música e formando uma banda para animar festas e quermesses. Ao mesmo tempo, surgiram iniciativas para a escolarização de negros, refletindo a busca por educação e autonomia dentro da comunidade afrodescendente (LADEIRA, José M.; OCTAVIO, 1907).

É fundamental compreender esse contexto histórico para entender a fundação do Colégio São Benedito. Em uma sociedade com resquícios escravocratas, o Colégio surgiu inicialmente como uma extensão das atividades da instituição religiosa, concebido como uma escola para os

irmãos e filhos dos irmãos de São Benedito. Esse espaço ocupado pelo Colégio atuava com a ausência de um pároco na igreja, ou seja, com a falta de um controle rígido da Diocese, permitindo que os membros vissem temporariamente esse espaço com autonomia. (LADEIRA, José M.; OCTAVIO, 1907).

Assim, a Irmandade São Benedito, não apenas proporcionou um espaço de prática religiosa para os negros católicos, mas também se tornou um centro de solidariedade e organização comunitária em meio a um contexto de profundas desigualdades (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Essa instituição representou uma arena de resistência e solidariedade, onde os afrodescendentes podiam expressar sua identidade e buscar formas de autodeterminação.

A atuação da Irmandade São Benedito na promoção da educação já estava nos projetos idealizados por Mestre Tito, que vislumbrava a construção de uma casa de educação para os filhos e os homens de cor, refletindo o desejo de elevar social e intelectualmente a comunidade afrodescendente, visão que se concretizou com a criação da Sociedade de Instrução São Benedito no final do século XIX, que, posteriormente, deu origem ao Colégio São Benedito em 1902, sob a liderança do professor Francisco José de Oliveira (PEREIRA, 2001).

Essa história revela não apenas as lutas enfrentadas pela comunidade afrodescendente em busca de igualdade e justiça, mas também as estratégias de resistência e empoderamento adotadas por esses grupos diante das adversidades e autoafirmação, promovendo valores de solidariedade e comunidade em um contexto de segregação e marginalização. Embora essas irmandades não fossem exclusivamente

autônomas para os negros, elas representavam espaços importantes em uma sociedade escravocrata, sendo um campo de reuniões e participações em atividades religiosas e sociais.

3 O Colégio São Benedito de Campinas e a Federação Paulista dos Homens de Cor (1902 - 1937) e sua luta pela educação das crianças e adultos negros em Campinas- SP

Em 1902, com a chegada do professor Francisco José de Oliveira, os membros ligados à Irmandade São Benedito estabeleceram o Centro Literário dos Homens de Cor. Um ano depois, esse centro lançou o jornal *O Baluarte*⁴, um dos primeiros veículos da imprensa negra no Brasil, proporcionando uma voz direta aos homens negros e mulheres negras da cidade. Posteriormente, o Centro Literário se transformou na Federação Paulista dos Homens de Cor. A partir de 1910, a Federação assumiu a gestão do Colégio São Benedito, consolidando assim seu compromisso com a educação da comunidade negra, sob a direção e autonomia de homens negros.

Vale ressaltar que jornal *O Baluarte*, teve vida curta, mas foi um dos primeiros órgãos da imprensa negra, fruto de sua mobilização que dava voz direta aos afrodescendentes da cidade.

A primeira Edição do Jornal: O nosso aparecimento na arena do jornalismo brasileiro será considerado para a crítica mundana um fato de suma importância social. O pessimismo sempre crescente das gerações incultas negou aos homens de cor a parcela da racionalidade que são possuidores de todos os seres pensantes. (O BALUARTE, 1903).

⁴ É possível encontrar três edições do jornal *O Baluarte*.

A Federação Paulista dos Homens de Cor, conforme afirma Petrônio Domingues em *"O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil"* (2009), tinha

[...] como horizonte a promoção do auxílio mútuo, mas se diferenciava das demais sociedades do gênero pela especificidade de seu público-alvo. Nos seus estatutos dispunha-se a labutar em prol do desenvolvimento "moral e intelectual dos negros do Brasil". Para tanto, vislumbrava ser necessário, entre outras medidas, velar pela educação dos sócios, proporcionando-lhes aulas de alfabetização em períodos diurnos e noturnos (DOMINGUES, 2009, p. 970).

Sendo assim, a criação do Colégio São Benedito em 1902 e as instituições que permeavam sua existência foram marcos importante na história da luta antirracista e pela educação da população negra campineira.

Antes mesmo da fundação do Colégio, a oferta de aulas de alfabetização já estava em curso, mas a chegada do professor Francisco José de Oliveira mobilizou de maneira mais potente o grupo ligado à Irmandade São Benedito a estabelecer a instituição como um ato de resistência à discriminação e aos padrões segregacionistas da sociedade campineira.

Que o descer na Estação foi guiado pelo carregador Constâncio para conhecer a cidade, tendo assim chegado a residência do sr. Chico Vilela (ao lado da Matriz do Carmo) o qual era também um negro de boa vontade, procurou em conversa com o referido sr. a fim de pedir apoio às autoridades Campineiras para um professor normalista, para que fosse facilitado em abrir um Colégio Educacional para os filhos dos homens de cor,

sendo apresentado aos Homens de Cor. Já radicado no meio social da cidade os quais foi marcado uma reunião entre as seguintes pessoas: José Benedito de Paula, Simão Gomes Cana Verde, Albino de Souza, Torquato Braga, Manoel João, Eulampio Evangelista, Benedito José Cardozo, esses já eram também fundadores da Irmandade São Benedito. Em 1902 chegou a cidade o então professor Francisco José de Oliveira, vindo de Ribeirão Preto, moço ainda, porém, com bons propósitos de trabalho. Hospedou-se numa pensão que existia ao lado da Matriz do Carmo, onde se realizavam reuniões de moços, com a participação principalmente de Benedito Florêncio, sendo apresentado ao Sr. José Benedito de Paula, que mantinha sua pequenina escola nos fundos da Capela de São Benedito (CORREIO, 1958).

Francisco José de Oliveira, tornou-se uma figura significativa na educação brasileira do século XX. Nasceu em 1881, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, muito embora os registros sobre suas origens sejam contraditórios (há fontes indicando Ouro Preto, Minas Gérias, como seu local de nascimento). No entanto, de acordo com sua certidão de óbito, faleceu aos 55 anos em Campinas. A falta de detalhes sobre sua ascendência é característica do período em que viveu, quando inclusive informações sobre a mãe não eram frequentemente registradas em documentos oficiais.

Oliveira recebeu sua formação na Escola Normal no Colégio Eclesiástico de Ouro Preto, chegando a Campinas em 1902 aos 21 anos de idade. Sua chegada à cidade marcou o início de uma carreira educacional notável. Seu percurso de vida é uma oportunidade fundamental para compreender o contexto educacional da época, especialmente em relação à formação docente de homens negros. Marcus Vinicius Fonseca

(2005) discute a presença de educandos negros em escolas de Minas Gerais, destacando a complexidade social desses ambientes. Fonseca observa que a historiografia da educação não abordou adequadamente a presença de negros nas escolas, frequentemente consideradas elitistas e dominadas por uma população branca. No entanto, análises mais recentes revelam uma dinâmica social mais diversificada, com negros e mestiços ocupando vários espaços sociais, incluindo escolas e outras instituições (FONSECA, 2005, p. 106):

A historiografia da educação ainda não tomou esta questão como um problema, mas podemos dizer que há uma certa crença de que a escola era uma instituição de caráter elitista e que era frequentada por uma população predominantemente branca. Um exame detido de algumas fontes e dos trabalhos mais recentes sobre Minas Gerais revela que estas ideias carecem de uma avaliação mais criteriosa, pois mesmo diante do preconceito e da escravidão os negros tiveram a capacidade de circular por vários espaços sociais. Essa circulação também se deve ao fato de que, uma grande parte da população desta província compõe-se de negros livres, mestiços de negros com brancos e de brancos e negros com índios, envolvendo todos os tipos de mestiçagem dessas três raças entre si, os “brancos puros” representam uma fração relativamente pequena da população total (FONSECA, 2005, p. 106).

A inserção de negros na sociedade mineira do século XIX intrigou observadores como Hermann Burmeister, cujos relatos evidenciam uma distribuição diversificada desses grupos em diferentes funções sociais (FONSECA apud BURMEISTER, APUD Leite, 1996, p. 10). Fonseca (2005) destaca que, embora o preconceito ainda fosse uma barreira significativa,

a circulação e a presença dos afrodescendentes revelam estratégias de resistência e busca por afirmação social (FONSECA, 2005, p. 100):

Pretos e mulatos estavam nos mais variados papéis, inclusive na escola, na condição de professores. O olhar do viajante (*Hermann Burmeister*) é de estranhamento diante deste arranjo social, mas é um testemunho da capacidade de circulação dos afrodescendentes na sociedade mineira. Este perfil da população livre demonstra o nível de circulação de pretos, pardos e crioulos na sociedade mineira, porém, está longe de colocar de lado a ideia de que o preconceito não era uma barreira social. No entanto, fornece uma pista para investigar como esses sujeitos sociais criaram estratégias para enfrentar uma sociedade fortemente hierarquizada e racista, buscando sua afirmação no espaço social. (FONSECA, 2005. p. 100).

Oliveira foi reconhecido por sua atuação educacional; fundador e diretor do Colégio São Benedito, promoveu não apenas a educação, mas também a participação dos alunos em eventos sociais e comemorações cívicas (PEREIRA, 2001). Sua atuação política também foi notável, estabelecendo laços estreitos com figuras influentes como o Dr. Antônio Álvares Lobo⁵ e o Deputado Monteiro Lopes.⁶ Desempenhou com o grupo que estava à frente do Colégio papel ativo na Federação Paulista dos

⁵ Antônio Álvares Lobo (1860-1934), natural de Itu, foi advogado, político e quatro vezes prefeito de Campinas. Filho do maestro Elias Álvares Lobo, destacou-se nas causas republicana e abolicionista. Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, também foi vereador e deputado estadual em São Paulo.

⁶ Monteiro Lopes foi um político afro-brasileiro do início do século XX, conhecido como defensor dos direitos dos trabalhadores e das classes menos favorecidas. Ele foi deputado federal pelo Distrito Federal e lutou por questões sociais, defendendo o socialismo e o republicanismo. Sua atuação incluiu a luta contra o preconceito racial e a busca por maior representatividade das classes populares. Reconhecido como símbolo de resistência dos negros no pós-abolição, assumiu sua condição racial e batalhou pela causa afrodescendente. (DOMINGUES, 2013)

Homens de Cor, defendendo os interesses da classe e buscando apoio político para suas iniciativas educacionais (CORREIO, 1958).

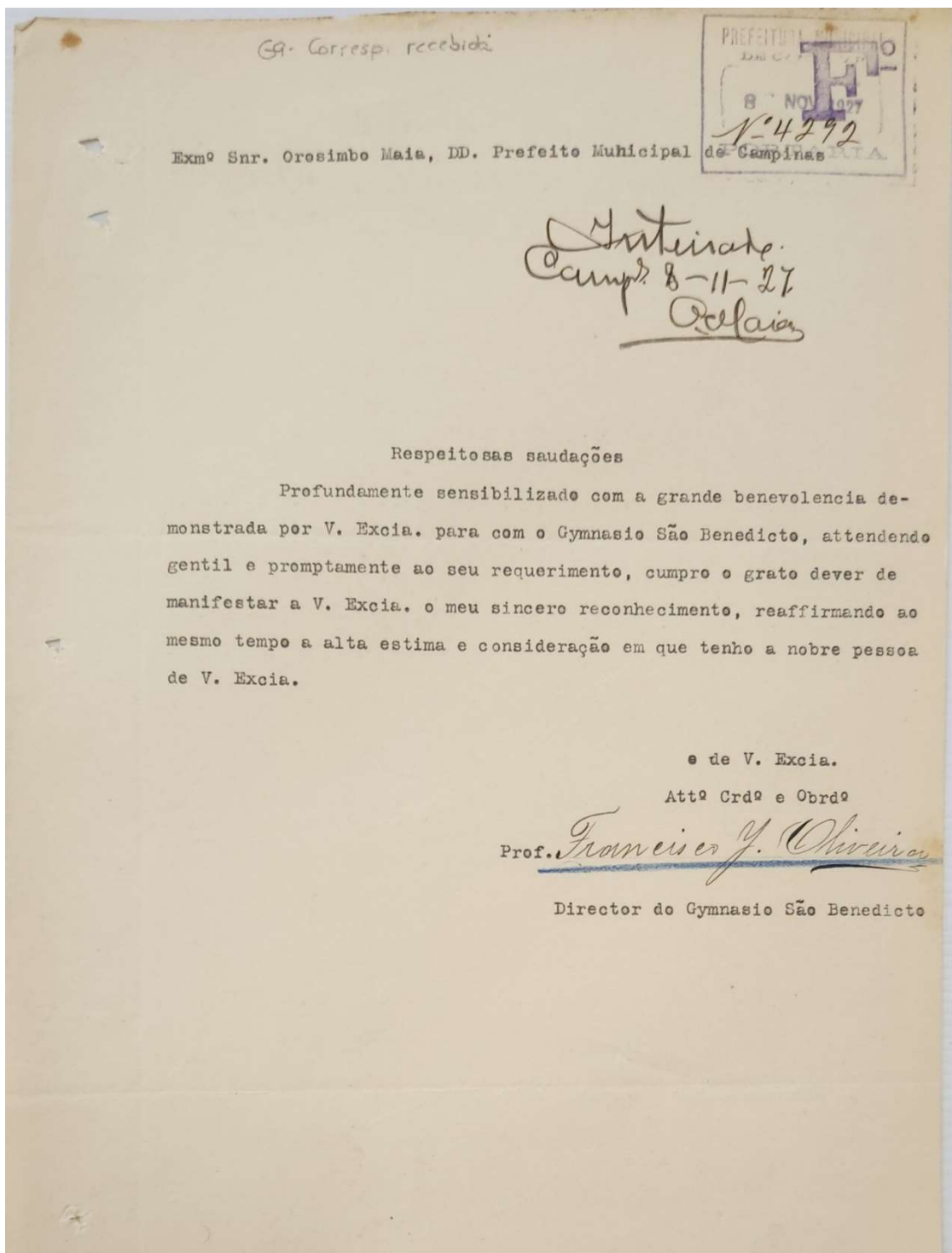


Fig. 1 - Correspondência de novembro de 1927 em que Francisco José Oliveira, então diretor do Colégio São Benedito agradece o prefeito Orosimbo Maia por auxílio prestado, demonstrando a boa relação da entidade com políticos e a elite local. Acervo do Arquivo Municipal de Campinas.

Nas atas do Colégio São Benedito é possível notar a relação e os desafios significativos, especialmente em um contexto de hegemonia política do Partido Republicano Paulista (PRP)⁷ durante a Política do Café com Leite. Esse partido dominante influenciou diretamente as dinâmicas sociais e políticas da época, estabelecendo alianças e estruturas que moldaram a vida pública (SÊGA, 2011). Existem registros de reuniões no livro de ata do Colégio, em posse atualmente do CMU, além de reportagens, nas quais o apoio a políticos como, por exemplo, Antônio Lobo, é evidente, refletindo a complexa interseção entre educação, política e identidade racial no Brasil do início do século XX. Essa militância visava não apenas à melhoria educacional, mas também à promoção da participação política e ao enfrentamento das desigualdades sociais (CORREIO, 1965).

As histórias das lideranças do Colégio, revelam os desafios enfrentados por educadores afrodescendentes em um contexto de segregação racial e domínio político. Essas trajetórias de luta pelo espaço educacional, na imprensa e na representatividade política, exemplificam o movimento pelo reconhecimento e representatividade em um período marcado pela desigualdade e pela marginalização (PINTO, 2014, p. 24).

O uso da imprensa negra, então, desempenhou um papel fundamental ao retratar as condições e desafios enfrentados pela

⁷ O Partido Republicano como também aponta Sêga, teve duas fases: a primeira, entre 1873 e 1889, e a segunda abrangendo o período de 1898 a 1930. Os anos intermediários, de 1890 a 1897, foram marcados por grande instabilidade política. Só a partir de 1898 é que a *“política dos governadores”* trouxe a conhecida regularidade da vida política daquele período. Com base na literatura sobre o partido em questão, acreditamos poder dizer que este era, na primeira fase (1873 a 1889), um partido de classe, para, em seguida (1898 a 1930), em grande parte devido às regras impostas pela *“política dos governadores”*, metamorfosear-se num *“partido da administração”*. (SÊGA, 2011, p.103).

população negra em Campinas, e no Brasil como um todo. Jornais como *O Progresso* e *O Baluarte*, além de outros veículos, destacaram as disparidades e injustiças enfrentadas pelos negros, desde restrições de direitos civis até a falta de oportunidades educacionais e profissionais. Nos veículos citados, publicações enfatizavam a necessidade de educação e desenvolvimento das habilidades dos negros como uma forma de alcançar reconhecimento e inclusão social. O discurso crítico desses jornais desafiava abertamente as normas e os estereótipos racistas predominantes na sociedade da época (SILVA, 2015): *“Como pretender que devam ser polidos, como exigir que se apresentem nas praças públicas a fazerem discursos arrebatadores, nos salões a recitar versos de Dante, homens que ontem deixaram a enxada?”* (O PROGRESSO, 1899, p.1).

Nomes como Benedito Florêncio, José Benedito de Paula e o próprio Francisco José de Oliveira, todos homens negros atuantes no Colégio e na Federação Paulista dos Homens de Cor, são mencionados diversas vezes na sociedade campineira, em participação na imprensa negra, fundação de associações e grupos mutualistas. A presença marcante desses sujeitos, em vários espaços como ativistas dessa formação de grupos de homens negros, pode ser entendida como a existência de um pequeno grupo que, embora portador de características de ativismo, precisava atuar em diferentes áreas para marcar e inserir o negro nesses ambientes.

Benedito Florêncio, jornalista presente nas reuniões e decisões do Colégio, atuava ativamente como denunciante das condições da população negra local. Uma dessas denúncias foi formulada, em um apoio num artigo publicado em São Paulo, no Jornal *A Gazeta*, no qual descreve a péssima situação dos pretos do Estado. *“Nosso patrício, Sr. Bernardo*

Viana, recentemente chegado do Rio e por ser preto não consegue emprego em parte alguma” (MACIEL, 1987, p. 13).

O funcionamento do Colégio São Benedito foi documentado nos jornais *Cidade de Campinas* e *O Estado de S. Paulo*, que cobriram por vezes suas atividades e eventos. Em meados de 1905, houve o anúncio da instalação do Colégio São Benedito em uma das notícias veiculadas, indicando o início das atividades educacionais da instituição. Em 1906, esses mesmos jornais também reportaram sobre os exames e festividades de encerramento do ano letivo, destacando o progresso acadêmico dos alunos e o brilho das celebrações.

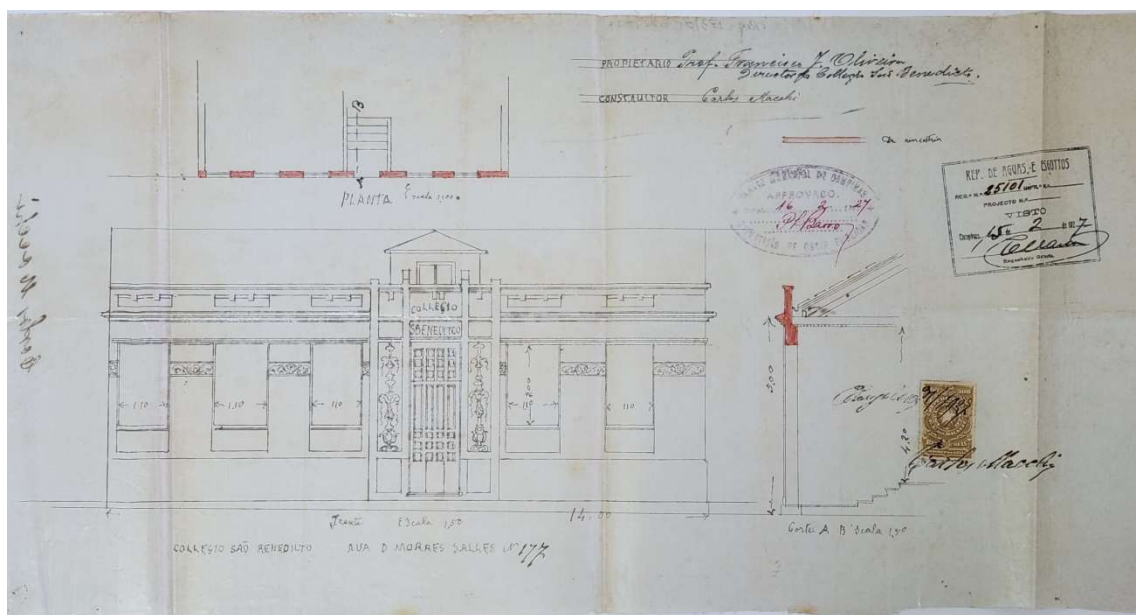


Fig. 2 – Reforma do edifício do Colégio São Benedito à Av. Dr Moraes Salles, realizada no início do ano de 1927 sob responsabilidade do construtor Carlos Macchi. Portaria nº. 25101 de 31 de janeiro de 1927. Acervo do Arquivo Municipal de Campinas.

O prédio utilizado pelo Colégio São Benedito era alugado e passou por adaptações para atender às necessidades das atividades escolares. Para proporcionar conforto às famílias durante um concerto, a festa foi organizada no pátio dos recreios, onde um palco foi construído com sombras de folhagens para proteger os presentes do sol. A diretoria do

Colégio recebeu elogios da imprensa local e do povo campineiro, reconhecendo o esforço e a generosidade na manutenção da instituição educacional, que desempenhava um papel vital na comunidade (CIDADE, 1907).

Um parecer da Câmara de 24 de março de 1905, relacionado a isenção de impostos, uma vez que naquele estabelecimento era ministrado ensino gratuito às crianças pobres, evidência a fundação do Colégio São Benedito (PARECER, 1905).

Assim sendo os mesmos diretores da Irmandade São Benedito, também ficando como Diretores do Colégio, ficou marcada à fundação do Colégio São Benedito, anexo a Irmandade do mesmo Santo, o qual além do Colégio tinha também um objetivo de ser fundada uma banda de música a qual tinha como maestro o já conhecido nome José Benedito de Paula, que vinha ensinando os filhos dos sócios a conhecer leitura de música e com mais este empreendimento já coroado de êxito aquela agremiação de Homens de Cor.

Francisco José de Oliveira ampliou a escola de maneira surpreendente, ao mesmo tempo em que crescia o número de membros da Irmandade (CORREIO, 1958).

A escola não funcionava exclusivamente na educação de crianças negras. A *Monografia histórica de Campinas* (INSTITUTO, 1952) e os Arquivos da Câmara Municipal o mencionam como um Colégio que atendia com excelência crianças pobres:

Francisco José de Oliveira fez do Colégio São Benedito uma escola-modelo, sem quaisquer resquícios exclusivistas de raça, tomando-o, com o correr do tempo, verdadeira comunidade de

alunos pobres e alunos ricos, os pequenos de cor em número insignificante, por sinal.

A fama que ainda perdura do professor Francisco José de Oliveira é a de conceituado educador. Um mestre talvez nos moldes da escola antiga, de métodos antiquados para a correção dos alunos rebeldes, mas todo ele dedicado ao seu Colégio e ao mister de bem ensinar. São testemunhas ainda hoje dessa dedicação às referências elogiosas de inúmeras pessoas, atuais chefes de família, que em sua meninice passaram pelas carteiras do velho Colégio São Benedito.

Estabelecimento de ensino primário, comercial e secundário, com preparatórios para ginásio e escola complementar, a lembrança que nos ficou do Colégio São Benedito é do seu funcionamento, durante trinta e cinco anos ininterruptos, no antigo 109 da Rua Dr. Moraes Sales (hoje parcialmente demolido), no quarteirão formado pelas vias Boaventura do Amaral e Padre Vieira. Temos, no entanto, em 1912, uma referência ao funcionamento de uma sucursal da escola - seção suburbana - na Vila Industrial, à Rua Alferes Raimundo, 21 (INSTITUTO, 1952, p. 422).

O Colégio São Benedito, ao final do ano de 1907, registrou um total de 421 alunos matriculados, dos quais 359 eram do sexo masculino e 62 do sexo feminino. O Colégio operava com nove turmas na seção masculina, distribuídas da seguinte forma: duas turmas de primeiro ano, duas turmas de segundo ano, uma turma de terceiro ano, duas turmas de quarto ano, duas turmas de quinto ano e uma turma de sexto ano. Na seção feminina, havia seis turmas, uma de cada ano do curso (CIDADE, 1907).

No início de 1908, o Colégio São Benedito publicou um aviso à imprensa informando que as aulas começariam em 11 de janeiro e convidando novos candidatos a se inscreverem com antecedência para facilitar o planejamento acadêmico. Além das aulas regulares do curso colegial, o Colégio oferecia uma aula adiantada para os alunos do sexto ano interessados em concluir a preparação para o exame de admissão ao Ginásio local. O informativo também destacou a existência de internato e semi-internato, acolhendo alunos com idades entre 6 e 15 anos, com garantia de matrícula gratuita para alunos órfãos e desamparados, incluindo provisão de livros, materiais escolares e ensino. O horário das aulas permanecia das 11h às 15h30, seguindo o padrão da época em que as escolas tinham um único período de funcionamento (LIVRO, 1908).

A sede do Colégio foi comprada no ano de 1911. A ata do dia 12 de dezembro de 1911 evidencia os membros preocupados com o orçamento para a compra do prédio. Nessa ata, os sócios trataram do valor já arrecadado e ele, como já havia sido combinado, seria destinado à casa onde funcionava o Colégio São Benedito e ao projeto de dar andamento ao salão da Federação, que foi ampliado conforme solicitação de isenção de impostos, ficando registrado que o salão era para atendimento à Federação.

Nesse contexto, foi solicitada à Câmara Municipal de Campinas a isenção de impostos também para o prédio anexo ao Colégio, o que colaboraria para a ampliação, tendo em vista o atendimento aos alunos que seriam inseridos pela Federação Paulista dos Homens de Cor:

Campinas 10 de agosto de 1913

Anexas ao Edifício onde atualmente funciona o Colégio e constituindo suas dependências existem duas pequenas casas com acesso para dois portões sendo uma na Rua Moraes Salles, n. 107 e outra na Rua Boaventura do Amaral n.15.

Ocorre porém que, necessitando de ampliação de seu avultado expediente, sublocou.

Francisco José de Oliveira (Livro de Atas Colégio São Benedito, apud Sgarbosa, 2018, p. 70).

A resposta da Câmara à solicitação explicitou a consideração de que a instituição e a sociedade dedicavam ao professor:

Relativamente ao requerimento do professor Francisco José de Oliveira, diretor do Colégio São Benedito, deve esta prefeitura informar que julga razoável o pedido, levando em consideração a outras e a própria instituição que ele dirige, como também os serviços prestados pelo Colégio referido.

Campinas, 27 de novembro de 1913 (Livro de Atas Colégio São Benedito, apud Sgarbosa, 2018, p. 70).

Após a morte de Oliveira, a instituição enfrentou desafios significativos. A Federação Paulista dos Homens de Cor era naquele momento liderada por Benedito Evangelista, que emergiu como uma figura central na luta para manter o Colégio em funcionamento, destacando sua importância para a comunidade negra e pobre de Campinas (SILVA, 2015).

A existência regular do Colégio é assinalada até o ano de 1937. Falecendo no dia 21 de outubro de 1936, o velho professor Francisco José de Oliveira, que sempre fora absoluto em sua atuação no estabelecimento, deixou atrás de si uma herança de

documentos confusos, para demanda de duas associações de homens de cor, que reclamaram em juízo, cada uma de per si, direito a posse do Colégio São Benedito com o seu velho prédio e vasta área de terreno. E a tradicional escola, nesse ambiente de hostilidade, encerrou melancolicamente suas aulas e trancou definitivamente suas portas (INSTITUTO, 1952, p. 422).

O processo de encerramento do Colégio São Benedito após o falecimento do professor Francisco José de Oliveira, em 1936, e a subsequente ação judicial movida pela Federação Paulista dos Homens de Cor, liderada por Benedito Evangelista, revela a complexidade por trás da extinção repentina dessa instituição de ensino. O Colégio, que contava com o respaldo da elite local e desempenhava um papel vital na educação da população negra e pobre, além de alcançar bons resultados acadêmicos, enfrentou um cenário desafiador após a perda de importantes apoios políticos.

Algumas circunstâncias vulnerabilizaram a permanência do Colégio e levaram ao fechamento da instituição, destacando a queda de influência do Partido Republicano Paulista (PRP), que historicamente respaldou lideranças negras em Campinas, como Francisco José de Oliveira, José Benedito de Paula e Benedito Evangelista, entre outros. A morte do advogado Antônio Lobo, figura fundamental no suporte político à Federação e ao Colégio, em 1934, representou uma perda significativa nesse contexto político e eleitoral, deixando um vácuo que afetou as atividades e o futuro da instituição (CORREIO, 1958).

A transformação do cenário político nacional, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a subsequente centralização política, também impactou diretamente o ambiente em que o Colégio São

Benedito estava inserido. O fim das estruturas políticas regionais, como o Partido Republicano Paulista, e o surgimento de movimentos totalitários e autoritários, como o integralismo, demonstraram um contexto de polarização e reestruturação política que afetou as instituições locais. A análise desses eventos políticos, somados à mudança de liderança dentro da Federação Paulista dos Homens de Cor após o falecimento de Francisco José de Oliveira, busca esclarecer os fatores decisivos que culminaram no encerramento de suas atividades e na prolongada batalha judicial pela reintegração de posse, destacando os desafios enfrentados por instituições voltadas para a educação e a representação da comunidade negra em um período de intensas transformações políticas e sociais no Brasil (GOMES, 2001; SILVA, 2015).

Benedito Evangelista despontou como protagonista após a morte do professor Francisco José de Oliveira, iniciando o processo de reintegração de posse do Colégio, conforme registrado nos jornais da época e nos documentos judiciais que estão no CMU, que foram por nós visitados. De acordo com a historiadora Lúcia Helena Oliveira Silva (2018), Benedito nasceu em 1902 em Campinas, filho de ex-escravos, e desempenhou um papel fundamental na Federação Paulista dos Homens de Cor até 1990 (SILVA, 2018).

Ao examinar as atas de reunião do Colégio e o processo judicial disponível no CMU, movido por Benedito Evangelista em nome da Federação Paulista dos Homens de Cor, é possível observar as denúncias referentes à perda da posse da sede do Colégio. As atas, visivelmente rasuradas, revelam as tentativas de ocultar informações. O processo, com mais de sete mil páginas, assevera a persistência de uma luta travada ao longo de anos por Benedito Evangelista. Esse cenário não apenas

evidencia a complexidade e a seriedade das acusações, mas também destaca a determinação e a resiliência de Evangelista em defender os direitos e a integridade da Federação frente às adversidades.

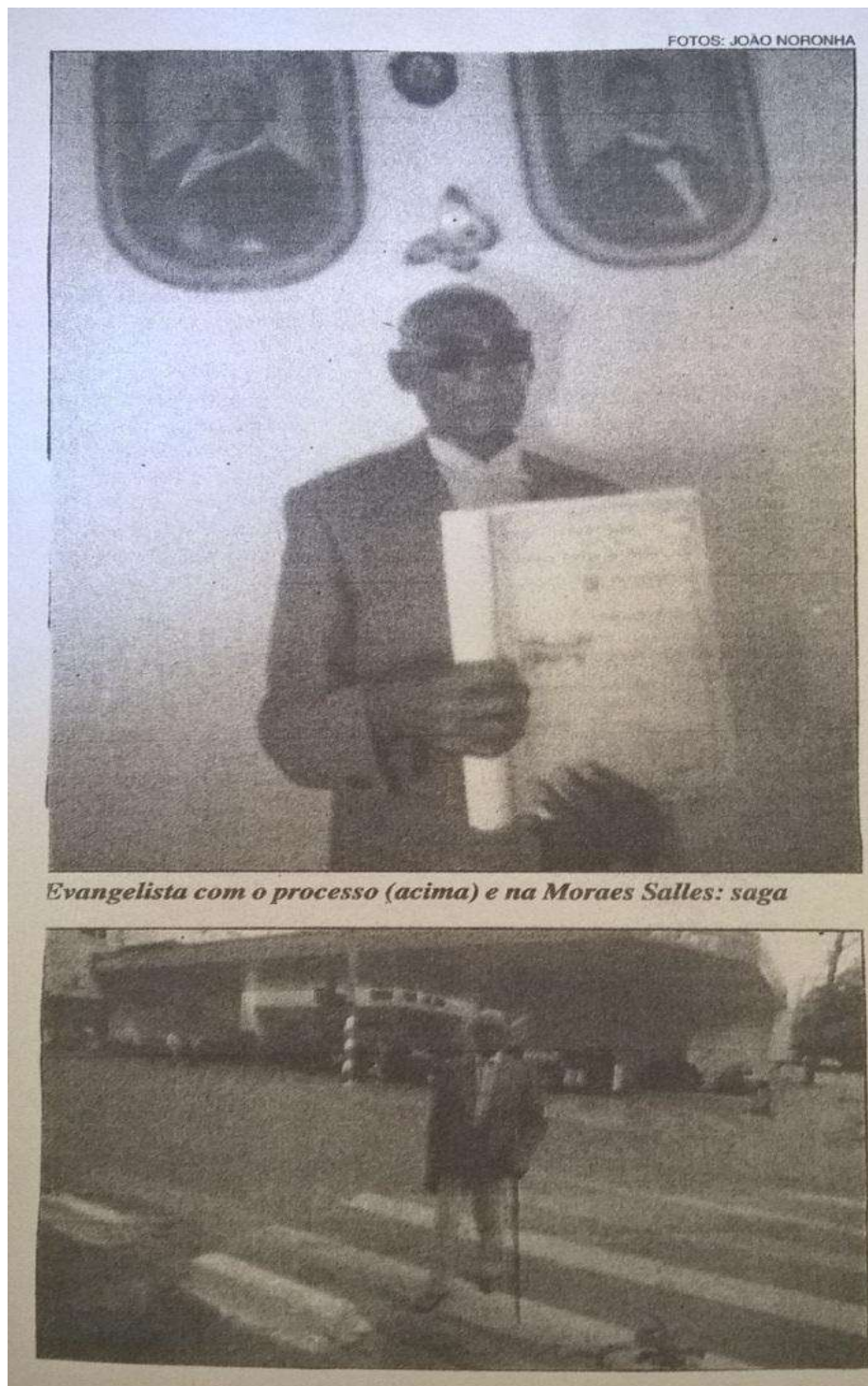


Fig. 3 - Benedito Evangelista - Rua Moraes Salles, n. 109. Campinas - SP Local da Sede do Colégio São Benedito. Acervo do Centro de Memória-Unicamp.

O legado de Benedito Evangelista é marcado por sua incansável luta pelos direitos da comunidade afrodescendente, refletida em relatos pessoais que documentam sua dedicação e enfrentamentos, incluindo as batalhas judiciais e os desafios após o fechamento do Colégio São Benedito (SILVA, 2018). Reconhecido como membro destacado do movimento negro, Benedito recebeu homenagens ao longo de sua vida, culminando com uma placa do Conselho Estadual da Comunidade Negra em 1992. Durante as décadas de 1980 e 1990, jornais destacaram repetidamente a luta e os processos liderados por Benedito Evangelista em nome da Federação, tornando-o uma figura icônica e respeitada por sua dedicação à causa (SILVA, 2018). Sua vida foi marcada pela luta contínua por justiça e igualdade em uma época marcada por desafios e transformações sociais significativas (SILVA, 2018).

Na **Fig. 3** vemos Benedito Evangelista, que presidiu a Federação Paulista dos Homens de Cor até 1990. Evangelista faleceu em 2000, deixando um legado significativo, mas carregando consigo a amargura de um processo litigioso inconcluso e arquivado. A ausência de qualquer vestígio da antiga sede do Colégio São Benedito, localizado na Avenida Moraes Salles, é um símbolo do apagamento histórico. A falta de preservação da memória de figuras e instituições negras ilustra as injustiças e o racismo estrutural presentes no Brasil.

Considerações Finais

A abolição da escravatura no Brasil, formalizada pela Lei Áurea em 1888, foi um momento histórico significativo, mas não trouxe consigo as mudanças estruturais necessárias para a integração e emancipação da

população negra. A falta de medidas como a reforma agrária e leis trabalhistas protetoras resultaram em um sentimento de inconclusão e marginalização para os libertos. A legislação, promulgada um ano antes da Proclamação da República, serviu mais aos interesses do capital do que à verdadeira libertação dos escravizados.

Após a abolição, os centros urbanos passaram a receber uma quantidade significativa de pessoas negras em busca de sobrevivência, mas essas se encontraram marginalizadas pela falta de oportunidades, contribuindo para o crescimento do desemprego e da criminalidade. A reação da elite branca foi de desdém e desqualificação, propagando estereótipos depreciativos. Diante desse abandono estatal, a população negra organizou-se em movimentos de resistência e apoio mútuo para conquistar seus espaços na sociedade.

A República brasileira, inicialmente dominada pelos ideais positivistas dos militares, logo caiu nas mãos dos latifundiários oligarcas, que mantiveram a ordem social estática por décadas. O pensamento político-filosófico evolucionista justificou a desigualdade social, impulsionando ideologias cientificistas racistas. Essas ideias se refletiram nas políticas públicas e legislações, como as que discriminavam os libertos, classificando-os como *mendigos* e *vagabundos*.

A segregação da população negra era evidente em todos os aspectos da sociedade, inclusive nas políticas urbanas de controle social. A imprensa negra denunciava constantemente as condições desiguais de trabalho e tratamento, evidenciando a persistência do racismo estrutural. A educação também refletia essa discriminação. Escolas católicas e instituições de caridade muitas vezes recusavam a matrícula de alunos

negros, reproduzindo os discursos discriminatórios da sociedade. Privada de acesso à educação formal, a população negra buscou alternativas autônomas para inclusão na cidadania, como o Colégio Perseverança e o Colégio São Benedito.

Fundada por líderes negros como Francisco José de Oliveira e posteriormente liderada por Benedito Evangelista, essa última instituição foi um exemplo de resistência e luta pela educação da população negra. O professor Oliveira, nascido em 1881, em pleno período de escravização, trouxe sua formação como professor para Campinas em 1902, enfrentando os desafios de uma sociedade marcada pelo racismo. Sob sua liderança, a escola tornou-se um espaço vital para a educação da comunidade afro-brasileira, enfrentando pressões políticas e desafios sociais.

A instituição mobilizou homens negros e foi administrada por eles através da Federação Paulista dos Homens de Cor, garantindo que a frente da escola estivessem homens com interesses antirracistas. Esses líderes, além de administradores escolares, eram jornalistas, políticos e organizadores de festividades, posicionando-se socialmente em um momento de grande segregação. Após a morte de Francisco José de Oliveira, Benedito Evangelista assumiu a defesa da continuidade da escola, enfrentando um processo litigioso de reintegração de posse do prédio. É possível encontrar nas atas da instituição alterações e rasuras resultantes da perda da posse do prédio, motivo pelo qual Benedito Evangelista lutou durante anos em um litígio para a reintegração de posse.

A história do Colégio São Benedito reflete os desafios enfrentados pela população negra para alcançar a igualdade e a inclusão social em um contexto de estratificação social e discriminação racial. O legado dessas instituições permanece como um testemunho da perseverança e da busca por justiça de uma comunidade excluída e marginalizada pela estrutura oligárquica da República brasileira. Ainda hoje, essa história aguarda o reconhecimento devido e apropriado da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a aproximação com a elite branca não deve ser vista como submissão, mas sim como estratégia política de articulação, visando a conquistar espaços e atuar em prol da construção de uma sociedade antirracista. A relação com o Partido Republicano Paulista (PRP) e a subsequente perda de apoio político, citados como uma das causas do fechamento da escola, são dados que se somam a tantas outras circunstâncias. Os homens dessa instituição não dependiam do partido republicano para existir, mas utilizavam os poderes de maneira produtiva a fim de conquistar lugares potentes para a população afrodescendente.

Fontes utilizadas

ACERVO Colégio São Benedito e Federação Paulista dos Homens de Cor pertencente a Benedito Evangelista.

CIDADE de Campinas, 14 de julho de 1907.

CORREIO Popular. Campinas, 06 de abril de 1958.

CORREIO Popular. Campinas, 23 de outubro de 1965.

INSTITUTO Brasileiro De Geografia E Estatística. Monografia histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1952.

LADEIRA, José M.; OCTAVIO, Benedito. Almanaque de Campinas para 1908. Campinas: Casa Mascotte, 1907.

LIVRO de atas do Colégio São Benedito Processo de reintegração de posse do Colégio São Benedito. Acervo do Centro de Memória Unicamp - CMU.

LIVRO de Matrículas do Colégio São Benedito, 1908. Acervo do Acervo do Centro de Memória Unicamp - CMU.

O BALUARTE, 15 de novembro de 1903.

O BALUARTE, 15 de janeiro de 1904.

O PROGRESSO, 01 de Janeiro de 1899, p.1.

O PROGRESSO, 24 de março de 1929.

PARECER da Câmara Municipal de Campinas, 24 de março de 1905. Resolução nº.193, publicada na Secretaria, aos 24 de março de 1905.

Portaria nº. 25101 de 31 de janeiro de 1927. Solicitação para reforma no prédio da Rua Dr. Moraes Salles, 177. Acervo do Arquivo Municipal de Campinas

PORTARIA nº. 4292 de 8 de novembro de 1927. Correspondência enviada ao Prefeito Orosimbo Maia por Benedito J. Oliveira. Acervo do Arquivo Municipal de Campinas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamira R.; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fund. Cultural Palmares, 2006.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global Editora, 2008.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *Os Santos nômades e o deus estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

_____. *A insurgência de Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v.12, n.23, p.100-122, 2007.

_____. *A nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 39, n. 138, set./dez. 2009 p. 963-994.

_____. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. *História Social*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n. 19, p. 109-134, 2010

_____. Federação dos homens de Cor: notas de pesquisa. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH*, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCor.pdf. Acesso em 03 jun 2024.

FONSECA, Marcus Vinicius. *História da Educação do Negro e outras Histórias*. Brasília, SECAD, 2005.

GOMES, Flávio. No meio das águas turvas: raça, cidadania e mobilização política no Rio de Janeiro (1888-1889). In: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 15-44.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888 -1926)*. 1985. Alguns aspectos. 1985. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

_____. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas: Editora Unicamp, 1987.

MARINGONI, Gilberto. *O destino dos negros após a Abolição*. Desafios do desenvolvimento, São Paulo: IPEA, n. 70, 2011.p. 34-42.

PEREIRA, José Galdino. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et. al.]. *Memórias da Educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Editora Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999. p. 275-312.

PEREIRA, José Galdino. *Os Negros e a Construção de sua Cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 à 1914*. 2001. Dissertação (Mestrado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PINTO, Ana Flávia. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SGARBOSA, Livia. *O Colégio São Benedito e a escolarização da população negra em Campinas-SP no início do século XX*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SILVA, Geraldo e ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: Escolas dos movimentos negros, Escolas Profissionais, Técnicas e Tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.) *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 65-78.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Associativismo negro: Federação Paulista dos Homens de Cor. *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2015 p. 1- 15.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Histórias de vida e militância: associações negras e luta pela cidadania no interior de São Paulo (1890-1940). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Classes populares e educação popular na Primeira República (problemas, valores e lutas)*. 1991. Dissertação (Mestrado),

Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de. *O direito à educação: lutas populares pela educação em Campinas*. Campinas: Editora da Unicamp e Centro de Memória - UNICAMP, 1998.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. *A Abolição*. 7ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2001.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

XAVIER, Regina. Célia, L. *A Conquista da Liberdade: os libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. 165 p. Campinas: UNICAMP - Centro de Memórias.

Capítulo 7

Festas da liberdade: comemorações pelo 13 de maio das associações negras de Campinas (1888-1931)

Willian Robson Soares Lucindo

Possui graduação em História pelo Centro Universitário FIEO (2007), mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2020). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas e membro da Rede de Historiadorxs Negrxs.

Introdução

Com “entusiasmo e júbilo”, Campinas recebera a ideia de criar comissões responsáveis por angariar donativos e preparar a festa pelo fim da escravidão, que não ficasse *“aquém das [outras] iniciativas por esta incansável população* (A PROVÍNCIA, 1888, p. 1). Para o sábado, dia 12 de maio de 1888, *“as redações dos jornais mandaram colocar girandolas à porta de seus edifícios para serem queimados”* assim que soubessem que o projeto de lei fosse aprovado no Senado. Notícia que chegou, via telégrafo, por volta das *“4 horas da tarde”*, quando *“devia ter lugar a grande procissão cívica* (MUNICÍPIOS, 1888, p.1). Ao amanhecer de domingo, *“apesar do mau tempo, notava-se na cidade um movimento anormal”*. *“Grupos de cidadãos cômnicos de que a áurea lei seria sancionada”* enfeitavam *“com afã as diversas ruas, ajudados por muitos ex-escravos, que procuravam contribuir com seu modesto contingente”*. Praças, largos e ruas ficaram cobertas com arcos de folhagens, junto com as bandeiras, iluminação a gás e lanternas deram outra feição à cidade, *“tornando-a festiva e alegre”* (A PÁTRIA, 1888, p.1-2).

Depois que a comissão vestira a *“cidade das galas necessárias para receber a grata notícia”*, a *“massa de povo afluíu à praça José Bonifácio”* e esperava *“ansiosamente”* os sons das girândolas, que daria *“o sinal que a pátria estava emancipada da escravidão”*. Os foguetes estouraram no céu por volta das 2h15 da tarde. Entre os estouros, em *“júbilo popular”*, dava-se *“vivas à nação brasileira, à província de São Paulo, ao patriótico gabinete ‘10 de Março’, à princesa regente, à pátria livre”*. As bandas dos irmãos Túllio e do maestro Azarias executaram o hino nacional e outras músicas que mantiveram o povo entusiasmado e alegre. A banda italiana encabeçara o préstito, que parou em frente aos edifícios de cada jornal da cidade e ouviu cada um de seus oradores, que foram sempre sucedidos pelo hino nacional. Às 5 horas da tarde fora interrompida a comemoração, que retornou à noite. No entanto, muitos grupos de ex-escravos que foram chegando durante a passeata, *“esparsos pelas ruas”*, expandiram-se e continuaram *“a dar vivas aos abolicionistas”*. A comissão voltou a concentrar os festejos por volta das 7 horas na mesma praça. Os festeiros puderam ver a *“deslumbrante iluminação a gás”*, fosse por conta dos efeitos nos arcos, quanto pelas instalações particulares postas especialmente para aquele momento. Novamente foram feitos discursos, préstito, tudo ao som das bandas (A PÁTRIA, 1888, p.1-2).

Na segunda-feira, o comércio permaneceu fechado, *“permitindo assim que a briosa classe caixeiral se associasse às festas”*. A Câmara Municipal também alterou seu funcionamento, estabelecendo uma reunião extraordinária, que só funcionou *“até a hora em que o povo e a comissão dos festejos”* fossem ouvir o senhor presidente. Neste dia, as associações particulares participaram da concentração no largo do Teatro. Liderou a caminhada a Banda Italiana seguida de uma comissão de

libertos, o Circolo Italiani Unitti veio logo depois, junto com sua escola, o Colégio Culto à Ciência, a Artística Beneficente 14 de Julho, o Centro XX de Setembro, a Escola Ferreira Penteadado, a Liga Operária, a Concórdia, a Beneficência Portuguesa, Mendez Nuñez, Ginástica Alemã, Tocha Vermelha, as escolas do senhor J. Fagundes, da excelentíssima dona Deolinda Fagundes, de Oliveira Leite e do Carlos de Escobar. As associações Luiz Gama e Flor da Mocidade, composta de libertos, encontraram-se com a marcha na rua Doutor Quirino. Após discursos, missas e músicas, à noite *“terminaram os festejos por entre as atuações jubilosas da massa popular, e reinando sempre a melhor ordem”*. Um grupo de ex-escravos continuou a percorrer *“as ruas em entusiásticos vivas”* (A PÁTRIA, 1888, p.1-2); *“muitos pretos com zabumbas [...] até alta noite estiveram em sambas”*, apesar do mau tempo (MANIFESTAÇÃO, 1888b, p. 3).

As celebrações da comissão parecem que não foram suficientes aos ex-escravos. Em duas ocasiões prolongaram seus festejos e, ainda no dia 16 de maio, foi publicada uma *“Manifestação dos Libertos”* que convidou os sócios das associações Filhos de Averno, Luiz Gama e Flor da Mocidade, *“assim como todos os libertos residentes na cidade a reunirem-se”* e tratarem de organizar novas comemorações (MANIFESTAÇÃO, 1888b, p. 3).

De acordo com lacy Maia Mata (2002), Wlamyra Albuquerque (1999) e Walter Fraga Filho (2006; 2010), as festas em honra à Abolição provocaram tensões no Estado da Bahia. Seus estudos apontam que antigos senhores, políticos e jornalistas tentavam enquadrar os festejos das classes populares, repleta de ex-escravos, para que a ordem fosse mantida e que as celebrações servissem também como um instrumento de aprendizagem. Tratando da experiência do Rio de Janeiro, Renata

Moraes indicou que dentro das celebrações havia uma “[...] tentativa de criação de memória, alimentada pelos jornais da época, por memorialistas que associaram símbolos, heróis e textos a esses festejos e também por aqueles que escreveram a História”. Formou-se um esquema do que teria sido a Abolição e, “[...] no entanto, em todas essas esquematizações um elemento principal dessa festa foi esquecido: o ex-escravo” (MORAES, 2007, p. 207).

Os batuques e as danças dos libertos até altas horas da noite fugiam do controle das autoridades, bem como a escolha dos heróis e os sentidos de liberdade. A organização de celebrações aponta para as primeiras manifestações políticas dos libertos, sua compreensão e seu desejo de exercer sua cidadania. Isso fica mais evidente quando se nota que muitas de suas associações foram fundadas com o propósito de comemorar a Abolição. No entanto, muitas entidades corresponderam aos desejos de mudanças nas formas de festejar, adequando-se, de alguma forma, às solenizações e reforçando o caráter cívico do 13 de maio. Neste artigo, a intenção é analisar as celebrações em homenagem ao fim do escravismo no Brasil, sobretudo os festejos organizados pelas associações negras de Campinas.

1 As celebrações de 1888

“Andaram pelas ruas da cidade muitos homens de cor tocando zabumba, dando vivas à liberdade, ao dr. Antônio Bento, à imprensa etc., e indo dançar em frente às redações dos jornais”, dias após a promulgação da lei. Em frente ao Diário de Campinas, ouviram as palavras de Antônio Sarmiento, um de seus responsáveis, que *“aconselhou aos manifestantes*

toda ordem e ao mesmo tempo amor pelo trabalho". Prosseguiram para a praça José Bonifácio, *"onde estiveram em samba até pouco depois das 11 horas da noite, retirando-se pacificamente e na melhor ordem"* (A ABOLIÇÃO, 1888, p. 2). No domingo, dia 20 de maio, foi a vez de sair às ruas dois grupos de libertos. Em uma pequena nota dizia que *"um numeroso grupo de libertos andou também pelas ruas da cidade"*, novamente eles dançavam, cantavam e *"estiveram em samba, até depois da meia noite"* na Praça José Bonifácio (MANIFESTAÇÕES, 1888, p.3).

A manifestação organizada pelas sociedades Luiz Gama, Filhas do Averno e Flor da Mocidade teve um destaque maior no Diário de Campinas. De acordo com este periódico, o cortejo contou com os mesmos ritos das celebrações das comissões da imprensa e abolicionistas que organizaram as festas ainda no dia 13, ou seja, reuniram-se em uma praça, caminharam pelas principais vias aos sons de uma banda musical, discursos e vivas à imprensa e aos abolicionistas. José Lobo foi o principal orador do préstito, declamando todas as homenagens às redações, personalidades e entidades da cidade. Antônio Sarmiento voltou a dizer aos libertos que eles deveriam *"patenteiar toda a dedicação ao trabalho e amor à ordem, para se tornarem úteis e corresponderem às esperanças neles postas"*. Figuras importantes como Francisco Glicério, Alberto Sarmiento, Antenor Guimarães, presidente da comissão dos festejos dos dias 12 e 13 de maio e da Sociedade Luiz de Camões, também discursaram, porém, nenhuma parte foi descrita no periódico, somente é dito que eles agradeceram as homenagens. Os manifestantes foram à casa de diversas pessoas, até mesmo de Antônio Lobo, que caminhou desde o início, e de Antônio Sarmiento, que os atendeu no prédio do seu periódico, reforçando, assim, suas atuações coletiva e individual. Além dos ilustres

da cidade, “durante todo o itinerário foram levantadas repetidas e entusiásticas aclamações ao dr. Antônio Bento, ao ministério, à Princesa Regente, Antônio Prado etc.”. A marcha acabou às 22 horas, no ponto de encontro inicial, o Largo do Teatro, em frente ao prédio da Sociedade Filhas de Averno, com as falas de Irineu da Silva, Indalécio de Vasconcellos, Alberto Sarmiento e Antônio da Costa Carvalho (MANIFESTAÇÕES, 1888, p.2-3). Em uma nota anterior há informação de que Antônio Bento fora convidado (MANIFESTAÇÃO, 1888a, p. 2), contudo, seu nome não consta entre os presentes.

A diferença de tratamento às festas dos libertos talvez seja entendida pelas relações que cada grupo tinha. Aparentemente, aqueles que estiveram em sambas eram pessoas negras que resolveram se articular entre si para festejar de acordo com seus hábitos e costumes, como fizeram em outros momentos, como em festas religiosas, por exemplo. É possível que tenham participado das festas da comissão nos dias 12, 13 e 14 de maio, que fossem os tais ex-escravos esparsos que não interromperam a festa na tarde de domingo e os muitos pretos com zabumbas que prolongaram a celebração até altas horas da noite de segunda-feira. Os libertos sambistas incorporaram partes das encenações da celebração oficial, contudo não eram próximos dos políticos locais que protagonizaram as festas oficiais. As associações de homens de cor, ao contrário, tinham. A Sociedade Beneficente Luiz Gama fora fundada após uma reunião de homens de cor “por iniciativa do sr. Sampaio Peixoto” e de Alberto Sarmiento. Ele também ajudou a redigir seus estatutos, ao lado de seu irmão, Antônio Sarmiento, Francisco Glicério, Antônio Lobo, o cônego Cipião Junqueira e Antônio C. de Sampaio Peixoto (S. BENEFICENTE, 1888, p. 2). Os Sarmentos eram proprietários do Diário de Campinas, sendo

Antônio seu diretor de redação durante as festividades, ambos foram vereadores e Alberto chegou ao posto de deputado federal. Glicério e Lobo pertenciam igualmente à classe política da cidade (PEREIRA, 2001). E todos eles participaram da manifestação.

O tratamento desigual não significa que eram dois ou mais grupos de negros distintos que não se relacionavam entre si, nem mesmo que eram vistos diferentemente. *“Ao cortejo formado pelas três sociedades”*, disse o Diário de Campinas, *“agregaram-se muitos libertos”* (MANIFESTAÇÕES, 1888, p. 3), que foram convidados a participar da reunião de organização através de um anúncio intitulado *“Manifestação dos Libertos”* (MANIFESTAÇÃO, 1888b, p. 3). Enquanto a Gazeta de Campinas classificou as sociedades Luiz Gama e Flor da Mocidade como compostas por libertos, quando informou que elas participaram do préstito no dia 14 de maio (A PÁTRIA, 1888, p.1-2). Esta identificação não correspondia aos negros que efetivamente se tornaram livres após a sanção da Lei Áurea, era mais um termo genérico para se referir aos negros naquele momento imediato à Abolição. Desta forma, não é difícil de imaginar que ao fim do evento das três associações alguns de seus participantes tenham ido ao samba na praça. De qualquer modo, as festas dos libertos chamam à atenção para a intenção dos negros em participarem das festas como protagonistas, em realizarem suas próprias homenagens e festejarem a seu modo.

Essa situação não se limitou à cidade de Campinas, os periódicos paulistas do mês de maio informaram que em muitos lugares do Estado havia pretos e libertos em sambas, sem detalhar como funcionavam. Em outros lugares do país é possível encontrar mais informações. Na Corte, por exemplo, *“em frente ao escritório da Gazeta de Notícias, no coreto, a*

música do 7º batalhão tocou desde o anoitecer umas músicas que pareciam mesmo feitas de requebros”, segundo um articulista do periódico. Ao ouvir, “a gente sentia não sei o que, que lhe dançava cá por dentro”, por isso dizia que era “música para se ouvir com as pernas”, não com os ouvidos. Um dos participantes do “baile público que não estava no programa dos festejos” dançava como se tivesse “trezentos mil diabos no corpo”, com seu chapéu de palha e calças brancas. Os festeiros resolveram brincar com as pessoas que passavam pela rua, inconvenientemente na visão do autor do relato. Eles faziam “um círculo – círculo não imaginado por Dante – e dele só saía o desgraçado que lá estava depois de dançar o miudinho”, que “apenas um resistiu absolutamente, mas não houve conflito por isso”. E, para evitar “cenas lamentáveis”, pedia que se decretasse “a abolição... da dança obrigatória” (ABOLIÇÃO, 1888, p. 1).

Renata Figueiredo Moraes estudou as festas em homenagem à Abolição ao longo do mês de sua promulgação na Corte, percebendo que além das celebrações oficiais, diversos grupos celebraram de alguma forma e que o caso narrado do Diário de Notícias não foi o único não programado. Sobre o modo de festejar das populações negras, a historiadora afirma que houve vários casos em que “[...] tratavam de se organizar em roda, com cantos e danças que eram provavelmente uma forma de celebrar suas origens centro-africanas” (MORAES, 2012, p. 198). Na Bahia, Walter Fraga Filho encontrou um trecho de um samba que ficou popular na festa de Nosso Senhor do Bonfim, “*Ô ioiô Carigé, de cá meu papé’, uma referência ao abolicionista Eduardo Carigé*” (FRAGA FILHO, 2006, p. 125). É provável que as cantorias no Oeste Paulista seguissem esse padrão, sendo o samba entoado e dançado em uma roda, exaltando algum abolicionista.

Há ainda dois casos que permitem refletir sobre os sentidos de liberdades entre as populações negras. O primeiro é o relato do periódico *The Rio News* informando que em Campinas um grupo de negros organizou uma festa e um auto de fé, quando queimou todos os instrumentos de tortura que pôde encontrar na cidade (PROVINCIAL, 1888, p. 4). Algum articulista do Diário de Campinas viu “*exposto na vitrine do ateliê fotográfico dos srs. Nickelsen & Ferreira*” uma homenagem que deveria “*ser entregue ao ousado abolicionista dr. Antônio Bento, em nome dos libertos de Campinas*”. Eles escreveram que “*os homens de cor, caluniados durante séculos, sofrendo os horrores da escravidão, têm também um coração que aninha sentimentos de Amor*”; e, que graças à “*falange ilustre dos defensores da raça oprimida*”, a qual o doutor ocupava “*lugar salientíssimo*”, tornou-se “*licito à raça que entrou no convívio social o constituir família*”. “*Até há pouco*”, seguia a homenagem, “*transgredindo todos os preceitos da civilização, ainda se arrancavam dos braços de uma mãe os filhos adorados!*”. E o sofrimento aumentava no caso das meninas, porque as “*pobres e infelizes crianças, partículas da nossa alma, anjos de candura e pureza, tinham de entregar as suas capelas de virgens ao primeiro dos senhores*”, que as obrigavam a serem suas amantes. A lei de 13 maio de 1888 “*terminou de uma vez para o Brasil essa repugnante imoralidade que maculava duas raças – a dos opressores e dos oprimidos*” (FELICITAÇÃO, 1888, p. 2).

A abolição da escravatura nos dois casos não significava somente uma mudança no regime de trabalho, mas também de tratamento. A tortura não caberia mais, por isso seus instrumentos deveriam ser destruídos. A ideia de inferioridade, a opressão, a violência, os abusos sexuais teriam que terminar junto com a escravidão. A partir de 13 de maio

de 1888, os negros desejavam serem vistos como iguais, como portadores de sentimentos e direitos e, assim, alçados a condição de cidadãos e de seres humanos. Os sambas até altas horas da noite também podem ser interpretados, nesse sentido, como a busca pelo direito ao divertimento, de ocupar os espaços públicos da cidade e fazer notar a presença daquelas pessoas enquanto parte da população que celebrava.

O fim da escravidão gerou uma onda de comoção e comemoração, diversos setores da sociedade em muitas partes do país organizaram festas para celebrar aquele momento único na história do Brasil.

2 O discurso da ausência de celebrações

Estabelecida a República, o Governo Provisório instituiu um calendário de festas, em janeiro de 1890, considerando que o regime republicano se baseava *“no profundo sentimento da fraternidade universal”*, que não poderia se *“desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas”*. O 13 de maio fazia parte do rol das nove datas que mereciam ser festejadas, de acordo com o decreto nº 155-B/1890, como o dia de *“comemoração da fraternidade dos Brasileiros”* (DECRETO, 1890). Como se nota, o governo optou por criar uma memória em que se apagava a escravidão e se valoriza o elo dos povos que formam a nação. Com esta medida era de se esperar grandes festas nos dias 13 de maio, contudo o que se viu foi o contrário.

Em 1890, O Estado de São Paulo publicara que não houve *“verdadeiramente festa comemorativa da gloriosa data 13 de maio, como seria de esperar”*, apesar da capital ter sido *“o centro da direção da*

campanha abolicionista em todo o Estado, e que soube entusiasmar-se até ao delírio, por ocasião da promulgação da lei redentora”, de acordo com o jornal. Só não passou “despercebido completamente o segundo aniversário da Abolição” porque as repartições públicas e o comércio estiveram fechados e as ruas do centro foram enfeitadas. A folha aproveitou para publicar o telegrama enviado pelo Club Nacional de Santos ao abolicionista Fernando Coelho, destacar que um exemplar comemorativo da Redenção circulou naquele dia e que o doutor Antônio Bento foi cumprimentado *“pessoalmente por numerosos amigos”* (13 de Maio, 1890, p. 1).

Em 1889, a cidade de Campinas não promoveu grandes festejos em memória à Abolição por causa da epidemia de febre amarela (DIÁRIO, 1889), isso parece ter acabado com o entusiasmo da cidade. O brilhantismo e a empolgação como da festa de 1888 só voltaram a ser citados dez anos depois, quando o Diário de Campinas tomou a iniciativa de realizar a comemoração. Nas poucas notícias sobre celebrações de 13 de maio encontradas, os relatos seguem parecidos como o de 1891, quando a Sociedade formada por homens de cor Treze de Maio, ofereceu *“um animado baile no salão Victoria”,* e outras sociedades da cidade enviaram seus representantes. *“O baile terminou ao amanhecer”,* após muitas trocas de brindes (S. D. P., 1891, p. 1). Em 1892, o Diário de Campinas noticiou que recebera o convite para assistir *“à solenidade de batismo do estandarte”* da Sociedade 13 de Maio, que aconteceria no dia 13 de maio (S. 13 de Maio, 1892, p. 1). Na seção de anúncios, localizada duas páginas depois dessa nota, há o programa de festa da entidade, onde é possível ler a informação de que o batismo ocorreria durante a *“comemoração à gloriosa data 13 de maio que relembra a época da*

liberdade dos escravos” e que a bênção seria dada na igreja de São Benedito, e que os sócios da entidade pretendiam celebrar “*modestamente*” (S. 13 de Maio, 1892, p. 3). Em 1898, a preparação começou um mês antes com o anúncio da formação de uma comissão, a concentração foi no Largo de São Benedito, onde teve uma bateria de fogos na alvorada. Ao som da Banda de São Benedito as pessoas desfilaram pela cidade, as associações se fizeram notar através de seus estandartes, a Sociedade Luiz Gama esteve presente. De acordo com o jornal, o público deu vivas à República, Luiz Gama e diversos abolicionistas locais, como Francisco Glicério. A noite o cortejo retornou ao Largo de São Benedito e os festejos terminaram ao som do hino nacional brasileiro (13 de Maio, 1898).

Em outras cidades do Oeste Paulista, as notícias eram semelhantes. Em Piracicaba, por exemplo, a Gazeta de Piracicaba reclamava do esvaziamento das celebrações, dizia que não podia “*passar em olvido a data*” de 13 de maio porque ela não significava “*somente a libertação de uma raça condenada à escravidão pelo direito do mais forte. Direito criado pelo despotismo*”. Ela também significava o momento quando, com “*apenas bafejado por um sopro de ideia democrática*”, o regime monárquico “*foi tombando até ruir na data memorável de 15 de Novembro*”. Ou seja, “*ela foi a primeira manifestação da democracia no Brasil – a fraternidade*”, afirmava o periódico (13 de Maio, 1891, p. 1). Este texto explicitava a tentativa dos republicanos de apagar da memória a participação dos monarquistas na promulgação da lei de 13 de maio de 1888. A Abolição era um ato democrático, enquanto a escravidão pertencia a monarquia. E para os redatores da Gazeta de Piracicaba, ela “*era a barreira insuperável para o advento da república, a lei de 13 de Maio*

de 1888 foi a primeira brecha nessa barreira, vindo a facilitar a escalada do 15 de Novembro”. Ambas as datas marcavam as duas revoluções brasileiras, popular e política respectivamente. E lembrava que, ao contrário dos Estados Unidos da América e sua Guerra Civil, “no Brasil tanto uma como a outra foram feitas ao som de músicas, festivais e sob chuva de flores”¹. Em 1893, em tom melancólico, a Gazeta de Piracicaba informava que no Rio de Janeiro se preparava “grandes festas para o dia 13 de maio, data da redenção dos escravos”, que na capital paulista também se pretendia “solenizar essa data histórica”, enquanto na cidade do interior paulista “talvez nem seja lembrada” (13 de Maio, 1893, p.1).

As festas pelo 13 de maio voltariam a acontecer de forma grandiosa e arrancando elogios da imprensa piracicabana em 1901, “graças à iniciativa de algumas pessoas, chefiadas pelo sr. Pedro Benedicto, negociante” de Piracicaba, quando “um magnífico préstito foi organizado em frente à casa daquele senhor” (13 de Maio, 1901, p. 1). Esta festividade recebeu bastante atenção da Gazeta de Piracicaba, que detalhou o trajeto do cortejo e os nomes de alguns líderes locais. Antônio Pinto, um antigo colaborador da Gazeta de Piracicaba e fundador do Jornal de Piracicaba, discursou ao longo da caminhada, interrompendo somente quando algum homenageado respondia. O relato jornalístico não menciona se houve a participação de grupos de pessoas negras, é possível que sim, porque alguns discursos foram direcionados às pessoas negras e, ainda, cerca de 50 pessoas se reuniram seis dias depois na rua Glória e fundaram

¹ A associação entre a Abolição e a Proclamação da República aparece em editoriais da *Gazeta de Piracicaba* de 14 de maio de 1893, 13 de maio de 1894 e 13 de maio de 1900.

a Sociedade Beneficente Antônio Bento,² uma entidade negra que tinha por objetivo festejar o 13 de maio.

Talvez as populações negras não tenham deixado de participar e organizar festejos em honras ao fim do escravismo, os discursos de falta de festas e pouca adesão quando elas ocorriam podem ser uma forma de invisibilizar o protagonismo negro. A historiografia sobre o carnaval aponta que, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os festejos públicos passaram por uma série de discussões e mudanças que visavam adequá-los aos projetos de civilização de Brasil. Em *Ecos da Folia*, Maria Clementina Pereira Cunha (2001) mostrou que o entrudo era usado genericamente para designar diversas brincadeiras carnavalescas que eram desqualificadas por jornalistas da época. Entre 1880 e 1920, de acordo com a autora, tentava-se usar as Grandes Sociedades Carnavalescas para educar a população, ensinando que o carnaval deveria ser baseado nos préstitos afrancesados e que se deveria assistir ao desfile comportadamente. Contudo, parte do povo resistia e insistia em seguir com os antigos costumes, brincava com seringas e bisnagas com águas para molhar os transeuntes. Outra parte se apropriou e ressignificou o modelo defendido pelas elites econômica e intelectual, e a festa carnavalesca ficou ainda mais polifônica e polissêmica. Deste modo, as classes populares não aceitaram trocar seu papel de criadora dos festejos para ocupar o lugar de espectadoras comportadas.

Maria Clementina Pereira Cunha abriu espaço para outras pesquisas que focalizaram nas tensões sociais durante o carnaval e em outras festas,

² A Sociedade Beneficente Antônio Bento alterou seu nome em 1908 para Sociedade Beneficente 13 de Maio, ela funciona até hoje com novos objetivos. Para saber mais, ver LUCINDO, 2020.

superando, deste modo, a clássica análise da festa como momento de inversão da ordem. A autora mostra que nos momentos festivos também se pode ver a reafirmação da hierarquia social, ao mesmo tempo em que ela é questionada. Ou seja, há “[...] *elementos que fazem da festa expressão de múltiplas vontades com várias direções e possibilidades de escolha*” (CUNHA, 2001, p. 302). Leonardo Affonso de Miranda Pereira segue este método de análise em suas pesquisas. Em *O Carnaval das Letras*, o historiador indica que contos e crônicas carnavalescas faziam parte de projetos de intelectuais para modificação do carnaval carioca, que seus textos dialogavam com as movimentações nas ruas (PEREIRA, 2004). Ainda, em seus trabalhos sobre associativismo recreativo, pode-se notar o esforço dos membros de diversas associações para escapar da constante vigilância de intelectuais, políticos e até das forças policiais para se divertirem, tanto nas ruas quanto em suas próprias sedes. A solução foi, em muitos casos, permitir a entrada de pessoas desses segmentos em seus quadros associativos, bem como incorporar algumas de suas práticas (PEREIRA, 2013, p. 99). Ambos os pesquisadores compreendem que essas situações expõem, também, as tensões de relações raciais das primeiras décadas após a Abolição, quando as tentativas de manter as populações negras em condições de subalternas se chocavam com a busca dos negros por seus direitos de cidadania. Eric Brasil (2016) voltou toda sua atenção para esse debate em *A Corte em Festa*.

Segundo esse historiador, a alegria e o deboche típicos do carnaval foram um ótimo caminho para entender as mudanças ocorridas na última década do período escravista e, principalmente, seus sentidos para a “[...] *população negra liberta e livre e a população que depois de maio de 1888 seria ex-escrava, mas não conseguiria apagar da pele o estigma da*

inferioridade por longos anos” (BRASIL, 2016, p. 31-32). Seu livro apresenta diversos contextos nos quais essa festa esteve inserida, desde a luta por cidadania, por parte dos negros, aos projetos de país, que podia ou não os incluir dependendo do grupo que projetava, além das estratégias de racialização que não se limitava ao debate científico. Ele torna perceptível a potencialização dos conflitos durante aqueles dias de celebração, a procura de novas formas e justificativas de manutenção da ordem que colocaram no centro do debate, muitas vezes, a própria “participação da população negra na sociedade carioca” (BRASIL, 2016, p. 78).

Situações similares aconteceram em outros lugares e em outras festas. Alexandre Lazzari (2001) pesquisou o carnaval de Porto Alegre, entre 1870 e 1915. Neste momento, ricos comerciantes, membros da imprensa, cidadãos de prestígios tentavam eliminar as práticas do entrudo e colocar, em seu lugar, os desfiles das Grandes Sociedades Carnavalescas, onde desfilavam e podiam se exibir com suas famílias, imitando, deste modo, os festejos da Corte e da Europa. No debate sobre a modificação do carnaval, jornalistas desqualificaram trabalhadores pobres e medianos que usavam de maneiras baratas para brincar o carnaval, o que significava andar pelas ruas realizando molhadelas. A imprensa chegou a pedir para que as sociedades organizassem desfiles deslumbrantes para entreter a população, que distraída perderia os velhos hábitos e aprenderia que seu lugar era observando o cortejo.

Na Bahia, Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (1999) focalizou nas tensões durante as comemorações de aniversário do Dia da Independência do Estado no pós-Abolição. Enquanto *“os populares pareciam atribuir a vitória de 1823 muito mais aos caboclos baianos do que ao militar francês”*, Pedro Labatut, o Instituto Geográfico e Histórico da

Bahia (IGHBA) e a Liga de Educação Cívica tentavam convencer, sem grande sucesso, os festeiros a participar da romaria a igreja de Pirajá e prestar homenagem ao general comandante das tropas brasileira. As duas entidades também desejavam que as celebrações pelo 2 de julho fossem usadas para educar o povo, ensinando como agir e quem honrar, por isso chegaram a retirar o carro que puxava os caboclos das comemorações, sob a justificativa que já existia um monumento, onde os interessados podiam saudá-los. Para a imprensa, as duas associações levavam o verdadeiro espírito cívico para as festas, as barraquinhas de comidas e bebidas, frequentadas pelos pobres, pretos e mulatos, eram condenadas pelo discurso sanitarista e

[...] os sambas incomodavam por serem tidos como focos de violência, espaços de possíveis desordem moral e corrupção dos costumes (...) ambientes propícios para obscenidades e quebras de normas sociais (ALBUQUERQUE, 1999, p. 73).

Deste modo, mais uma vez, procurava-se retirar da população o seu papel de criadora e colocá-la na condição de espectadora passiva, questionando a participação das populações negras e pobres na sociedade, quando se recusavam a seguir o modelo idealizado.

Assim, é possível que as populações negras comemoraram o 13 de maio ao longo da década de 1890, mas que suas celebrações foram silenciadas pela imprensa porque não eram reconhecidas como legítimas, não se adequavam às formalidades esperadas pelas elites locais e imprensa, que, por isso, dizia que a data passava despercebida.

3 As festas da Federação Paulista dos Homens de Cor

De acordo com o Comércio de Campinas de 1907, a festa da Federação Paulista dos Homens de Cor *“foi um verdadeiro triunfo”,* chegando a surpreender os jornalistas que não imaginavam que *“aquela associação estivesse em condições de poder, sem auxílio oficial, que lhe foi injustamente negado, levar a efeito uma tão bela comemoração cívica, com o caráter todo popular”,* tal como deveria ser, em sua opinião, todas as comemorações históricas. Como nas outras ocasiões, a bateria de fogos aconteceu logo cedo, seguido de uma salva de 21 tiros, a concentração fora no Largo de São Benedito e na igreja deste santo foi celebrada a *“missa em memória das vítimas do cativoiro”.* De sua *“sede social, à rua Moraes Sales, nº 109, saiu a vistosa passeata cívica”* que andou pela cidade cumprimentando as autoridades e imprensa. A banda musical Ítalo-Brasileira embalava os participantes e era seguida de um estandarte nacional, a Sociedade Beneficente Luiz Gama se fez notar por meio de seu estandarte, assim como Sociedade Beneficente Artística Beneficente, o Circolo Italiani, Sociedade Beneficente União dos Padeiros, a Liga Operária, a União da Juventude, o Clube Atlético Recreativo, Sociedade Humanitária Operária, o Casino Familiar e a Sociedade 25 de Outubro. O trajeto foi *“longo e brilhante”* e foi feito ao som das falas de *“Antônio Sarmiento, Benedito Florêncio, professor [Francisco] Oliveira, Turíbio Costa, dr. Araújo Mascarenhas, drs. Juiz de direito da 1ª e 2ª vara, José Villagelin, dr. Álvaro Miller, dr. Antônio Lobo, Alberto Faria, José Pereira Rebouças Filho e Henrique de Barcelos”.* Ao *“senhor Benedito Florêncio, foram-lhe atiradas pétalas de flores por duas meninas”,* após seu discurso no Comércio de Campinas, onde ele também trabalhava como jornalista. De volta a sede social, Antonio Sarmiento presidiu a sessão solene, a qual teve diversos

discursos, que foram encerrados por ele. E durante o baile, “*bebidas e doces em grande abundância*” foram oferecidos aos convidados (QUE BELO, 1907, p. 2).³

Entre os oradores se nota a presença de figuras ilustres de Campinas. Destaca-se a presença de Antônio Sarmiento, um político local que pertencia a uma família de jornalistas e políticos, que na época era proprietário do Diário de Campinas. O doutor Antônio Álvares Lobo era o proprietário do jornal Cidade de Campinas, membro do Partido Republicano Paulista e com ligações antigas com a Federação Paulista dos Homens de Cor. Ele fez parte de seu Conselho Fiscal e, em 1902, assessorou a criação do Centro Literário dos Homens de Cor, entidade que deu origem à Federação, em 1904 (PEREIRA, 2001, p. 89-90).

Para Cleber da Silva Maciel, esses líderes locais participavam das comemorações para controlar suas narrativas, enquanto José Galdino Pereira vai mais longe. Para o autor, além do controle, os políticos se aproximaram em busca de votos. Após a análise dos artigos jornalísticos sobre a importância da Abolição, pode-se dizer que eles têm razão. Constantemente as autoridades diziam que era necessário: comemorar o fim do cativeiro; lembrar dos antigos abolicionistas; saudar a República porque por quase todo período imperial existiu a escravidão, enquanto esse novo regime era pautado pelas liberdades; e, por fim, que os libertos deveriam inculcar o amor ao trabalho. Ainda, o surgimento da Federação Paulista dos Homens de Cor está atrelado ao Colégio São Benedito, ambos tinham a mesma sede em 1907, inclusive, por isso era uma associação de letrados e, potencialmente, de eleitores. Por outro lado, essa organização

³ Este texto é a transcrição do artigo: 13 de Maio. *Comércio de Campinas*, 14 mai. 1907, p. 1.

teve ganhos com a presença dessas figuras, por isto, ela fazia questão de convidar.

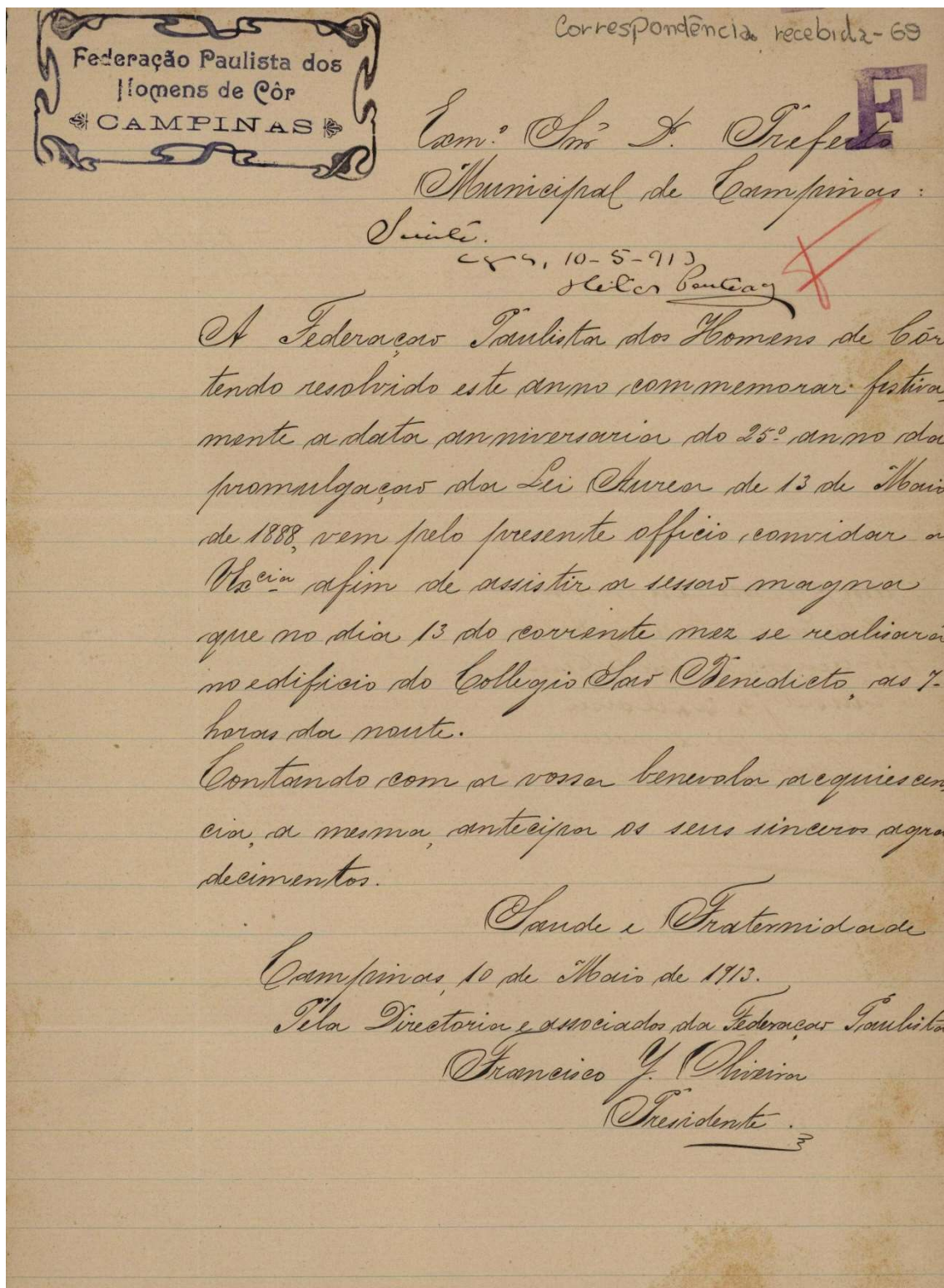


Fig. 1- Convite da Federação Paulista dos Homens de Cor ao Prefeito Municipal de Campinas para assistir à sessão magna comemorativa do 13 de maio de 1913 no Colégio São Benedito. Arquivo Municipal de Campinas.

A fundação do Centro Literário dos Homens de Cor pode ser compreendida como uma busca de autonomia dos irmãos da Irmandade de São Benedito, que criaram uma escola e tinham dificuldade de mantê-la porque a verba arrecadada nas festas da irmandade era destinada aos cofres da igreja do santo patrono. Quando criaram o Centro puderam realizar atividades e destinar a arrecadação para o cofre de sua nova instituição, que repassaria para o Colégio São Benedito o valor escolhido pelos seus associados. A disputa entre homens de cor e Igreja, que foi personificada nas figuras do professor Francisco de Oliveira e do padre José de Almeida, levou a dissolução da irmandade, em 1906, a existência de dois colégios chamados São Benedito e uma série de notas difamatórias em periódicos ao longo do ano de 1907. Os membros da Federação saíram vitoriosos desta batalha, mantiveram sua escola até meados da década de 1940, enquanto o clero de Campinas fechou as portas de seu colégio. Para isso, o apoio de Antônio Álvares Lobo foi fundamental. Em entrevista para José Pereira Galdino, Benedito Evangelista, um militante negro de Campinas que atuou como procurador dos bens do Colégio de São Benedito e era filho de um de seus fundadores, afirmou que *“Antônio Álvares Lobo ajudou muito, porque de fato passou a ser conselheiro, de conselheiro que segurava a barra”*. Ele *“escrevia as atas de fim de ano, os balancetes”*, ainda era responsável pelas *“compras, os créditos, aquelas coisas todas (...) ele dirigia tudo”*.⁴ Desta forma, é preciso compreender a participação de políticos brancos também pela perspectiva da escolha autônoma das lideranças negras, dos

⁴ Depoimento de Benedito Evangelista, gravado na Liga Humanitária dos Homens de Cor em 1994 apud. PEREIRA, 2001, p.91.

benefícios que elas tiravam dessa relação, não limitando o olhar para a manipulação, controle e vigilância.

Acerca das festas de 13 de maio, para Cleber da Silva Maciel (1997) elas foram, em primeiro lugar, usadas *“pelo grupos dominantes brancos para reafirmação da história oficial e que teve pouca penetração no meio negro mais pobre”*; depois, por volta de 1900, *“certos negros de Campinas já enxergavam a necessidade da organização independente e a urgência de uma luta específica”*, dirigida e direcionada aos negros, para que *“a liberdade comemorada”* não passasse *“de uma ilusão”*; por fim, com o desinteresse dos brancos, *“sua comemoração passou a ser feita, basicamente, por negros através das entidades”*, que utilizavam *“a data para, além de homenagear a princesa, reforçar as entidades organizativas mobilizadoras da comunidade”* (MACIEL, 1997, p. 95-96). Quanto à tentativa de criação de uma história oficial, o autor tem razão, contudo, pode ser que houve mais do que uma *“pouca penetração no meio negro mais pobre”*.

Em primeiro lugar, não é possível traçar as diferenças econômicas entre as populações negras a partir das fontes consultadas e nem mesmo em seu livro. Mesmo considerando que negros associados tinham melhores condições financeiras que os demais, não se pode falar de pouca penetração entre os mais pobres porque nas notícias de comemorações sempre apareceram grupos de negros desvinculados da associação. Depois, a presença de pessoas negras, seja em sambas ou elaborando homenagens à abolicionistas, demonstra que para além da construção de memória dos brancos, essa data tinha alguma importância no meio negro que também a utilizava com outro sentido. De mesmo modo, não parece correto acreditar que somente a partir de 1900 *certos negros* entenderam

que deveriam comemorar dentro de uma pauta de luta para que a liberdade não fosse uma ilusão. Geralmente, sabe-se das ideias das populações negras por meio da Imprensa Negra, que é veículo de transmissão de alguns grupos e organizações, e, infelizmente, há poucas edições de jornais negros no século XX e nenhuma do século XIX em Campinas. No entanto, nas notícias da imprensa de ampla circulação, pode-se perceber que as populações negras entendiam que depois da liberdade precisariam de outras conquistas para alcançar uma cidadania igualitária. A participação e a organização de festas de 13 de maio (e de outras também) correspondiam a esse anseio, os negros aproveitavam esses momentos para se mostrarem como partícipes da sociedade.

As associações de homens de cor foram fundadas para oferecer atividades e serviços que eram negados às populações negras em outras instituições. Por conta da constante vigilância e para angariar fundos, seus membros criaram códigos de condutas que os afastavam da visão negativa dos negros e permitiam que adquirissem o respeito dos demais setores da sociedade. Ao lado disso, abriram as portas de suas organizações para líderes locais independente do tom de sua pele e nacionalidade, assim, em seus eventos e em seus quadros de sócios havia pessoas brancas e imigrantes. O êxito destas ações pode ser visto nas festas da Abolição, que se tornaram notícias frequentes e bastante elogiadas.

A direção da Federação Paulista dos Homens de Cor logo após sua primeira festa de 13 de maio propôs uma fusão das sociedades de homens de cor, afirmando que nenhuma outra tinha conseguido *“ainda a posição moral e social”* que ela tinha, *“apesar da indiferença e combates que certos ignorantes movem contra sua existência”*. Dois fatos exemplificavam seus

“progressos e fé social, nesta grave batalha da educação cívica dum povo retrogrado e quase rebelde a todos os princípios elementares da civilização humana”: a campanha contra a guarda cívica, que não admitia pessoas negras; e *“a festa imponente”* de 13 de maio de 1907. Insistia na ideia de reunir *“todas num só núcleo, poderoso e forte, ao invés de as ter em tão grande número somente para bailes”*, porque as outras associações *“nunca, infelizmente, mereceram os aplausos da imprensa, os convites honrosos”*, como a Federação vinha recebendo. Seus espaços não eram visitados como os dela, por isso não dispunham da mesma *“força política, moral e social”*, não eram consultadas por outras associações para tomar parte em certas organizações locais, muito menos conseguiram fazer *“uma comemoração tão imponente e brilhante (a melhor que se tem realizado nesta cidade) no dia 13 de maio”* como a daquele ano (A FUSÃO, 1907, p.1).⁵

De fato, é notável a participação de diversas instituições e líderes locais e a visibilidade que sua comemoração teve, algo que contrasta com os anos anteriores, quando as festas e textos comemorativos vão desaparecendo, chegando ao ponto de dizer que não houve homenagem alguma à Abolição. Dois anos antes, em 1905, uma nota do *Cidade de Campinas* dizia que, em homenagem ao 13 de maio, *“os homens de cor, acompanhados de uma banda musical fizeram ontem uma passeata à noite, saudando as autoridades jurídicas, policiais e municipais e a imprensa local”*. (13 de Maio, 1905, p. 1). Essa era toda a notícia da cobertura, indicando que era preciso mais do que seguir os ritos cívicos para ser destacada. Os dirigentes da Federação Paulista dos Homens de Cor pareciam entender

⁵ De acordo com o periódico paulistano, o texto era um “transcrito do “Baluarte” órgão da Federação P. dos H. Pretos.

o potencial de ter como aliados líderes locais, mesmo que fossem brancos, e os usavam para se lançar como as principais referências do meio negro.

A proposta de fusão sugere que os dirigentes da Federação Paulista dos Homens de Cor entendiam, por um lado, que a luta deveria ser coletiva, com o maior número de negros possíveis articulados; por outro, reconheciam que havia várias vertentes de ação e, conseqüentemente, disputas entre si para se estabelecer enquanto líderes da unidade negra. Nessa rivalidade, podemos notar que havia um jogo de vaidade, em que o autoelogio esteve no mesmo nível da depreciação das outras entidades. As outras organizações negras deveriam se fundir a partir da liderança da Federação porque ela alcançou a respeitabilidade que nenhuma outra alcançou.

Para se mostrar como uma boa opção de liderança era importante estar sempre em evidência, por isso antes mesmo do cortejo a Federação já mobilizava Campinas. Antes da realização de suas comemorações de 13 de maio, a “Federação Paulista dos Homens de Cor” angariava fundos junto ao poder público e, principalmente, por meio de esmolas de estudantes do Colégio São Benedito, que andavam pelas ruas da cidade por cerca de um mês. Também solicitava auxílio às outras sociedades civis e aos cidadãos ilustres. Segundo José Galdino Pereira, reconhecendo a relevância da data, seus membros organizaram suas comemorações não como *“uma festa do negro, mas sim de uma festa política do negro e da sociedade campineira. Por isso, convida as sociedades de mútuo auxílio, as entidades escolares, as culturais, as organizações operárias e as autoridades ‘políticas’”* (Pereira, 2001, p. 102).

Em 1909, a Federação Paulista dos Homens de Cor montou comissões de sócios para angariar fundos para a comemoração junto às empresas da cidade, houve comissões para a Companhia Mogiana, a Companhia *Lindgerwood*, a Companhia *Mc Hardy* e os Armazéns da Companhia Paulista, além de sócios que arrecadaram dinheiro com os representantes do comércio (FEDERAÇÃO, 1909, p. 1). No relato sobre o evento no Comércio de Campinas, a Loja Maçônica Independência foi quem deu apoio aos homens de cor em seus festejos (COMÉRCIO, 1909, p. 1.). Neste mesmo ano, de acordo com Cleber Maciel, a comemoração teve seu melhor registro “*pelo Comércio de Campinas, que já um mês antes da data anunciara todos os passos da Federação Paulista dos Homens de Cor em seus preparativos*”. Este interesse era fruto da atuação do jornalista e sócio da Federação, Benedito Florêncio no periódico (MACIEL, 1997, p. 91).

O panorama das atividades comemorativas da Federação não se alterava ano após ano, de uma maneira geral, desde que se tornou a principal promotora dos eventos de 13 de maio. As outras associações de homens de cor podiam ser citadas em um ano e no seguinte não, o que permite entender que sua participação era frequente, possivelmente como co-organizadoras e/ou apoiadoras. Entre 1907 e 1920, encontrou-se a participação da Sociedade Beneficente Luiz Gama, Sociedade Beneficente 13 de Maio, Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, Sociedade Dançante Princesa do Oeste, Centro Cívico dos Homens de Cor. A partir de 1915 o futebol foi inserido entre as solenidades, o *Black Team* surgiu neste ano como um selecionado de sócios da própria Federação

reforçado com integrados do Centro Cívico dos Homens de Cor e do Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio (COMÉRCIO, 1909, p. 1).⁶

As festas de 13 de maio da Federação se consolidaram nas páginas da imprensa campineira na década de 1910, contudo, Cleber Maciel aponta que foi nesse momento que o apoio financeiro começa a diminuir, isso porque políticos, jornalistas, comerciantes e outros líderes locais foram perdendo interesse nas comemorações à Abolição. A partir de 1914, os antigos financiadores começaram a homenagear os republicanos falecidos, e, a partir de 1916, a celebração mais importante para eles passou a ser a memória de Francisco Glicério (MACIEL, 1997, p. 93). A perda de recursos significou a diminuição gradativa do papel de protagonista da Federação Paulista dos Homens de Cor. Em meados da década de 1910, outras entidades negras aparecem ao seu lado como realizadoras do evento. Em 1917, há a notícia de duas festas ligadas às associações de homens de cor. Uma fora organizada pela Federação, em sua sede, sem desfiles pelas ruas, a outra era do Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio, que contou com representantes de associações de homens de cor de Jundiaí e da capital paulista (13 de Maio, 1917; O ESTADO, 1917). Segundo Cleber da Silva Maciel, no segundo evento fora lançado o jornal negro “*A União*, representante da União Cívica dos Homens de Cor que pretende[u] ser o porta-voz do pensamento das entidades Estrela Celeste, União da Juventude, José do Patrocínio, Beneficência dos Homens de Cor e Estrela do Norte” (MACIEL, 1997, p. 94).

⁶ Esse time de futebol não é o Campinas *Black Team*, que funcionou entre 1915 e 1921. Ao que tudo indica, o *Black Team* mencionado por Cleber Maciel atuou somente nessa festa, porém outros combinados de negros disputaram partidas comemorativas contra combinados de brancos nas festas de 13 de maio.

Considerações finais

Por meio das comemorações de 13 de maio, é possível discutir aspectos da cidadania de pessoas negras no pós-Abolição, marcada por restrições e vigilância, e a busca para o acesso à cidadania plena. Nos momentos de celebração, notamos isso tanto nas matérias que dizem que não teve festa ao mesmo tempo que afirmam em pequenas notas a circulação de grupos negros comemorando, quanto nos eventos organizados por associações de homens de cor elogiadas pela imprensa. Os negros campineiros que celebraram o 13 de maio inseriram elementos dos ritos desejados pelas lideranças políticas e intelectuais, mas sem deixar de celebrar à sua maneira. Usaram os espaços públicos para realizar sambas, homenagearam figuras ligadas à monarquia, como a princesa Isabel e Antônio Bento, bem como os abolicionistas negros, como José do Patrocínio e Luiz Gama. Todo o esforço empregado nas organizações de festas sugere que os negros desejavam ser vistos como membros da sociedade pautada pelo trabalho livre, opinar sobre quem merecia homenagens, mostrar-se como capazes de entender e executar os rituais cívicos e, principalmente, lembrar a sociedade que conquistaram a liberdade, o que também significava que eram iguais aos demais cidadãos brasileiros, ou melhor, que eram também cidadãos.

As comemorações de 13 de maio foram momentos de ensinamento, de busca por prestígio e respeitabilidade; de reivindicações e lutas entre os homens de cor, entretanto também eram ocasião de divertimentos. Em meio às tensões, havia algo que causava a felicidade em homens negros e mulheres negras: a liberdade. A condição de livres

merecia ser celebrada, apesar das contradições que apresentava, não havia mais o domínio senhorial sobre os homens de cor nos moldes do escravismo. Os enfeites das ruas, as girândolas, os fogos de artifícios, as bandas, entre outros elementos que compuseram as comemorações animaram os participantes, muitos deles negros. Os “libertos”, como chamavam os jornais de ampla circulação, não respeitaram os intervalos da festa de 1888 e continuaram a festejar; entre maio e junho daquele ano saíram às ruas muitas vezes, dando vivas, agradecendo, exibindo a alegria de ser livre. Nos outros anos, continuaram a celebrar, mas sem atender os padrões de articulistas, suas exibições foram totalmente ignoradas ou publicadas em pequenas notas jornalísticas, quase que escondidas em meio às reclamações de ausência de comemorações pela Abolição. No entanto, os negros comemoraram. Aproveitavam o dia de folga e viravam noites em sambas nos largos de São Benedito, organizavam missas, desfilavam como novos cidadãos brasileiros. As solenidades conquistaram respeito, espaço nos jornais e nas ruas, mas não deixaram de ser ocasiões em que se extravasava a alegria de ser livre e de se divertir.

Fontes utilizadas

13 de Maio. Cidade de Campinas, 14 mai. 1905, p. 1.

13 de Maio. Cidade de Campinas, 14 mai. 1917.

13 de Maio. Comércio de Campinas, 14 mai. 1907, p. 1.

13 de Maio. Diário de Campinas, 13 mai. 1898.

13 de Maio. Gazeta de Piracicaba, 13 mai. 1891, p. 1.

13 de Maio. Gazeta de Piracicaba, 11 mai. 1893, p.1.

13 de Maio. Gazeta de Piracicaba, 16 mai. 1901, p. 1.

13 de Maio. O Estado de São Paulo, 14 mai. 1890, p. 1.

A ABOLIÇÃO. Diário de Campinas, 17 mai. 1888, p. 2.

A FUSÃO das Sociedades. O Propugnador. 06 out. 1907, p. 1.

A PÁTRIA Livre. Gazeta de Campinas, 16 mai. 1888, p.1-2.

A PROVÍNCIA de São Paulo, 12 mai. 1888, p. 1.

ABOLIÇÃO – À Noite. Diário de Notícias, 18 mai. 1888, p.1.

COMÉRCIO de Campinas, 13 mai. 1909, p. 1.

DECRETO nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890. Câmara dos Deputados, Legislação, disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 29 abr. 2024.

DIÁRIO de Campinas, 14 mai. 1889.

FEDERAÇÃO Paulista. Cidade de Campinas, 17 abri. 1909, p. 1.

FELICITAÇÃO a Antônio Bento. Diário de Campinas, 20 mai. 1888, p. 2.

MANIFESTAÇÃO. Diário de Campinas, 18 mai. 1888a, p. 2.

MANIFESTAÇÃO dos Libertos. Diário de Campinas, 16 mai. 1888b, p. 3.

MANIFESTAÇÕES. Diário de Campinas, 22 mai. 1888, p. 3.

MUNICÍPIOS Paulistas. A Província de São Paulo, 13 mai. 1888, p. 1.

O ESTADO de São Paulo, 15 mai. 1917.

PROTOCOLO nº. 2943 de 10 de maio de 1937. Arquivo Municipal de Campinas. Correspondências recebidas.

PROVINCIAL Notes. The Rio News, 24 mai. 1888, p. 4.

QUE BELO. O Propugnador. 06 out. 1907, p. 2.

S. BENEFICENTE Luiz Gama. Diário de Campinas, 18 mai. 1888, p. 2

S. D. P. Treze de Maio. Diário de Campinas, 13 mai. 1891, p. 1.

S. 13 de Maio. Diário de Campinas, 12 mai. 1892, p. 1; p. 3.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. 1ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRASIL, Eric. *Corte em Festa: experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Editora Prismas, 2016.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social (UNICAMP)*, v. n. 19, p. 63-90, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade – Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2001.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas primeiras décadas do século XX*. 06 mar. 2020. 276 fls. Tese (Doutorado). UNICAMP, Departamento de História, Campinas, 2020.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo, 1918–1931)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*. 2. ed. Campinas: UNICAMP/CMU, 1997.

MATA, lacy Maia. *Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós Abolição (1888-1889)*. 2002. 129 fls. Dissertação (Mestrado). UFBA, Departamento de História, Salvador, 2002.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 04 set. 2012. 325 fls. Tese (Doutorado) PUC/RJ, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Renata. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da Abolição. *OP SIS*. 2007, vol. 7, no. 9 jul. – dez.

PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas - 1896 a 1914*. 2001. 201 fls. Dissertação (Mestrado). UNICAMP, Faculdade de Educação, Campinas, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: Maria Clementina Cunha (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 419-444.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Tempo* (Niterói. Online), v. 19, p. 97-116, 2013.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

Capítulo 8

Roteiros afro na Educação Básica: a contribuição social negra na cidade de Campinas e a luta antirracista

Ana Paula de Lima

Flautista, doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2021). Licenciada em Ciências Sociais (2010) e bacharel em Música (1999) pela mesma Universidade. É professora de Sociologia e História da rede estadual paulista. Foi consultora do Projeto *Campinas Afro* que mapeou 20 lugares de Memória Negra.

Apresentação

Entre os bens almejados por negros e negras no pós-Abolição, possivelmente o acesso à educação estava entre os mais desejados. Foi a partir de um documento sobre uma escola para pessoas negras que se deu minha aproximação com o Arquivo Municipal de Campinas. Foi no final de 2020, durante o mestrado, em plena pandemia de covid-19 e, por isso, pesquisando de modo remoto. Este documento, que chamou minha atenção em particular, era sobre a escola de libertos da Irmandade São Benedito.¹ Entre leituras, a angústia causada pela pandemia e a esperança pela chegada da vacina, buscava com a pesquisa uma melhor compreensão do associativismo negro na cidade de Campinas.

Irmandades, como a que se refere o documento, são lugares de devoção e acolhimento de pretos e pardas. A historiadora Lucilene Reginaldo, no seu trabalho sobre a Irmandade de Nossa Senhora das

¹ Agradeço aos funcionários do Arquivo Municipal de Campinas, em especial a Regina Joselita Barbosa que me atendeu durante a pandemia de covid-19 e a Rita Francisco no período pós-pandêmico.

Portas do Carmo do Pelourinho, em Salvador, evocou a definição do Vocabulário Raphael Bluteau (1712-1728) de irmandade como “[...] *uma sociedade de pessoas que em virtude de um compromisso e debaixo da evocação de um santo se obrigam a fazer alguns exercícios espirituais*” (Reginaldo, 2011, p. 9).

Em seu estudo pioneiro sobre o associativismo em Campinas entre 1888 a 1926, Cleber da Silva Maciel (1997, p. 103-104) abordou o tema das irmandades na cidade, embora com ressalvas, pois, em sua análise, o fato de os cargos mais influentes serem ocupados por pessoas brancas deixava pouco espaço decisório aos negros. A análise de Willian Lucindo (2020) aponta em outra direção ao destacar o papel de socialização e reconhecimento social que o pertencimento às irmandades oferecia aos seus irmãos, além de questões mais imediatas relacionadas a auxílio financeiro em casos de doenças e morte.

O documento sobre a Irmandade São Benedito fazia referência a uma região que foi crucial quando tratamos da história e memória negra na cidade de Campinas, pois foi a partir da iniciativa dos irmãos congregados nesta Irmandade que começou a edificação da Igreja dedicada a este mesmo santo. Procuro discutir no presente texto duas questões principais. A primeira delas investiga como o entorno da Igreja São Benedito consolidou-se em uma importante área de circulação negra à medida em que várias associações negras se estabeleceram nas imediações por períodos mais ou menos prolongados. A segunda, aborda como a história deste e de outros locais pode nos auxiliar na compreensão da contribuição social negra para a cidade de Campinas, inclusive no percurso de formação dos estudantes na educação básica.

Em busca de avançar nas questões levantadas, voltemos aos documentos. No dia 20 de março de 1893, Francisco Bueno de Miranda, então tesoureiro da Irmandade São Benedito fez um pedido à Câmara Municipal solicitando o alinhamento desta escola de libertos, situada à rua Luzitana no centro da cidade.

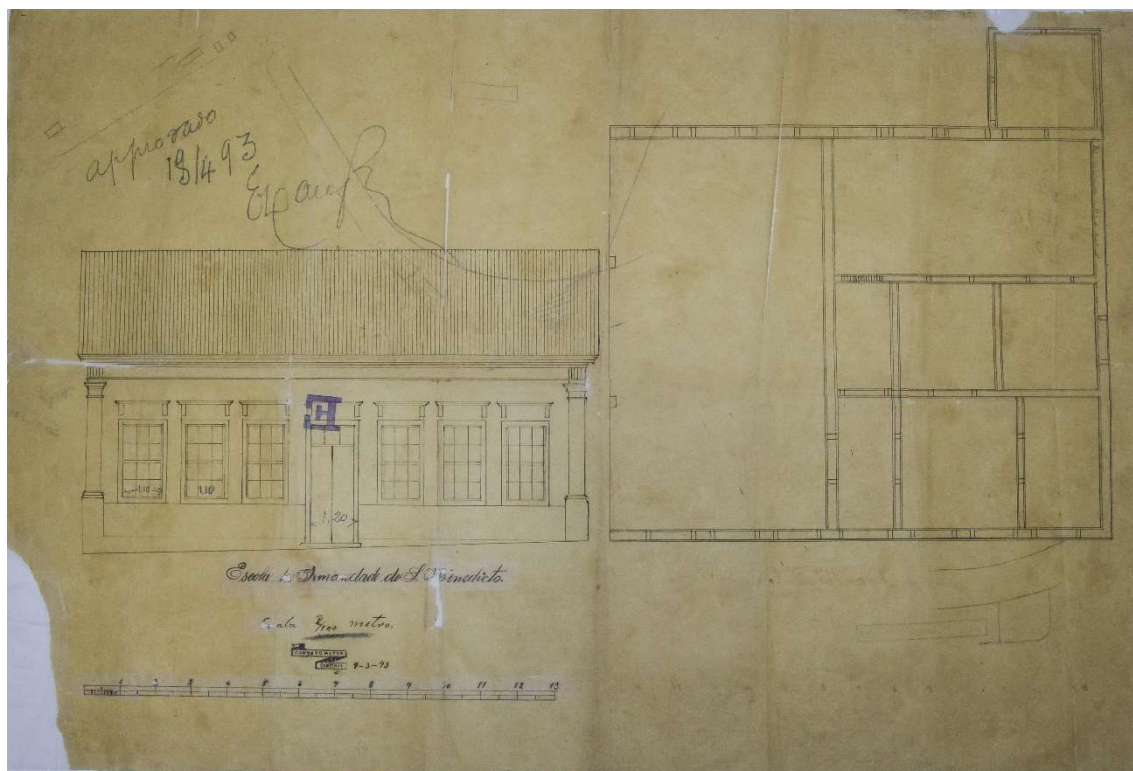


Fig. 1 - Construção de casa e alinhamento para a Escola dos libertos da Irmandade São Benedito, R. Luzitana, s/n. BR SPAMC 0102-1893/13. 20 mar. 1893. Arquivo Municipal de Campinas.

Após a solicitação do tesoureiro, encontra-se o documento apresentado na **Fig. 1**, que no seu lado esquerdo traz a fachada do imóvel. Como analisei em minha dissertação de mestrado (2021), à direita vemos a planta de aproximadamente 168 m² de área construída com corredor central à esquerda, uma área de pátio com dois pilares laterais; e, à esquerda do corredor, os cômodos que deviam servir como salas de aula. É possível que os banheiros ficassem do lado de fora do prédio ou ainda

que alguma das salas fossem usadas para este fim. De acordo com José Galdino Pereira (2001), a escola de libertos da Irmandade São Benedito só começaria a funcionar no ano de 1896.

Passados pouco mais de doze anos da Abolição, os irmãos de São Benedito viam a educação como forma de propiciar uma vida mais digna e acesso à cidadania. Daí a importância de saber ler e escrever em uma sociedade marcada pelo analfabetismo. Provavelmente o valor mais importante que a educação conferia a negros e negras era que se tratava de algo inalienável, que não poderia ser usurpado como é habitual em uma sociedade racista em que é comum pessoas perderem direitos, dignidade e a própria vida.

Mas o documento traz outro aspecto interessante. A planta da escola está situada na rua Luzitana, provavelmente próxima ao cruzamento com a rua Cônego Cipião, no Centro de Campinas. Considero esta localização como uma das mais representativas para a história e memória negra na cidade, já que neste local e proximidades, além da Irmandade ao qual se refere o documento, funcionou o Cemitério dos Escravizados. Além disso, desde final do século XIX, abriga a Igreja São Benedito e, defronte, um monumento de construção mais recente, a estátua à Mãe Preta, inaugurado em 13 de maio de 1984. Trata-se de uma réplica da localizada no Largo do Paissandu, na capital paulista.

A rua Luzitana, citada no documento, abrigou ainda a gráfica e a redação do jornal *O Getulino*, além de ser a mesma rua que desde 1933 é a sede da Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor. O Colégio São Benedito, fundado em 1902, também funcionaria na mesma rua, próximo ao cruzamento com a atual avenida Dr. Moraes Salles. Deste

modo, embora o prédio da Irmandade São Benedito não exista mais, um olhar para a documentação que remete a ele acaba por desvelar muito sobre a memória e a história negra na cidade.

1 A cidade como objeto de conhecimento: a construção de roteiros afro na Educação Básica

Foram os indícios da participação de diretores e músicos da Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor nas associações negras da cidade no início do século XX o fator que me guiou para o Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth também da Unicamp, Arquivo Municipal de Campinas, nesta ordem, assim como para a Hemeroteca da Biblioteca Nacional e o Instituto Moreira Salles/SP. A partir de minha atuação como docente da rede estadual paulista, procurei compartilhar esta experiência de pesquisa com os estudantes, buscando mostrar a importância da guarda de documentos nos arquivos, não só para o ofício do historiador, mas para todos aqueles que se interessam por questões relacionadas a patrimônio, artes e humanidades.

Entretanto, não minimizei os desafios ligados à pesquisa nos arquivos, incluindo a constância e a disciplina necessárias para que os objetivos sejam alcançados, além das frustrações, quando não encontramos os documentos que esperávamos localizar. É neste sentido que busco concentrar esforços para que os estudantes conheçam os arquivos da cidade, pois, a despeito das dificuldades que as saídas com grupos de estudantes trazem, considero vital transpor os muros da escola, para aqueles que acreditam em uma aprendizagem mais significativa e

que relacione os conteúdos ensinados ao cotidiano vivido, como discute Maria Auxiliadora Schmidt (2009, p. 149).

Além da pesquisa nos arquivos, uma segunda experiência que julgo importante partilhar com os estudantes foi a consultoria que realizei no projeto *Campinas Afro*. Neste projeto, representantes da sociedade civil campineira comprometidos com as questões afro-brasileiras e com a luta antirracista arrolaram uma lista de locais e posteriormente elegeram 20 lugares de Memória Negra na cidade (UNESCO, 2021a e 2021b). Participar deste projeto me possibilitou pesquisar locais que me são caros, a começar pela Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor, que foi tema do meu mestrado (LIMA, 2021).

Também me aproximei da imprensa negra, mais precisamente de *O Getulino* (1923-1926), jornal que por fazer uma denúncia direta e contundente e, assim, colocar-se como instrumento de luta contra o racismo, tem suscitado o interesse de pesquisadores como Rodrigo Miranda (2005), José Roberto Gonçalves (2012) e Leandro Antônio Guirro (2013). O projeto *Campinas Afro* me levou a conhecer mais de perto o importante trabalho de Valdir Oliveira (2016) sobre o primeiro enforcamento na cidade ocorrido no Largo Santa Cruz. Finalmente, pude visitar a Igreja São Benedito e conhecer mais sobre a história da construção da Estátua da Mãe Preta.

Não poderia deixar de citar ainda que o projeto *Campinas Afro* dialogou com a cultura imaterial, expressa em manifestações como o jongo – dançado, cantado e rezado na Casa de Cultura Fazenda Roseira (MARTINS; SANTOS, 2017) –, no cortejo e Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana, que acontece no sábado de Aleluia, como tratado

por Mariana Lima (2021), ou ainda na centenária manifestação do samba rural paulista e samba de bumbo, reatualizado pelo grupo Urucungos Puítas e Quijengues, fundado em 1987, por Raquel Trindade, como analisou Roberta Cristina de Paula (2012).

Por fim, o projeto Campinas Afro reacendeu o interesse por estes e vários outros lugares de Memória Negra, o que conseqüentemente levou à criação de roteiros negros pela cidade, prática em franca expansão e que muito tem contribuído nas discussões sobre a história de negros e negras. Todavia, considero que se pode avançar quando os roteiros são pensados enquanto prática escolar em consonância com a Lei nº. 10.639/03 e sua Complementar nº. 11.456/08, que incluem a obrigatoriedade do ensino das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.²

Sem nenhuma pretensão de tratar o tema da implementação da Lei nº. 10.639/03 de modo aprofundado, o que Adriano Bueno da Silva (2022) analisou em seu mestrado, o presente artigo parte mais de uma inquietação que tem atravessado vários de nós professores da Educação Básica, em especial nós mulheres negras, em uma categoria majoritariamente feminina, que é pensar estratégias para que nossas experiências no chão da escola passem a ser não só valorizadas, mas transformadas em práticas antirracistas, que venham inclusive a ser incorporadas nos Planos Político Pedagógicos das unidades escolares.

² No 23º Congresso de Leitura realizado de 7 a 10 de fevereiro de 2023 na Unicamp, problematizei o tema na apresentação intitulada *“Pelas ruas da cidade: a construção de um roteiro negro com estudantes do Ensino Médio de uma escola pública na cidade de Campinas”*.

É neste sentido que o presente texto se constitui em um convite a se pensar na criação de roteiros afro como prática escolar que leve em conta a experiência das pessoas comprometidas com a luta antirracista. Assim, a criação de roteiros afro na Educação Básica visa incentivar a agência de professores e estudantes, e da comunidade escolar como um todo, e mais do que isso, pensar novas formas de aplicação da Lei nº. 10.639/03 que não se restrinjam a datas específicas ou se configurem em respostas burocráticas ao cumprimento da lei.

Como bem apontou Mariana Semião Lima (2023), vários são os locais de aprendizagens que ajudam na construção das subjetividades, e a escola pouco ou quase nada tem valorizado estes saberes. Em seu trabalho que aborda como as vivências na capoeira e no candomblé são fundamentais para a aquisição de saberes, a autora propõe que tenhamos um olhar mais sensível para essas contribuições. A autora salienta que quando aguçamos nossa escuta para os conhecimentos trazidos por esses agentes, muitos deles jovens estudantes da Educação Básica, é possível vislumbrar outras práticas e, entre elas, incluo os roteiros afro.

Gostaria de ressaltar que, embora minha experiência com os estudantes diga respeito a uma classe da 2ª série do Ensino Médio, considero que os roteiros afro podem ser criados e realizados em grande parte das séries da Educação Básica, desde que se leve em conta a série/ano em questão, a localização geográfica da unidade escolar, assim como questões relativas a transporte e locomoção. Na classe em questão, inicialmente apresentei dois locais de memória, em seguida pesquisamos os documentos disponíveis digitalmente nos arquivos de Campinas, e só

depois partimos para a criação do roteiro.³

Por fim, acredito que a construção de roteiros afro só faz sentido em diálogo com o cotidiano urbano, pois os roteiros têm o potencial de aguçar nossa reflexão sobre a própria cidade, seus desafios e contradições. Neste sentido, os três lugares de que trato a seguir, Igreja São Benedito, Largo Santa Cruz e Igreja do Rosário, na verdade se constituem em um convite para se pensar nestes, que por sua vez remetem a outros lugares de memória negra.

1.1 Igreja São Benedito

Considero a Igreja São Benedito e arredores como uma das mais importantes áreas de circulação negra na cidade de Campinas, como vimos na breve discussão apontada no início deste trabalho. Sua construção remete a um dos personagens mais emblemáticos da história da cidade, Tito de Camargo Andrade. Este negro alforriado que, pela excelência nos conhecimentos de ervas e das artes da cura, recebeu o título pelas mãos da população e ficou conhecido como Mestre Tito.

A solicitação para a edificação de um templo em homenagem a São Benedito no local foi encaminhada à Câmara Municipal pela Irmandade São Benedito, tendo Mestre Tito à frente. Tratava-se do terreno da capela e do cemitério do Cônego Melchior que estavam abandonados desde sua morte em 1846. Com a cessão pela Câmara do referido terreno, Mestre Tito tomou a frente na arrecadação para as obras e se pôs a pedir esmolas

³ Agradeço aos estudantes da 2ª série A de 2022 da E. E. Felipe Cantusio pela criação do roteiro afro. Pensamos em realiza-lo com um micro-ônibus, contudo, por problemas de calendário, não visitamos os locais.

pela cidade, ato que levantou suspeitas nos mais incrédulos, que viam o gesto como farsa para angariar recursos em benefício próprio. Para outros, tratava-se de pura demonstração de fé. Fato é que sua morte, em 1882, impossibilitou a realização de dois de seus desejos. O primeiro, ver pronta a igreja do santo de sua devoção, algo que só aconteceria em 1885. O segundo, que dependia do primeiro, foi ser enterrado na Igreja São Benedito.



Fig. 2 - Planta para reforma da Igreja São Benedito. 12 abril 1930. Arquivo Municipal de Campinas.

A Igreja São Benedito passou por várias reformas, como, por exemplo, o projeto apresentado por Henrique Fortini em 1929, para a construção da nova fachada e alinhamento das guias,⁴ ou ainda o requerimento encaminhado pelo Padre Fortunato Mantovan à Repartição de Obras da Prefeitura Municipal pedindo correção, já que a planta aprovada pelo órgão estava em desacordo com as dimensões da Igreja São Benedito. O pedido feito pelo padre gerou uma planta cuja cópia da imagem observamos na **Fig. 2**. A Igreja passaria por outras mudanças como a citada, de 1936, cujo objetivo seria completar as obras iniciadas sete anos antes.⁵

Embora Mestre Tito jamais veria finalizada a Igreja pela qual tanto tempo dedicou de sua vida, sua história estaria para sempre entrelaçada a ela. Ainda hoje, ao entrar na sacristia da Igreja São Benedito, é possível ver a foto de Mestre Tito. Do outro lado, temos a foto de Anna de Campos Gonzaga, que ficou à frente da comissão de arrecadação de recursos após a morte do mestre. Conhecer um pouco da história dos personagens por trás da construção desta Igreja desvela outras camadas, locais e histórias. Permite perceber como vários desses locais da memória afro campineira se entrelaçam naqueles arredores, como o já citado Colégio São Benedito, fundado em 1902. Vale mencionar, por exemplo, que Benedito Evangelista, que estudou naquele colégio, tornaria-se referência do associativismo negro na cidade, dedicando grande parte de sua vida para

⁴ Aprovar planta para reforma da Igreja São Benedito, com dimensões corrigidas (reduzidas). BR SPAMC 0102-1930/00570. 12 abr. 1930. Arquivo Municipal de Campinas.

⁵ Completar a reforma da Igreja São Benedito. BR SPAMC 0102-1936/01143, 12 fev. 1936. Arquivo Municipal de Campinas. Ver também: Inventário da Igreja São Benedito: Disponível em: <https://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/17-Igreja-de-Sao-Benedito.pdf>. Acesso em 24 abr. 2024.

que o Colégio se constituísse como um legado para a comunidade negra da cidade, conforme estudos de Lucia Helena Silva (2013). E assim como Mestre Tito, também morreu sem ver seu desejado realizado.

Naquelas proximidades da Igreja, além do Cemitério dos escravizados situado no atual Largo São Benedito, existiu o Largo da Forca, que alude a outro local, em que foi construída a primeira forca: o Largo Santa Cruz, de que trataremos a seguir.

1.2 Largo Santa Cruz e escravizado Elesbão

O Largo Santa Cruz é um local primordial na história de Campinas, já que está entre as três áreas de ocupação mais antigas da cidade que serviam de pouso para os tropeiros que seguiam no antigo caminho às minas dos Goiás, conforme Antonio da Costa Santos (2002). Os dois outros lugares eram áreas da praça Bento Quirino e as imediações do atual viaduto Laurão. As características que faziam do Largo Santa Cruz um lugar apropriado para paradas e pernoites, eram a proximidade do córrego, para suprir as necessidades de moradores, viajantes e animais, e ainda estar localizada em um ponto mais alto, conseqüentemente, de difícil alagamento. A intensa movimentação de pessoas no Largo Santa Cruz incrementou a compra e venda de mercadorias, comida e bebidas, e uma rua nas proximidades logo recebeu o nome de rua da Pinga. Havia também os comboieiros, vendedores de escravizados, que utilizavam o local para o cumprimento da quarentena de febre amarela, de varíola ou de tuberculose, antes de venderem essas pessoas.

O Largo Santa Cruz está intrinsecamente relacionado à história da cidade que nasceu como pouso de tropeiros, chamada inicialmente de

bairro de Jundiá de Campinas do Mato Grosso, que em 14 de julho de 1774 viu ser realizada a primeira missa na então denominada Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, que foi elevada a vila em 14 de dezembro de 1797, com o nome de vila de São Carlos, e, por fim, se tornaria cidade em 5 de fevereiro de 1842.

Considero fundamental relatar este caminho até Campinas se tornar cidade, ao abordar o Largo Santa Cruz (atual Praça XV de Novembro), pois neste local se confrontam fundação da cidade e passado escravista, tendo sido neste local que ocorreu o enforcamento do escravizado Elesbão, que se tornaria o primeiro, mas não o único, negro condenado à força da cidade. O patíbulo foi caso de discórdia e vergonha, mudou de local, mas ainda assim cumpriu sua função de aterrorizar e causar sofrimento à população negra na então Vila de São Carlos e adjacências, já que o próprio Elesbão viera da Vila de Nossa Senhora do Desterro (atual Jundiá) para ser enforcado nestas terras.

A história deste jovem escravizado virou livro pelas mãos de Valdir Oliveira (2016), que contou o processo que levou Elesbão à força, após minuciosa pesquisa no Arquivo Histórico da Câmara Municipal, no Centro de Memória da Unicamp e no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. Deste modo, levar os estudantes a visitar o Largo Santa Cruz e conhecer a história de Elesbão, à época com idade por volta de 20 anos (OLIVEIRA, 2016), é dialogar diretamente com a história de terror da escravidão e com a herança que esse passado deixou na cidade e que se materializa nos episódios de racismo cotidiano, como escreveu Grada Kilomba (2019).

O caso Elesbão também é icônico por ter ocorrido no Cambuí, bairro que teve uma expressiva ocupação negra até meados dos anos 1940 e

que, com o processo de valorização pelo qual o bairro passou, aliado à especulação imobiliária, empurrou as famílias negras para os conjuntos habitacionais populares e as regiões periféricas, levando esta história da ocupação negra no bairro Cambuí a um processo deliberado de apagamento.

Não por acaso, o Museu do Negro, fundado em 2002, funcionou em uma casa situada à Rua Emílio Ribas, também no bairro Cambuí, que pertenceu a uma família negra desde o pós-Abolição, cujos descendentes residiram nela até os anos 2000. No projeto de abertura do Museu em 2002, estiveram à frente Leonice Sampaio Antônio (Tia Nice), Maurílio Silva, Agostinho dos Santos e Geraldo Mendes. Várias pessoas da comunidade negra se engajaram no projeto e doaram objetos, utensílios domésticos antigos, fotografias e outros documentos para compor o acervo. Seu fechamento repentino no final de 2005, assim como a dispersão do seu importante acervo, nos faz pensar sobre perdas e apagamentos que assolam de tempos em tempos a vida de negros e negras nesta cidade.⁶

1.3 Igreja do Rosário

Pensar na criação de roteiros afro também nos convida a refletir sobre apagamentos. Talvez o mais emblemático para a memória negra campineira seja o da Igreja do Rosário, construída em 1818 pela Irmandade de mesmo nome que congregava os irmãos pardos, já que os pretos frequentavam a São Benedito. A Igreja do Rosário seria demolida dentro do Plano de Melhoramentos Urbanos, conforme Fábio Morales e

⁶ Agradeço ao Maurílio Silva pelas informações sobre o Museu do Negro.

Camila Neves (2017, p. 465), que tinha entre os objetivos modernizar e alargar a então rua do Rosário (atual rua General Osório) e a avenida Francisco Glicério. Emblemático lembrar que o próprio Glicério foi um homem negro, cuja negritude tem sido apagada ao longo dos anos.



Fig. 3 - Reconstruir as fachadas e fazer as cúpulas da Igreja do Rosário. 18 jun. 1926. Arquivo Municipal de Campinas.

A Igreja do Rosário, assim como vimos com a São Benedito, passaria por várias reformas, entre elas uma para a visita do Imperador Dom Pedro II, que ocorreu em 1846. No seu trabalho, Mateus Rosada (2010, p. 110-114) demonstra o papel central que as igrejas tiveram não só no plano religioso, mas no que diz respeito à sua materialidade no cotidiano de cidades como Campinas, ao longo do século XIX, de modo que é possível acompanhar as transformações pelas quais a Igreja do Rosário passou. Entre elas, o documento apresentado na **Fig. 3**, datado de 15 de junho de 1926, se refere a uma solicitação feita pelo irmão do Rosário Affonso Massarotto para que se revestisse a frente e a cúpula da Igreja.

Entre os documentos que nos ajudam a pensar sobre a demolição encontra-se um com data de 25 de janeiro de 1956.⁷ Trata-se de um laudo feito por dois engenheiros municipais e endereçado ao então prefeito Ruy Novaes que solicitava a interdição da Igreja do Rosário, por apresentar perigo iminente. O documento traz uma descrição detalhada daquilo que seriam seus problemas estruturais, depois de feita a inspeção em suas colunas, vigas e telhados. A igreja viria abaixo naquele mesmo ano.

Foi durante as obras de revitalização da avenida Francisco Glicério no ano de 2015, que tijolos das fundações da referida Igreja e os ossos de seu cemitério ressurgiram, como fantasmas que voltam a assombrar a cidade que os renegou (COSTA, 2015). Talvez, trata-se de uma oportunidade para discutirmos sobre história e memória negra, e sobre outros apagamentos. A decisão entre falar sobre escombros e ossos ou enterrá-los sob a cidade compete a nós escolher.

⁷ Solicita a interdição da Igreja do Rosário mediante laudos de vistoria de dois engenheiros municipais, Arquivo Municipal de Campinas, 24 jan. 1956. BR SPAMC GTA-02-1956/2098.

Palavras Finais

Procurei discutir ao longo do texto, como os documentos podem nos auxiliar a refletir sobre a contribuição social do negro na cidade de Campinas, assim como sobre a história das cidades em particular, e como as fontes de pesquisas podem nos instigar a fazer novas perguntas, mas principalmente a conhecer lugares.

Espero que as pessoas que chegaram até aqui tenham, ao menos uma vez, tido a vontade de se levantar e ir até um desses lugares de memória negra e também de visitar os lugares não citados, apenas imaginados. Espero, sobretudo, que a leitura tenha acendido uma faísca para que as pessoas pensem sobre como criar e realizar roteiros afro com estudantes da Educação Básica para que práticas e ações antirracistas atravessem os muros da escola e tomem as ruas da cidade.

Além disso, este trabalho parte de uma utopia de que a cidade possa ser repensada, reescrita e sonhada sem os medos e os receios que tem povoado o imaginário sobre as cidades, uma cidade em que os estudantes possam caminhar e fazer descobertas. Por fim, o texto busca dialogar com todas as pessoas que consideram ser possível transformar os roteiros afro em um elemento da luta antirracista na Escola e na vida.

Anexo 1: Pontos de Memória Negra da cidade de Campinas indicados no Projeto Campinas Afro

1. Antigo Museu do Negro (Rua Emílio Ribas, Cambuí);
2. Associação dos Religiosos de Matriz Africana de Campinas e Região (Armac);
3. Casa de Cultura Fazenda Roseira – Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Jardim Roseira);
4. Casa de Cultura Tainã, GRES Rosa de Prata (Vila Padre Manoel da Nóbrega);
5. Casa Grande e Tulha (Avenida Arlindo de Lemos, Jardim Proença);
6. Centro Cultural Recreativo Benedito Carlos Machado - Clube Machadinho (Vila Industrial);
7. Colégio São Benedito;
8. Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor (Rua Luzitana);
9. Grupo de Danças Populares Urucungos, Puítas e Quijengues (Vila Nova Teixeira);
10. História e o Túmulo do escravizado Toninho (Cemitério da Saudade). Boi Falô e Fazenda Santa Genebra;
11. Igreja São Benedito e Estátua da Mãe Preta (Rua Cônego Cipião);
12. Instituto Cultural Babá Toloji (São Vicente);
13. Jornal aos Brados;
14. Jornal Getulino (Imprensa Negra Paulista);

15. Largo e Igreja do Rosário (Centro);
16. Largo Santa Cruz - Escravo Elesbão (Cambuí);
17. Largo São Benedito (Cemitério dos Escravizados);
18. Lavagem da Escadaria da Catedral Metropolitana de Campinas;
19. O Jornal da Comunicação Consciente;
20. Casa da Dona Laudelina - Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região (Vila Castelo Branco).

Fontes utilizadas

Arquivo Municipal de Campinas:

Construção de casa e alinhamento para Escola dos Libertos da Irmandade São Benedito, 20 de março de 1893, R. Luzitana, s/n. BR SPAMC 0102-1893/13.

Aprovar planta para reforma da Igreja São Benedito, com dimensões corrigidas (reduzidas), 12 abr. 1930. BR SPAMC 0102-1930/00570.

Completar a reforma da Igreja São Benedito, 12 fev. 1936. BR SPAMC 0102-1936/01143.

Solicita a interdição da Igreja do Rosário mediante laudos de vistoria de dois engenheiros municipais, 24 jan. 1956. BR SPAMC GTA-02-1956/2098.

Reconstruir as fachadas e fazer as cúpulas da Igreja do Rosário, 18 jun. 1926, BR SPAMC 0102-1926/00756

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In ABREU, Marta, SOIHET, Rachel e GONGIJO Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

COSTA, Maria Teresa. Escavações encontram ossos em ex-cemitério na Glicério, *Correio Popular*, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/escavac-es-encontram-ossos-em-ex-cemiterio-na-glicerio-1.1225791>. Acesso em 14 abr. 2024.

GONÇALVES, José Roberto. *O Getulino - um jornal de carapinha: jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1925)*. 2012. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIRRO, Leandro Antônio. *Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)*. 2013. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Assis, SP, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Ana Paula de. *Sons da cidadania: bandas, músicos negros e uma corporação musical em Campinas no pós-abolição*. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1642106>. Acesso em: 09 abr. 2024

LIMA, Mariana Semião de. *Territórios de (re)existência e educação: práticas afrodiaspóricas e processos de subjetivação*. 2023. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/15807>. Acesso em 11 abr. 2024.

_____. Religiões de matriz africana e memória ancestral. In OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de; LUZ, Renata Soares da (org.). *Casa dos saberes ancestrais: diálogos com sabedorias africanas e afro-americanas*. Campinas, SP: UNICAMP/BCCL, 2021. Disponível em: <https://www.dcult.proec.unicamp.br/assets/docs/dcult/CasadosSaberesAfricanos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

LUCINDO, Willian R. S. *Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX*. 2020. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638776>. Acesso em 04 abr. 2024.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais: Negros em Campinas (1888-1926)*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

MARTINS, A. R., & SANTOS Junior, W. R. dos. (2017). O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano – um estudo de caso. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 68, 32-49.

MIRANDA, Rodrigo. *Um caminho de suor e letras: militância negra em Campinas e a construção de uma sociedade imaginada nas páginas do Getulino (1923-1926)*. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601498>. Acesso em 11 abr. 2024.

MORALES, Fabio A., NEVES, Camila M. O Rosário em Campinas: Religiosidades Negras, Flutuação Arquitetônica e Cultura Material na Extensão Universitária. São Leopoldo, *Estudos Teológicos*, v.57, nº 2, jul./dez 2017, p. 461-474.

OLIVEIRA, Valdir. *Elesbão*. Campinas: Gráfica e Editora 57, 2016.

PAULA, Roberta Cristina de. *Quem foi que disse que não vivo satisfeito? Eu danço!:* encontros com as danças na obra de Mário De Andrade. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1619107>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas 1896 a 1914. – 2001*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

ROSADA, Mateus. (2014). Desenhar, compreender espaços. *Oculum Ensaios*, 11(2), p. 205–229. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2540/1874>. Acesso em 25 abr. 2024.

_____. *Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939)*. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-19102011-150912>. Acesso em 29 abr. 2024.

SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, Das origens ao Futuro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Adriano Bueno da. *Ensino de História e Cultura Afro-brasileira: de pauta do Movimento Negro à lei 10.639*. 2022. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/6662>. Acesso em 27 abr. 2024.

SILVA, Lúcia Helena. Trabalho, luta e lazer: aspectos do cotidiano de emancipados em São Paulo (1888-1920). Texto apresentado no 6º

Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SLENES, Robert A. W. *Na senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

UNESCO mapeia espaços de memória e cultura negra em Campinas. *Acidade On*. Campinas, 5 out 2021a. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/lazerecultura/unesco-mapeia-espacos-de-memoria-e-cultura-negra-em-campinas/> Acesso em: 04 abr. 2024.

UNESCO mapeia pontos de memória da cultura negra. *CBN Campinas*. 4 out. 2021b. Disponível em: <https://portalcabcampinas.com.br/2021/10/unesco-mapeia-pontos-de-memoria-da-cultura-negra/> Acesso em: 15 abr. 2024.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. 2002. 340 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1591304>. Acesso em: 15 mai. 2024.